

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LETICIA GONÇALVES MARQUES DA SILVA

**NA RUA A GENTE NUNCA CONSEGUE CONSTRUIR UMA CASA: as trajetórias
invisíveis de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte**

BELO HORIZONTE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS - IGC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LETICIA GONÇALVES MARQUES DA SILVA

**NA RUA A GENTE NUNCA CONSEGUE CONSTRUIR UMA CASA: as trajetórias
invisíveis de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alexandrino Garcia.

Coorientador: Prof. Dr. Ivan Ignacio Pimentel.

BELO HORIZONTE - MG

2024

S586n
2024

Silva, Leticia Gonçalves Marques da.

Na rua a gente nunca consegue construir uma casa [manuscrito] : as trajetórias invisíveis de mulheres em situação de rua em Belo Horizonte / Leticia Gonçalves Marques da Silva. – 2024.

113 f., enc. il. (principalmente color.)

Orientador: Ricardo Alexandrino Garcia.

Co-orientador: Ivan Ignacio Pimentel.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2024.

Linha de pesquisa: Produção do Espaço, Ecologia, Política, Cultura e Educação.

Bibliografia: f. 104-112.

Inclui apêndice.

1. Pessoas desabrigadas – Teses. 2. Espaço urbano – Teses. 3. Geografia feminista – Teses. 4. Identidade de gênero – Teses. 5. Interseccionalidade (Sociologia) – Teses. I. Garcia, Ricardo Alexandrino. II. Pimentel, Ivan Ignácio. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Instituto de Geociências. IV. Título.

CDU: 911.3:365(815.1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

"NA RUA A GENTE NUNCA CONSEGUE CONSTRUIR UMA CASA: AS TRAJETÓRIAS INVISÍVEIS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM BELO HORIZONTE"

LETÍCIA GONÇALVES MARQUES DA SILVA

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada, no dia 12 de agosto de 2024, pela Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, constituída pelos seguintes professores:

Ricardo Alexandrino Garcia

IGC/UFMG

Ivan Ignácio Pimentel

UERJ

Bernardo Machado Gontijo

IGC/UFMG

Joseli Maria Silva

UFPR

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Alexandrino Garcia, Professor do Magistério Superior**, em 21/08/2024, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo Machado Gontijo, Professor do Magistério Superior**, em 22/08/2024, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Ignácio Pimentel, Usuário Externo**, em 16/09/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joseli Maria Silva, Usuário Externo**, em 19/09/2024, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3428500** e o código CRC **38C6EB75**.

*Essa dissertação é dedicada a Vanessa,
Rafaela, Layla, Indianara e Grazielle.*

*E ao Professor Jose Antônio de Deus que
partiu de forma inesperada e tão cedo durante
essa caminhada.*

AGRADECIMENTOS

O mestrado não foi fácil; muitos foram os motivos que me fizeram questionar se devia ou não estar aqui, muitos foram os motivos que me fizeram querer desistir. Completar esse trabalho é a vitória de uma batalha árdua comigo mesma e a prova de o que eu acredito é possível. Agradeço a meu companheiro Matheus por todo apoio, força, cuidado, amor e parceria durante todos os momentos difíceis, e os fáceis também, sem você nada disso seria possível. Agradeço aos meus pais por acreditar em mim e me possibilitar chegar até aqui. Aos meus orientadores informais Jesiel Silva e Matheus Fachini - grandes pesquisadores da geografia da saúde, gênero, e sexualidade - que me direcionaram e foram essenciais na estruturação da dissertação. Jesiel por ler as primeiras versões e sempre me ouvir. Aos meus amigos muitos para citar aqui, mas que estiveram presentes nos momentos de dificuldade, ouvindo minhas reclamações e dando suporte. A minha terapeuta Maria Clara que ouviu todos meus surtos e me forneceu as condições para continuar firme no caminho que acredito. A todas as mulheres que vivem a realidade das ruas e que lutam todos os dias por um novo recomeço, espero que esse trabalho possa abrir novas discussões e possibilitar mudanças efetivas.

*“Me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além.” – Legado (KAUR, 2018).*

RESUMO

O presente trabalho aspira compreender os sentidos que o espaço da rua adquira a partir das mulheres que se encontram em situação de rua no município de Belo Horizonte. Entende-se que os sujeitos que compõe o grupo de pessoas em situação de rua são múltiplos, e que esse grupo não é homogêneo. Sendo assim, as especificidades no que diz respeito de gênero e raça faz com que as experiências desses sujeitos sejam experienciadas de formas distintas por razão dessas marcas de identidade. Assim, os sentidos que atribuídos a rua podem ser muitos. Os dados da pesquisa foram obtidos a através de trabalho de campo nas ruas do chamado baixo centro de Belo Horizonte, região que abriga a grande maioria dessa população. Foram realizadas 5 entrevistas a partir de um roteiro direcionador semiestruturado, além de algumas conversas informais. O método de análise dos dados foi a análise do discurso que nos permite compreender através do dito e não dito as nuances dos significados dos discursos obtidos. Por meio dessas entrevistas foi possível elucidar as diversas razões que levam essas mulheres a ocuparem o espaço da rua, além de entender a complexidade que envolve a dicotomia casa e rua por intermédio de uma perspectiva generificada. Os sentidos que o espaço da rua adquire a essas mulheres são muitos, e suas experiências as permitem construir estratégias e relações sociais que as ajudam a (re)significar esse espaço tão marcado por estigmas e preconceitos. Dessa forma, suas vivências as permitem existir e resistir, construindo laços e produzindo um novo sentido a rua.

Palavras-Chave: casa; rua; gênero; mulheres; espaço; experiências.

ABSTRACT

The present work aims to understand the meanings that the street space acquires from the perspective of women who are homeless in the city of Belo Horizonte. It is understood that the individuals who make up the group of homeless people are diverse, and this group is not homogeneous. Thus, the specificities regarding gender and race cause the experiences of these individuals to be experienced differently due to these identity markers. Therefore, the meanings attributed to the street can be many. The research data were obtained from fieldwork on the streets of the so-called lower downtown area of Belo Horizonte, a region that houses the vast majority of this population. Five interviews were conducted using a semi-structured guiding script, in addition to some informal conversations. The method of data analysis was discourse analysis, which allows us to understand the nuances of the meanings of the obtained discourses through what is said and not said. Through these interviews, it was possible to elucidate the various reasons that lead these women to occupy the street space, as well as to understand the complexity that involves the dichotomy between home and street from a gendered perspective. The meanings that the street space acquires for these women are many, and their experiences allow them to build strategies and social relationships that help them (re)signify this space, which is so marked by stigmas and prejudices. In this way, their experiences enable them to exist and resist, building bonds and producing a new meaning for the street.

Keywords: home; street; gender; women; space; experiences.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Área de Estudo	23
-----------------------------------------	----

LISTA DE SIGLAS

ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais

DITP – Departamento de Informações Técnicas e Planejamento

ESPII – Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MNPR – Movimento Nacional da População em Situação de Rua

NEER – Núcleo de Estudos em Espaço e Representações

NEPEC – Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura

OMS – Organização Mundial da Saúde

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Especificando a Pesquisa	19
2. CAMINHOS DE PESQUISA	22
2.1 Primeiros Passos	23
2.2 Compreender através de Metodologias Localizadas	28
3. REIVINDICANDO UMA CIÊNCIA PLURAL	41
3.1 Retomadas Epistemológicas	46
3.2 Geografia: Uma Pequena História Crítica?	49
3.3 Se essa Geo-grafia fosse minha: Gênero, Raça e a Produção do Saber Geográfico	53
4. IDENTIDADE (S): CONCEITO EM DISPUTA	58
4.1 Movimentos Feministas e os Debates em torno de Gênero e Interseccionalidade	61
4.2 Na Porta de Casa: Dualismos na Legitimação de Espaços Generificados	71
5. CAMINHO DA RUA	77
5.1 “Esse tempo todo tô na rua, tô na rua...”	80
5.2 “A rua é uma desgraça, só maltrata”	85
5.3 A Construção de Estratégias Espaciais das Mulheres em Situação de Rua	92
5.4 Na Fronteira dos Espaços Interditos	94
5.5 “Minha Vida é essa, subir a Bahia e descer Floresta”	96
6. PARA QUE CONTINUE	101
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	113

1 INTRODUÇÃO

É o corpo que escreve...

Durante o desenvolvimento deste trabalho, ouvi algumas vezes que minha escrita não era acadêmica, que meu texto soava militante, partindo de uma perspectiva não muito científica, como prega o método colonial-moderno. Ainda bem! Ainda bem que estou rompendo essa lógica hegemônica colonial. Ainda bem que não estou seguindo a cartilha da norma. Ainda bem!

Gloria Anzaldúa, em toda sua produção teórica, rebelde e subversiva reivindica e grita pelos quatro cantos - ou como a mesma dizia, na borda de todas as fronteiras - seu lugar como escritora; busca sua legitimidade como produtora de conhecimento, como acadêmica e intelectual, mesmo não negando a posição colonial que ocupar esses lugares significa, uma forma de poder que se legitima a partir da dominação e disciplinação do saber e do ser.

É a partir desse alívio, desse contato lindo que tive, e continuo tendo, com Gloria Anzaldúa - e com tantas outras mulheres, latinas, negras, feministas, *queer*, do sul global, subversivas, rebeldes - que escrevo; é desse lugar, localizado, marcado que penso o mundo, que o vejo e o sinto. É daqui que falo e escrevo. Da militância, das teorias feministas, do pensamento geográfico. É das fronteiras que ocupo, dos encontros com outras disciplinas, outras pessoas, outras ideias. É do contato com o mundo e sua multiplicidade de possibilidades.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva dessa complacência que temo. Porque não tenho escolha. Porque preciso manter vivos o espírito da minha revolta em mim mesma. Porque o mundo que crio na escrita compensa aquilo que o mundo real não me dá. Ao escrever, eu organizo o mundo, ponho nele uma alça em que posso me segurar. Eu escrevo porque a vida não satisfaz os apetites e minha fome. Escrevo pra registrar o que outros apagaram quando eu falo, para reescrever as histórias mal escritas que eles contaram de mim, de você. Pra me descobrir, pra me preservar, pra me fazer, pra ter autonomia. Pra dissipar os mitos de que sou uma profeta louca ou uma pobre sofredora. Pra me convencer de que tenho valor e de que o que tenho a dizer não é um monte de merda. Pra mostrar que eu posso e que eu vou escrever, mesmo que me ameacem para não escrever. E vou escrever sobre as imencionáveis, sem me importar com o suspiro ultrajado da censura e do público. E, por fim, eu escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho mais medo ainda de não escrever. (Anzaldúa, 2021, p. 51-52)

Se a rua falasse, quais histórias ela contaria? Das vidas que correm em seus asfaltos, dos carros e ônibus que passam por elas, dos carnavais que sobem e descem em festanças e alegria, das águas que escorrem nas chuvas de verão e dos dias de sol escaldante que esquentam o asfalto. Vidas e histórias se passam na rua.

Para além dos acontecimentos passageiros, existe um pequeno grupo, que se faz despercebido, ou que, na verdade, é colocado como tal e invisibilizado. Um grupo que vive no

movimento das ruas, que acordam com o nascer do sol e que só encontra um mínimo de descanso possível no entranhar das noites. No fim do dia, ao adentrar as madrugadas, frias e escuras, o que existe na rua? Quais são as vidas que continuam a pulsar nas sombras, que transformam suas calçadas e viadutos em abrigo?

As pessoas em situação de rua constroem suas dinâmicas de (re)existência de outras formas, em outros ritmos. Invisibilizados, se adaptam as possibilidades e transformam a rua em espaços outros possíveis. O espaço é um campo aberto as possibilidades, é nele onde as relações se materializam e são vividas, é onde o mundo acontece. Mundo esse que ganha significados por meio das experiências sensoriais que transformam seus estímulos em significados. A pele, o maior órgão do corpo humano, é onde o primeiro contato com o exterior acontece, e é a partir do corpo posicionado que o espaço é escrito.

Os sentidos que a rua adquire são muitos. As histórias grudadas em seus asfaltos e suas esquinas, também. O corpo-sujeito que tem sua história fundida aos asfaltos, e nas ruas (re)existem dia após dia; encontra na rua o medo que a falta da proteção da casa causa, mas, ao mesmo tempo, é atravessado pelo acolhimento que nos encontramos com os iguais, mas diferentes, proporcionado no compartilhar da andança-vida nas ruas.

Sempre ouvi dizer que na vida acadêmica, em especial na área das ciências humanas, nossas pesquisas não destoam totalmente da nossa realidade. Nessa perspectiva, desde que este projeto nasceu venho pensando em como ele se relaciona comigo; em que momento nos encontramos. Nunca morei na rua ou tive em meus ciclos próximos pessoas que tenham experimentado o estado de moradia de rua, mas, como mulher, a rua pra mim sempre foi um lugar estarrecedor.

Ao pensar na rua, o primeiro sentimento que me vem à mente e ao corpo é o medo. Como mulher, o medo é parte indissociável da minha experiência nos espaços públicos. Meu corpo é vulnerável, minha presença é marcada. Na rua, ando atenta a tudo e a todos a minha volta, olhares estranhos, assédio, o perigo eminente. A hora que saio, os caminhos que farei, os jeitos que aciono meu corpo para agir na defensiva. “Não olha, não fala, não dá mole”. Na linguagem de Tuan (2005), uma “Paisagem do Medo”.

‘Paisagens do medo’ diz a respeito tanto aos estados psicológicos como ao ambiente real. O que são paisagens do medo? São as quase infinitas manifestações das forças do caos, naturais e humanas. Sendo as forças que produzem caos onipresentes, as tentativas humanas para controlá-las são também onipresentes. De certa forma, toda construção humana — mental ou material — é um componente na paisagem do medo, porque existe para controlar o caos. [...] Cada moradia é uma fortaleza construída para defender seus ocupantes humanos dos elementos, é uma lembrança constante da vulnerabilidade humana. (Tuan, 2005, p. 10)

Os espaços exercem esse poder, nos remetem memórias e sentimentos. Nossos corpos como socialmente (de)marcados, experimentam as mais diversas espacialidades de formas completamente distintas. Nesse sentido, o campo das geografias das emoções pauta a ideia de que as emoções também são fenômenos espaciais. Dessa forma, a experiência humana, como defende Campos e Silva (2020), é simultaneamente corporificada e espacial - e podemos assumir que também possui um caráter emocional - o que pressupõe considerar as diferenças dos corpos que compõem o processo e suas vivências nos mais diversos espaços.

A experiência de habitar nos espaços públicos como sujeitos marcados por gênero, raça, sexualidade, entre outras multiplicidades de formas de se corporificar no mundo - corpos trans, não binários, gordos, PCD, etc. - representa um desafio: o público remete medo, insegurança e, paradoxalmente, pode ser espaços de enfrentamento, reafirmação e apropriação. Ocupar os espaços públicos é uma forma pela qual os sujeitos marcados como dissidentes enfrentam o poder dominante e reiteram sua existência.

O espaço público é onde o poder dominante masculino e patriarcal e racista, definiu - e ainda define - por meio de suas dinâmicas de funcionamento, as possibilidades permitidas a alguns corpos/sujeitos e negadas a outros. A partir de Joice Berth (2023) entende-se que a cidade se constitui através das influências dos discursos que moldam toda a sociedade, sendo assim, a urbe reproduz em seus espaços as estruturas sociais e omissões históricas.

A rua tem seu significado fluido, atravessados pelo uso do espaço, hora do dia, localização. Quem frequenta a rua? “Vários corpos são requeridos para formar uma sociedade e cada um desses corpos apresenta uma espacialidade pessoal e (re)significa o mundo à sua própria maneira” (Olivia, 2022, p. 171), dessa forma o corpo exerce uma função dupla de ocupar o espaço ao mesmo tempo, ser espaço.

A rua é parte da cidade, marca o urbano como local de trânsito e passagem; é aparentemente “fixa”, podendo a escala da rua e o seu significado ser pensados através do acionamento de vários conceitos. Pensar o espaço urbano, os espaços públicos, o direito à cidade, tudo isso envolve, de alguma forma, pensar a rua. Seu verdadeiro significado se encontra no corpo-experiência dos sujeitos e nas formas através das quais eles ocupam esse espaço. Como afirma Olivia (2022, p.171), “geo-grafar sem corpo é desumanizar os espaços”.

Direcionando a discussão para um viés diferenciado, podemos afirmar que escala é um conceito importantíssimo na Geografia e, como qualquer outro, sua origem está localizada em um espaço-tempo, em que uma ordem dominante busca legitimar seu poder pela produção de

conhecimento, legitimando a ideologia¹ dominante. Nesse contexto, o conceito de escala na história do pensamento geográfico adquiriu o significado fixo e imutável. Por muito tempo, foi um conceito “impermeável” a questionamentos que mantinha seu significado imutável, independentemente da corrente de pensamento, mas isso vem sendo questionado e repensado.

A geógrafa Iná Elias de Castro afirma que “a análise geográfica dos fenômenos requer considerar a escala em que eles são percebidos” (Castro, 1992, p. 21). Pensaremos, então, a escala como socialmente construída e em constante movimento, como já defendiam Delaney e Leitner, ainda em 1997:

O ponto comum desse conjunto de pesquisas é que a escala geográfica é conceitualizada como socialmente construída, em vez de dada ontologicamente, e que as escalas geográficas construídas estão implicadas na constituição dos processos sociais, econômicos e políticos². (Delaney; Leitner, 1997, p. 93 - tradução da autora)

Sendo a escala construída e (re)construída através das relações de poder e das relações sociais, é possível pensar geograficamente o macro e o micro³. A partir disso, pensaremos a escala da rua como também a escala do corpo. Sustenta-se que não se separa o corpo do espaço: as experiências espaciais são corporificadas e funcionam dialeticamente. O corpo é, ao mesmo tempo, ator e receptáculo nos espaços, suas experiências, suas formas de ver o espaço o dá significado sendo significado por ele de forma que, segundo Johnston e Longhurst (2023, p. 43), “nossos corpos fazem diferença em nossa experiência de espaços e lugares”.

Em “Corpos Reconfigurados”, Elisabeth Groz (2000) contextualiza sobre como o corpo foi pensado através da história. A ciência moderna postulou a separação do corpo e da mente por intermédio da lógica cartesiana e, somente após uma ruptura por meio dos estudos feministas e pós-coloniais, que o corpo começou a ser conceptualizado como mais que um receptor imutável. Groz (2000) afirma:

É através do corpo que o sujeito pode expressar a interioridade dele ou dela e é através do corpo que ele ou ela podem receber, decodificar e traduzir os estímulos do mundo “externo”. (Groz, 2000, p. 60)

O corpo é tanto ativo quanto produtivo, embora não seja originário: sua especificidade é uma função de seus graus e modos de organização que, por sua vez, são os resultados ou consequências de sua capacidade de ser afetado por outros corpos. (Groz, 2000, p. 65)

¹ [...] Para que a ideologia seja eficaz é preciso que se realize um movimento que lhe é peculiar, qual seja, recusar o não-saber que habita a experiência, ter a habilidade para assegurar uma posição graças a qual possa neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda a tentativa de interrogação. (Chauí, 1980, p. 5)

² The common thread across this body of research is that geographic scale is conceptualized as socially constructed rather than ontologically given, and that constructed geographic scales are implicated in the constitution of social, economic, and political processes.

³ As macro e microestruturas, as macros e micro experiências.

[...] o corpo é crucial para a compreensão da existência psíquica e social da mulher, mas não é mais visto como um objeto a-histórico, biologicamente dado, não cultural [...] o corpo vivido o corpo representado e utilizado de formas específicas em culturas específicas [...] o corpo não é nem bruto, nem passivo, mas está entrelaçado a sistemas de significado, significação e representação e é constitutivo deles. [...] Por um lado, é um corpo significante e significado; por outro é um objeto de sistemas de coerção social, inscrição legal e trocas sexuais e econômicas. (Groz, 2000, p. 75)

É no encontro entre os estudos feministas e as “Geografias Subversivas” (Silva, 2009), que se discute sobre o que atravessa a experiência generificada nos mais diversos espaços. É importante pensar a experiência de ser mulher em um espaço tão intrigante como a rua, em que seu corpo é lido como algo “fora do lugar”. A rua não pertence à mulher: o espaço público foi historicamente cristalizado como espaço masculino, onde o homem conquista e exerce sua dominação; o feminino, nesse cenário, atua como outro e que, em oposição, pertence à casa, ao privado.

De fato, a casa e a rua marcam umas das mais importantes dualidades, das muitas que estruturam a sociedade moderna. A casa e a rua são lugares marcados pelo gênero, devendo-se notar que a casa “ensina a mulher” a exercer seus papéis de reprodução e a rua ensina o homem a ser “macho”. Tal diferenciação é bastante discutido pela antropóloga Anne Fausto-Sterling (2002), em seu texto “Dualismo em Duelo”, onde ela debate como os dualismos trabalham na legitimação das relações de poder, dentre elas o gênero e a sexualidade.

A autora defende que as relações binárias permitem que conjuntos de pares se protejam - e se legitimem mutuamente - uns sobre os outros, sendo relevante assinalar que “os modos que a modernidade impôs para se entender como funciona o mundo dependem, na maioria, do uso de dualismos, pares de conceitos, objetos ou sistemas de crenças opostos” (Fausto-Sterling, 2002, p. 60).

Ressalte-se que o dualismo Casa/Rua remete a significados fortemente definidos: como resultado do processo de colonização-modernidade, temos nossas influências e construções imaginárias baseadas na unicidade ocidental-cristã. O espaço da casa, como concebido na modernidade, é carregado de simbologias cristãs; é a casa que naturalmente pertence à mulher, onde se constrói família; já o homem exerce seu papel de protetor indo à rua, ocupando os espaços públicos e legitimando seu poder nesse lugar.

Ao pensar os espaços da casa e da rua por essa lógica, percebe-se que suas definições são bem marcadas e reproduzidas no pensamento social. A rua nunca foi um espaço permitido a todas as mulheres. Na idade média, a mulher sozinha nos espaços públicos remetia à promiscuidade e à desobediência, onde ela estava à mercê das violências. Na modernidade, a rua continua sendo um espaço interdito, apenas de passagem, que remete a violência e gera

medo. DaMatta (1987) explica muito bem como esses espaços têm seus significados fixados no imaginário social:

Quando eu digo “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas da ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inesperadas. (DaMatta, 1987, p. 15)

O uso dos conceitos aqui se torna um desafio: como expressar tudo que a rua causa, produz e reflete? Todo saber é um saber localizado, como afirma Haraway (1995) e, nesse ponto, como pesquisadora, tenho que encarar todos os lugares que ocupo: alguns privilegiados, outros não. O espaço paradoxal, como proposto por Gillian Rose (1993) e, posteriormente, discutido por Joseli M. Silva (2009), aponta que o espaço é multidimensional, mutável e contingente, ou seja, um mesmo espaço adquire diversas facetas dependendo de quem o ocupa. Sendo assim, a posição dos sujeitos no espaço não é fixa, um mesmo corpo pode ocupar o centro ou a margem, dependendo de sua localização. Dessa forma, Silva (2009) afirma que o espaço paradoxal considera a multiplicidade de identidades dos seres.

Nesse contexto, o corpo se apresenta como uma espacialidade em que o sujeito se localiza (McDowell, 1997; Silva, 2009). É devido a isso a importância de se pensar o espaço paradoxal sob uma perspectiva no qual o corpo seja considerado. “A realidade socioespacial se constrói a partir de relações de poder que se fundam nos enunciados científicos e na posição de quem os pronuncia” (Silva, 2009, p. 88).

Pensar interseccionalmente permite realizar uma análise que considera todos esses lugares que posso ocupar, sendo uma mulher, não-branca, moradora da periferia, bissexual, que possui um corpo fora dos padrões, entre muitas outras características que constroem e (re)constroem as mulheres:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras -, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins; Bilge, 2020, p. 16)

São múltiplas as características que resultam em um sujeito e elas se encontram, atravessam e/ou sobressaem não de forma hierárquica, mas mutuamente. O local em que nascemos, nossa família, religião, gênero, sexualidade, os filmes que assistimos, os livros que

lemos, as músicas que ouvimos, as viagens que fazemos, as pessoas com as quais nos relacionamos de alguma forma, entre outras, resultam na subjetividade de cada sujeito. Destarte, estamos em constante construção, embora alguns atributos humanos possam parecer dados e imutáveis, como o próprio gênero e outros que se modificam ao longo do tempo por sua aparência mais volátil.

A Geografia, etimologicamente, significa *escrita do mundo*, mas é pertinente refletirmos a respeito de qual mundo estamos falando. Durante a realização das disciplinas para obtenção dos créditos para o mestrado, tive contato com a Antropologia, Psicologia e a Psicanálise e encontrei avanços em diversas temáticas nas quais a Geografia ainda não conseguiu alcançar. Isso se deve, em parte, à dificuldade de muitos geógrafos e geógrafas em superar os “encantos” da Geografia Crítica e se abrirem as novas epistemologias e possibilidades de pesquisas geográficas.

Mesmo no nosso campo da Geografia Cultural, ainda existe uma negação a tratar de certos assuntos: é comum que muitos colegas ainda ouçam que o que fazem não é Geografia, ou que aquilo é uma “bagunça epistemológica”, dificultando debates e, conseqüentemente, avanços. Ainda que tenham ganhado espaço nos últimos anos, principalmente ao se aproximar dos estudos decoloniais, ainda há também grande desconfiança quanto aos estudos das chamadas “Geografias Subversivas” (Silva, 2009). Segundo Silva (2009), no Brasil, o movimento feminista pouco influencia os pressupostos teóricos e metodológicos vigentes na Geografia; e, dessa forma, os estudos feministas, de gênero e sexualidade ainda são marginalizados por parte da Geografia Brasileira.

O professor Paulo César da Costa Gomes (2020), em um de seus textos recentes, discute sobre a *grafia da geo*, e pontua que a dita escrita do mundo seria mais precisa sendo traduzida como inscrita, registro ou o ato de deixar rastros; o autor afirma mais precisamente que:

A grafia pode ser, então, entendida como o estudo dos vestígios desses processos que ocorrem na Terra, em seu corpo. [...] não é o conjunto dos corpos em sua materialidade, é a imagem deles, é o registro da maneira como esses corpos se apresentam em um determinado lugar, em determinado momento. (Gomes, 2020, p. 2)

Com tantas diferenças e especificidades que nos atravessam, o mundo não pode ser significado a partir de uma única perspectiva. Qualquer consenso que se busque significar o mundo em uma só totalidade, sendo os sujeitos e os espaços por eles ocupados categorias tão complexas, é questionável e age mediante uma ótica hegemônica e dominante.

Pensar que definir o mundo seria tão simples e feito somente por meio de uma única perspectiva, é ignorar que observamos e percebemos os espaços à nossa volta por intermédio

de um lugar de interpretação único, é ignorar as multiplicidades. É o que Massey (2008) visa dizer ao pensar o espaço como uma coetaneidade, onde a multiplicidade de narrativas o compõe e o constrói.

Em uma leitura realizada nas minhas aventuras pelos estudos urbanos, me deparei com o conceito de *flâneur*⁴: o sujeito espectador cujo objetivo é observar a cidade despercebidamente, quase como um corpo invisível. O conceito parte de uma lógica estruturalista, em que o sujeito observador conseguiria visualizar o mundo neutramente e descorporificada, seguindo os moldes do século XVIII, do discurso da recém nascida ciência moderna.

Para um homem – o homem branco-cis - pode ser algo simples; enquanto sujeito universal seu corpo transita livremente, quase invisível. Porém, a geografa Leslie Kern (2021) contrapõe e questiona: pode o *flâneur* ser uma mulher (*flâneuse*)? A resposta surge fácil, pois segundo ela, “as mulheres nunca podem se esconder totalmente na invisibilidade, porque seu gênero atribui a elas uma marca que as torna objetos do olhar masculino” (Kern, 2021, p. 42).

Sendo os espaços percebidos e vividos a partir do lugar no qual o sujeito ocupa e, sendo a observação imparcial e invisível um privilégio que abarca a tríade homem-branco-cis, características como gênero, raça, sexualidade, corpo, idade, etc., são métricas de análise que alteram as interpretações e experiências espaciais.

Esses poderes partem de uma lógica de produção e organização da sociedade que surge com o advento da modernidade em que todo conhecimento é produzido através ideologia dominante. Em contraponto, outras epistemologias vêm sendo debatidas e consolidadas. Aqui, me sustento através do pós-estruturalismo que, segundo Gomes (2020), se definem como “os rejeitam em seus escritos a ordem visual moderna, acusando-a de ter sido estabelecida pelos poderes sociais que eles denunciam” (Gomes, 2020, p. 5).

As razões pelas quais as pessoas transformam a rua em local de moradia podem ser diversas: vícios, problemas financeiros, desavenças familiares, violência, etc. E, ao se encontrarem em situação de vulnerabilidade, a “opção” pela rua como local de habitação se manifesta e verifica-se um fato significativo (e insólito): o significado do espaço público passa

⁴ Originalmente o termo foi inventado por Charles Baudelaire (1821 – 1867) e se refere a alguém que observa a cidade ou seus arredores, e experimenta um verdadeiro passeio não só fisicamente, mas também um pensamento filosófico e uma forma de ver e sentir as coisas. Caminhar por caminhar, sem pressa para chegar de um lugar ao outro, mas sim para observar e questionar a paisagem urbana, vielas, esquinas escondidas e becos, observando o que há de iminente e também ser observado. Disponível em: <[Flanêur\(ismo\) – Observatório Cidadania Cultura e Cidade \(ufscar.br\)](http://Flanêur(ismo) – Observatório Cidadania Cultura e Cidade (ufscar.br))>. Acesso em: 30 abr. 2023.

por transformações, deixa de ser um local de passagem e passa a ser um espaço de convivência, onde se estabelecem relações de cuidado e moradia.

Vistos como marginais, os que ocupam a rua carregam estigmas e sofrem violências, experimentando a cidade de forma completamente diferente dos demais grupos e comunidades urbanas, produzindo novas espacialidades a partir de suas experiências particulares de vida. A rua adquire outros significados, de forma que a população em situação de rua produz geografias e espacialidades cotidianas possíveis, em busca de garantir a sua própria existência (Robaina, 2011).

Como corpos apagados pelo Estado e ignorados pelas demais pessoas, as experiências e realidades desses sujeitos os conduzem a produzirem outro espaço da rua, no qual seus corpos se tornam locais centrais das relações sociais e alvo das dinâmicas de poder produzidas e reproduzidas espacialmente. É pertinente observar, a propósito, que romper com o senso comum concebido através da imagem hegemônica construída a respeito das pessoas em situação de rua, nos conduz a afirmar que a produção do espaço, por meio de olhares femininos, possui especificidades e, ao mesmo tempo, exige a construção de estratégias de resistência para que seus corpos possam existir.

Ao considerar os corpos subalternos, suas narrativas e trajetórias em diferentes espacialidades, supõe-se que o espaço da rua possa representar um local de passagem e fuga, constituindo um lugar em que novas relações sociais são constituídas a partir da construção/estabelecimento de laços de solidariedade e afeto, pois habitar a rua envolve um enfrentamento constante aos medos e as dores que constroem o sujeito feminino.

1.1 Especificando a Pesquisa

Nessa perspectiva, para atingir o propósito da pesquisa, esta dissertação possui o objetivo geral de compreender o espaço que a rua adquire através das vivências de mulheres que estão ou estiveram em situação de rua. Entre os objetivos específicos estão: *(i)* compreender a construção e os significados do espaço da rua; *(ii)* analisar como são formadas as relações sociais entre as mulheres e os motivos que as levaram a não estarem mais no espaço da casa; *(iii)* ressignificar a rua por meio das narrativas e trajetórias das interlocutoras.

A metodologia parte da análise do discurso, que se dará por intermédio da elaboração de um roteiro semiestruturado contendo perguntas sobre a trajetória de vida e de rua dessas mulheres, sempre buscando uma abertura para a fala livre. Entende-se que o discurso contém aspectos da realidade subjetivos e passivos a serem interpretados de diversas formas. Cada

sujeito entende o mundo de uma forma e o discurso contem aspectos importantes dessa visão que se transformam em um método de compreender os espaços.

A análise epistemológica da Geografia Feminista parte da premissa de que a concepção de gênero foi cristalizada por intermédio de construções sociais, que classificam os sujeitos ao partir de características que buscam defini-los, elencando especificidades a serem desempenhadas por homens e mulheres. A Geografia, como uma ciência que nasce na modernidade, reproduz essas estruturas de poder em suas análises e exprime o espaço através dessa ótica dominante eurocentrada. Por isso a importância de romper com essa lógica e compreender a produção do espaço por meio de narrativas dos que tiveram suas vozes silenciadas, desafiando a crença do saber universal.

Tal abordagem terá o suporte da teoria interseccional, que pensa os sujeitos fundamentados em uma multiplicidade de características, que se atravessam e se interseccionam nos diversos espaços-tempos. Nessa perspectiva, admite-se que as várias facetas dos espaços sejam experimentadas conforme o corpo dos indivíduos é visto e entendido socialmente, variando conforme o espaço-tempo.

A partir de Doreen Massey (2008) pode ser entender o espaço como uma dimensão implícita que molda nossas cosmologias estruturantes; ele não seria, portanto, fixo nem imutável e seria produzido relacionalmente imbricado a relações de poder, ou seja, sua construção e entendimento se dá de forma relacional. A autora afirma que esta cosmologia de única narrativa “oblitera as multiplicidades, as heterogeneidades contemporâneas do espaço: reduz coexistências simultâneas a um lugar na fila da história” (Massey, 2008, p. 24).

No primeiro capítulo, “*Caminhos de Pesquisa*”, o objetivo é revisar alguns conceitos que atravessam a história do pensamento científico e geográfico. Como ponto de partida, propõe-se questionar alguns pressupostos imposto pela ciência moderna que através da ideia de razão e objetividade silenciou e apagou a multiplicidade de narrativas existentes. A partir disso, busca-se, através dos estudos de gênero, raça e decolonialidade, construir um saber que se propõe a ser múltiplo. Fundamentado nas ideias discutidas anteriormente, pretende-se pensar a formação social das identidades para compreender os significados atribuídos as categorias como gênero e raça e como elas marcam uma posição atribuída aos sujeitos. Dessa maneira, se busca discutir a produção de saber partindo de uma luta contra-hegemônica, que abrace a multiplicidade de formas de se fazer ciência.

A metodologia proposta, de cunho qualitativo, usada na pesquisa, em que se propõe um saber localizado, pensando a produção dos espaços por meio das multiplicidades que compõe os sujeitos. Foram realizadas cinco entrevistas formais por meio de um roteiro semiestruturado,

onde os dados obtidos se deram por intermédio do diálogo e da fala livre das participantes. O método de análise das falas foi a análise de discurso que se pretende, ao partir do dito e do não dito, compreender o mundo do sujeito ao partir do discurso proferido e seus significados.

No segundo capítulo, *“Reivindicando uma Ciência Plural”*, busca-se revisitar brevemente a genealogia da ciência moderna, trazendo para o centro do debate a reivindicação de uma produção de conhecimento contra hegemônica. A colonialidade de poder também criou uma colonialidade de saber que silenciou diversas visões de mundo que, aqui, objetiva-se representar de alguma forma. Posteriormente, trata-se sobre como a ciência geográfica também seguiu o caminho hegemônico e como surgiu as correntes do pensamento que rompem essa lógica. Assim, entende-se que os sujeitos são múltiplos e que essa multiplicidade produz diferentes visões de mundo e conseqüentemente de espaço, podendo este último ser significado a partir de quem ocupa.

No terceiro capítulo, *“Identities: Um Conceito em Disputa”*, discute-se a noção de identidade como algo fixo e imutável e que, por muito tempo, foi aceita e usada para justificar a diferença entre sujeitos e legitimar hierarquias. A partir disso, entende-se o movimento feminista como um tensionador das noções essencialistas que definiam significados fixos a categoria mulher e que, como movimento político, rompe com essa lógica. Além disso, entende-se que a raça é uma categoria essencial para se compreender as desigualdades socioespaciais e é também uma tecnologia resultada da modernidade, assim usa-se da epistemologia interseccional para se pensar a multiplicidade dos sujeitos nos espaços. Assim, entende-se que as categorias de identidade delimitam o acesso a determinados corpos aos espaços, negando e permitindo, através de dualismos como a casa e a rua.

No quarto capítulo, *“A Caminho da Rua”*, entende-se, por meio dos relatos das entrevistadas, como a rua pode adquirir novos significados, dialogando com conceitos como corpo, gênero e as vivências no espaço público. Por fim, com o título *“Para que Continue”*, apresentam-se as conclusões finais; não como um ponto final fechado e concluído, mas como um convite a continuar adentrando nesse mundo tão pouco explorado pela Geografia, o qual é o das pessoas em situação de rua. As entrevistas resultaram em páginas e páginas de relatos que tiveram que ser selecionados e delimitados dado o tempo de duração do mestrado. Porém, existe muito ainda a ser explorado e discutido no vasto mundo da rua.

2 CAMINHOS DE PESQUISA

Para decolonizar las prácticas investigativas, es necesario situar la investigación en un contexto cultural más amplio y hacer la autocrítica desde dentro del mismo proceso de investigación, reconociendo a cada sujeto participante como el otro-yo. (Ocaña; Lopez; Conedo, 2018, p. 182)

Temáticas consideradas dissidentes sempre foram vistas com maus olhos no mundo acadêmico. Para muitos, enxergar certas questões como possíveis de serem “cientificadas”, no sentido de se fazer ciência, e produzir conhecimento através delas, eram inaceitáveis. A necessidade moderna de se compreender o mundo fez com que certas regras fossem impostas para que essa compreensão não fosse por caminhos “trevosos”, mas sim que seguissem no caminho do “século das luzes”. E assim foi por muito tempo.

Ao nos posicionarmos, como pesquisadores, contra a hegemonia dominante que dita a produção de conhecimento, temos que nos apoiar nas armas que nos foram dadas. Armas, as mesmas usadas para legitimar o pensamento dominante, como a razão, e subvertê-las ao nosso favor. Por isso questionamos a razão universal e suas pretensões; cada sujeito está posicionado em um determinado espaço, e essa posicionalidade cria diferentes formas de ver o mundo. É a partir disso que fortalecemos nossos caminhos de pesquisa.

Através das epistemologias contra hegemônicas, questiona-se o lugar universal que a ciência eurocêntrica visou fixar. Aqui apresento as discussões epistemológicas que sustentaram as bases teóricas para os debates que se seguirão, defendendo que as nossas metodologias devem ser coerentes com nosso posicionamento teórico e epistemológico (Silva; Almeida; Silva; Campos 2017, p. 402).

O caminho de pesquisa envolve todo o trajeto não só teórico e metodológico, mas do pesquisador consigo mesmo e sua visão de mundo. Os caminhos percorridos aqui começaram a ser traçados antes mesmo da pesquisa tomar forma. Nasce no ato de observar o mundo, de estar presente por completo nos espaços, da troca com o outro, e num mergulho com as mais diversas linhas do conhecimento, seja ele geográfico ou não.

O presente capítulo apresenta os passos de construção desse trabalho, vislumbra-se o estado da arte que envolve a temática, como a presente pesquisa nasceu e as ferramentas epistemológicas e metodológicas que sustentam o objetivo final: uma compreensão do espaço da rua por meio do olhar de quem o produz e o experiencia.

2.1 Primeiros Passos

Quando a presente pesquisa começou a nascer em minha cabeça, eu ocupava - mesmo que de forma temporária e atípica - esse lugar quase como o de uma *flâneuse*, - ainda que, como já citada anteriormente, uma mulher jamais consiga exercer tal função. Porém, em um contexto atípico, foi passível, de certa forma, ser uma mulher que observa a cidade. Mesmo que resguardada pelo inabitual, o mundo naquele momento era outro.

Durante a pandemia do vírus COVID-19⁵, em sua fase mais crítica nos anos de 2020 e 2021, quinzenalmente precisava me deslocar de onde morava, na zona norte de Belo Horizonte, até o centro da cidade em um trajeto realizado de carro; e, na época, observei uma abundância de pessoas em situação de rua, mais do que o comumente se via anteriormente. Ao observar o perfil dessa população, me chamou atenção o grande contingente de mulheres e crianças.

O vírus que resultou em uma pandemia apareceu na China em 2019 e, em questão de meses, se espalhou pelo planeta. No Brasil, o primeiro caso apareceu em fevereiro de 2020 e, em março, foi decretado o *lockdown*, alterando completamente o funcionamento e as dinâmicas do dia-a-dia e dos espaços, de uma forma não vista há mais de um século. Como consequência, houve um grande desequilíbrio social - desemprego, falta de acesso às políticas de biossegurança, políticas negacionistas, etc. - que acentuou as desigualdades, a falta de acesso a bens de serviços públicos de saúde, assistência social, e uma enorme mudança nos espaços de circulação da população como um todo.

Mesmo com ação do governo, através da Campanha Nacional Despejo Zero, que proibiu qualquer ação de despejo durante a pandemia, dezenas de famílias perderam suas casas. As pessoas que já estavam na rua foram seriamente afetadas, de forma que ainda hoje há poucos dados sobre os efeitos da pandemia em pessoas em situação de rua. Uma de nossas entrevistadas, que esteve em situação de rua durante a pandemia, declarou “*todas as pessoas estavam ficando dentro de casa e eu não podia tá dentro de casa*”.

⁵ A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca. Outros sintomas menos comuns e podem afetar alguns pacientes são: perda de paladar ou olfato, congestão nasal, conjuntivite, dor de garganta, dor de cabeça, dores nos músculos ou juntas, diferentes tipos de erupção cutânea, náusea ou vômito, diarreia, calafrios ou tonturas. Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão aprimorou a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Essa decisão aprimora a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Disponível em: (OMS, <Folha informativa sobre COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde (paho.org)>. Acesso em: 30 abr. 2023.

A desigualdade e, conseqüentemente, a pobreza já existente, aumentou em níveis abissais, de forma que milhões voltaram à linha da miséria e em estado de insegurança alimentar; e com o aumento da quantidade de pessoas em situação de risco social e econômico, algumas delas só tiveram a rua como lugar para ocupar. Define-se, a propósito, como população em situação de rua:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Brasil, 2009)

O município de Belo Horizonte - local de estudo do presente trabalho - realizou quatro pesquisas-censo para contabilizar e definir o perfil social das pessoas em situação de rua que vivem na cidade. O primeiro deles foi realizado no ano de 1998 e tinha como objetivo geral pesquisar e localizar a população de rua do município, visando diagnosticar e subsidiar a execução de políticas públicas direcionadas a esse segmento social (DITP, 1998).

Os resultados do primeiro censo apontavam 1.120 pessoas em situação de rua no município, sendo 714 homens, 202 mulheres e 204 menores de idade sob a responsabilidade de algum morador de rua; essa população ocupava principalmente as regiões Centro-Sul e Noroeste.

[...] a Regional Centro-Sul destaca pelo número de moradores em ruas e avenidas, provavelmente atraídos pela concentração de atividades econômicas (principalmente comerciais) que permitem a realização de pequenos serviços por esta população; [...] e a Noroeste pelo número de pessoas embaixo de viadutos - local de moradia disputado, principalmente por famílias. (Departamento de Informações Técnicas e Planejamento, p. 24-25, 1998).

Além disso, o censo de 1998 apresentou informações raciais que contabilizavam 73% da população em situação de rua como sendo constituída de sujeitos pretos ou pardos; em sua maioria homens, e 77% sendo migrantes (DITP, 1998). Em 2004 (DITP, 2006), foi realizado o segundo censo, o qual obteve informações e análises mais completas que o primeiro: nele foram contabilizadas 1.239 pessoas em situação de rua, sendo 991 homens, 166 mulheres e 75 crianças.

Chama a atenção o ritmo de crescimento do número de adultos homens em situação de rua, que, no período, atinge a taxa média de 4,8% ao ano. Por outro lado, ocorreu uma substancial redução, em termos tanto relativos como absolutos, no número de mulheres e, paralelamente, no número de menores de 18 anos, acompanhados por um adulto, respectivamente, menos 2,76% ao ano, e menos 13,32% ao ano (DITP, 2006).

O terceiro censo é marcado por mais uma mudança em relação aos anteriores: segundo os autores, “a pesquisa inovou no seu aspecto metodológico e de aprofundamento em questões relativas ao cotidiano dessa população” (Garcia et al., 2014, p. 28). Em 2014, foram identificadas 1.827 pessoas em situação de rua, das quais 79,5% se declaram pardos ou pretos, além disso, apenas um contingente de 13,2% deles é composto por mulheres. (Garcia et al., 2014).

Mesmo com o baixo número de mulheres em situação de rua, é pertinente observar que o percentual delas vem crescendo significativamente. Além disso, a diferença abissal entre a quantidade de homens e mulheres faz com que essa população seja vista como homogeneamente masculina, resultando na formulação/aplicação de pouquíssimas políticas públicas direcionadas a diferenças entre as necessidades dos corpos generificados.

Na rua, se pode encontrar pessoas de várias origens sociais, com trajetórias diversas, com diferentes períodos na rua, com doenças e deficiências distintas, grupos familiares, pessoas sozinhas, grupos de amigos, moradores e frequentadores de programas sociais, o que, por um lado, não impede a organização de grupos de análise, mas, por outro, dificulta a formulação e implementação de políticas públicas a partir de generalizações acerca dessa população. (Censo Pop Rua. 2006, p. 23)

No ano de 2021, dados do programa Polos da Cidadania (UFMG) contabilizaram aproximadamente 9.147 pessoas em situação de rua no município, destas 964 eram pessoas que se identificavam com o sexo feminino (Polos, 2024). Mais recentemente, foram divulgados alguns dados preliminares, obtidos no último censo realizado no ano de 2022, pela Faculdade de Medicina da UFMG e, até a presente data⁶, o relatório final ainda não havia sido publicado em íntegra.

Os números apontam um significativo aumento na população em situação de rua; que chega hoje a 5.344 pessoas em números oficiais, podendo esse número chegar a mais de 8.000, segundo estimativas não oficiais, sendo 16% dessa população, constituída por mulheres. Mesmo com uma aparente diminuição em comparação com dados de 2021 - impulsionados pelo Programa Aluguel Solidário⁷, oferecido pela Prefeitura de Belo Horizonte -, o número oficial de pessoas em situação de rua é um dado difícil de se obter em totalidade devido uma série de fatores como mobilidade, localização e status “pendular” de muitas dessas pessoas.

⁶ 29 jun. 2024.

⁷ Projeto Aluguel Solidário, preconiza o acesso à moradia como primeiro passo para acessar demais políticas sociais. O objetivo é romper com o ciclo de caridade e repressão, a fim de construir uma saída perene e digna à situação de rua. A proposta prevê ainda a recuperação ou reutilização de espaços já construídos, não impactando em novas construções. Disponível em: < <https://sementemg.org/aluguel-solidario-moradia-para-a-populacao--em-si>>. Acesso em: 28/04/2023.

O objetivo do presente trabalho não é entender e explicar as razões do aumento brusco na população em situação de rua nos últimos oito anos - mesmo que os relatos apresentados nos desvendem alguns dos principais motivos -, porém é importante citar algumas das mudanças políticas que refletiram diretamente na vida social e econômica do país, atingindo principalmente a população em alto risco social, ou seja, os mais pobres e as minorias.

Desde o golpe de 2016, o Brasil vem enfrentando crises políticas e econômicas resultantes da instabilidade que atinge a população no país. O governo Bolsonaro que ocupou a presidência entre 2019-2022, priorizou em sua agenda política o sucateamento das instituições de apoio social e as pesquisas que buscam quantificar a realidade social - como o censo IBGE adiado por quase três anos -, o que resultou na acentuação de desigualdades aumentando ainda mais o abismo social entre os mais pobres e os mais ricos. Somando-se às instabilidades já citadas, o aumento do desemprego e a crise sanitária da Covid-19, um cenário grave de problemas sociais se estabelece, o que pode explicar o expressivo aumento de pessoas ocupando as ruas nos últimos anos.

Para as mulheres, a rua adquire dimensões ainda mais significativas; e como espaço oposto à casa (a qual remete à segurança, família: o lugar “naturalmente” feminino) ocupar a rua é enfrentar outro mundo, um que nunca foi pensado para acolher e ser ocupado por corpos femininos. É relevante assinalar que na rua, o corpo feminino é transformado em alvo: os espaços públicos estruturados como masculinos nunca foram receptivos às mulheres, de forma que o corpo generificado nas ruas se torna um espaço de resistência e lutas, e para sobreviver, as mulheres precisam construir estratégias de proteção e redes de apoio e cuidado.

Vale ressaltar que o poder patriarcal buscou fixar um saber comum que, por intermédio da homogeneização das mulheres, impediu a construção de múltiplas narrativas sobre as visões femininas do mundo. Assim, o recorte de gênero, tal como a raça, para a compreensão do espaço da rua é uma tentativa de se fazer ouvir as vozes historicamente silenciadas.

A noção de gênero se dá por meio de significados culturais assumidos pelo corpo sexuado engendrado e legitimado por relações de poder, que buscam a dominação de um sobre o outro e a manutenção do sistema hierárquico social vigente, como apresentado por Butler (2019). A autora postula que o gênero é culturalmente construído: não é resultado casual do sexo nem tampouco tão aparentemente fixo quanto ele.

Para ser possível capturar a realidade das mulheres em situação de rua em seus discursos, utilizaremos como metodologia de coleta de dados a entrevista a partir de um roteiro semi-estruturado. Mesmo que o objetivo seja o livre discurso das nossas interlocutoras, é

importante que tenhamos um direcionamento para que se seja possível tecer alguns pontos de similaridades/diferenciações nos relatos. Porém, buscou-se sempre a fala livre.

Os saberes localizados são comumente encontrados nas literaturas feministas, pós-coloniais, decoloniais e em autores do norte global que partem de perspectivas pós-estruturalistas. O conceito parte da ideia de que cada sujeito tem em si sua visão de mundo e essa se localiza através do lugar social que tal ocupa. E, sendo assim, consideraremos sinalizações de autores como Haraway (1995), que afirma:

Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver. (Haraway, 1995, p. 20-21)

Ademais, é relevante assinalar que apenas o sujeito que experimenta certa realidade e vivência do cotidiano conhece verdadeiramente seu mundo, pois se assegura nitidamente que o olhar irá interpretar a realidade a partir da subjetividade do observador. Um ponto de vista é, antes de tudo, uma posição no espaço. Dessa posição “vemos” algo e, por isso, o acesso à visualidade é condicionada pela localização e pela posição do observador. “O uso abstrato da expressão nos fez perder isso de vista” (Gomes, 2012, p. 6).

Em “*Caminhos de Pesquisa*” identificam-se possibilidades outras de se construir um método científico que considera a multiplicidade de existências e histórias, baseia-se na história de vida para afirmar que as narrativas dos sujeitos oferecem informações possíveis de serem discutidas e apresentadas como um dado científico, dado a localidade de suas histórias e seu lugar no espaço-tempo. Dessa forma discute-se os caminhos metodológicos usados para a realização da presente pesquisa.

Pensar os caminhos metodológicos é algo que vai muito além de escolher uma trajetória e segui-la durante a pesquisa: é um processo que envolve o tema trabalhado e, principalmente, o lugar do pesquisador. O sujeito que pesquisa também influencia na análise dos dados obtidos e no resultado do trabalho, por mais que a ciência moderna-positivista insistisse (e ainda insiste!), em algumas de suas vertentes, em afirmar o contrário: nossa forma de interpretar o mundo como pesquisador esbarra nas nossas próprias construções subjetivas.

2.2 Compreender através de Metodologias Localizadas

Entender os espaços em toda sua multiplicidade de possibilidades exige muito do pesquisador. Praticar uma ciência que se diz feminista, decolonial e antirracista é se comprometer não só politicamente com o que se propõe a produzir, mas estar ciente do compromisso ético, teórico e metodológico. É indispensável compreender os limites, saber ouvir e interpretar sem tirar o protagonismo de quem fala, e compreender que “os grupos investigados não são passivos no processo de pesquisa, mas atuantes na sua produção” (Silva; Ornat; Junior, 2017, p. 15). Essa foi minha maior preocupação durante todo desenvolvimento do trabalho.

Lidar com populações que experimentam realidades tão delicadas, cercadas de estigmas e invisibilidades me causou muito receio. “Chegar nessas pessoas” de forma que elas não fossem reduzidas a um mero objeto de estudo é a maior preocupação de quem trabalha com temáticas que envolvem corpos dissidentes e realidades marginalizadas.

Essa preocupação com a posicionalidade enquanto pesquisador e o contato com a população em situação de rua foi também observado pelo geógrafo Igor Robaina, em seu trabalho com o cotidiano do grupo no contexto da cidade do Rio de Janeiro. Segundo o autor, a dificuldade em estabelecer confiança com a pessoa em situação de rua se dá pela blindagem social que esse grupo experiencia. A partir de suas experiências em campo o autor em uma de suas anotações relata:

Alguns indivíduos que abordei durante estas duas semanas apresentaram inicialmente algum grau de agressividade e se negaram completamente a conversar; outros permaneceram em silêncio, como se não tivessem sido abordados. Também houve aqueles que afirmaram de antemão não serem moradores de rua, ou seja, já haviam sido abordados por outros pesquisadores ou interessados pelo tema, mesmo sem qualquer viés acadêmico (Robaina, 2018, p. 248)

O presente trabalho é norteado considerando a heterogeneidade da população em situação de rua, de modo que a análise considere as especificidades das experiências generificadas como também racializadas e, assim, consiga-se apreender o espaço da rua por meio das mulheres que ocupam esses espaços. Compreender o espaço através da posição dos sujeitos que o experimentam é uma forma de se produzir uma ciência de retorno, de forma que os corpos historicamente silenciados ocupem seu lugar de direito, rompendo com a lógica dominante que sempre definiu os conhecimentos como válidos e inválidos. Assim, busca-se uma compreensão do espaço da rua através dessa localidade, considerando os corpos

subalternos, bem como suas trajetórias e narrativas; sustentando a hipótese que o espaço da rua pode ter múltiplas representações e significados.

Ao discutir sobre as metodologias qualitativas em Geografia, Patrícia G. Nola (2016) destaca a questão de como pensar e desenvolver metodologias que tem na subjetividade de grupos e sujeitos o material científico para compreensão do espaço. A autora afirma que: “ao deslocar o problema da materialidade do espaço para aspectos que envolvam subjetividades, insere-se a questão de como fazê-lo” (Nola, 2016, p. 35).

Dessa forma, se aventurar por geografias outras, é um exercício não apenas de desafiar a lógica hegemônica das epistemologias dominantes e as formas de se fazer o método, mas também envolve “o desafio de aventurar-se por geografias subterrâneas, por vozes silenciadas, impõe rigor e criatividade na execução e reflexão metodológicas” (Nola, 2016, p.36). Além disso, a autora completa: “as narrativas do espaço imersas nas histórias de vida, nas práticas socioespaciais, são objetivo desta aventura, porque pesquisar pressupõe desprender-se e perder-se no novo, no inusitado, buscando, com isso, recriar caminhos” (Nola, 2016, p. 36)

A pesquisa do cunho qualitativo na Geografia envolve um desenvolvimento metodológico conciso e bem definido. A partir da epistemologia que nos guia, as geografias feministas, nos embasaremos também nos seus pressupostos teórico-metodológicos. Por ser historicamente um campo de saber negado, é essencial que a metodologia usada seja muito bem definida. É o que se pretende aqui.

Para acessar os discursos reais das pessoas em situação de rua e, por meio de suas falas ser possível compreender os significados do espaço da rua levando em conta suas vivências, usaremos a narrativa oral - ou história de vida -, para que as participantes da pesquisa se sintam livres para falar sobre suas histórias.

Para que os discursos fossem proferidos usamos como base um questionário semiestruturado, que serviu de guia para determinar alguns pontos necessários a serem explorados na conversa. Porém, a intenção é que houvesse uma fala livre e as questões emergissem como intervenções de forma natural e fluida.

Além disso, novas informações inesperadas podiam surgir, fazendo com que os rumos da conversa mudem e novas pautas apareçam, o que de fato se verificou na prática. Ao falar, as pessoas constroem identidades, articulam suas experiências e refletem sobre o significado destas experiências para si (Rocha-Coutinho, 2006, p. 67). A linguagem como um sistema de signos possui a capacidade de expor os sentidos atribuídos ao mundo e suas relações, o discurso segundo Orlandi (2005) é o fazer sentido da língua enquanto trabalho simbólico. Além disso, Grada Kilomba também discute os usos da linguagem e afirma:

A língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através de suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana. (Kilomba, 2019, p. 14)

O questionário⁸ foi composto de quatro sessões, cujo objetivo é delimitar um caminho a ser seguido buscando conhecer a pessoa que fala. Foi delimitado quatro tópicos principais divididos em questões que envolvem aspectos ‘*socioeconômicos*’ como idade, origem e raça; a sessão ‘*espaço da rua*’ que engloba questões sobre a trajetória de vida e as razões que as levaram à rua.

As sessões seguintes são a ‘*ser mulher na rua*’, que entenderá a compreensão dos sujeitos sobre o que é ser mulher para elas e como o gênero marca sua experiência, além da raça em mulheres que se autodeclarem pretas/pardas. A última sessão ‘*rua e as relações sociais*’ compreenderá o significado da rua para as entrevistadas e como se dá as dinâmicas de ocupação, relações sociais, afeto e cuidado.

O projeto foi submetido a Plataforma Brasil para a análise pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) em março de 2023 sob o até então título da dissertação “Espaços que Não Importam: O Apagamento e as Vivências de Mulheres em Estado de Moradia de Rua no Município de Belo Horizonte”. O parecer de número 6.161.929 atribuído a pesquisa foi aprovado em 04 de julho de 2023, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após serem informadas do objetivo da pesquisa e da confidencialidade dos dados coletados. Em relação falas, não foi considerada as normas da linguagem culta, de forma que as falas foram transcritas exatamente como foram ditas.

É essencial reforçar que o questionário foi apenas um direcionador. Contudo, o mais importante é a fala livre, podendo seguir para outros caminhos imprevisíveis. A história de vida carrega em si como o sujeito se formou e as influências e visões de mundo que o compõem. É a partir do corpo/sujeito que se experiencia o mundo e é através dele que se tem/se constrói narrativas do espaço. Assim, parte se de uma metodologia geográfica que considere que:

As experiências, práticas e sentidos associados aos espaços sociais são questões que emergem com importância renovada no conhecimento geográfico, particularmente nas geografias de cunho humanista, cultural e social. (Heidrich; Pires, 2016, p. 35)

Na fase inicial, onde o objetivo é construir um estado da arte que envolva a temática discutida, é inevitável não se apoiar em estigmas e preconceitos, que circulam as discussões

⁸ O questionário encontra-se nos anexos do presente trabalho.

acerca das pessoas em situação de rua. Nola (2016) afirma que se parte do geral para o particular, que no primeiro momento serve como um guia. Foi o que aconteceu.

A ida ao campo é uma parte significativa do trabalho dos geógrafos e geógrafas. É o momento onde a teoria se encontra com a prática e se transforma, colocando nosso olhar à prova. Desde o início do trabalho, pensar no campo sempre me causava ansiedade: ter como objetivo de estudo compreender a realidade de uma população tão sensível mexeu e ainda mexe muito comigo.

Além disso, segundo Robaina (2018), em suas experiências de campo a aproximação foi também um momento que envolveu grandes dificuldades: a blindagem social na qual o grupo está envolto, reforça os estereótipos que os vê como um grupo que perambula pela cidade e muitas vezes como marginais. Dessa forma, o que se tem como resultado é uma estratégia onde as pessoas em situação de rua acabam por criar uma espécie de autoproteção, que dificulta a conversa e a aproximação pelas pessoas de fora, principalmente ao envolver pesquisas.

No Brasil, existem poucos trabalhos de cunho geográfico que discutem acerca da população em situação de rua, o que me fez reunir literaturas originadas de outros campos das ciências sociais e humanas, referenciadas no decorrer do presente trabalho. A partir da revisão bibliográfica e dos trabalhos já produzidos com pessoas em situação de rua, escolhi seguir alguns pressupostos metodológicos sugeridos pelos autores e também pelos pesquisadores das edições do censo realizado no município de Belo Horizonte nos anos de 1998; 2006; 2022, que sugerem alguns cuidados em relação à abordagem.

É indispensável o cuidado e a sensibilidade, decorrentes de se trabalhar com um grupo marginalizado e socialmente excluído e violentado. A literatura sugere algumas minúcias ao se aproximar das pessoas em situação de rua, dentre eles está a atenção ao estado físico/emocional da pessoa; por isso é importante evitar pessoas claramente sob efeito de entorpecentes - bebida e drogas -, e transpareçam sofrer algum transtorno mental grave. Esses cuidados são importantes para evitar que se fuja do objetivo da pesquisa e que se perca do controle da situação, gerando eventuais riscos e problemas.

O trabalho de campo e aproximação com as mulheres em situação de rua não foi fácil, e para ser possível algum tipo de aproximação foi necessário algumas etapas: a primeira foi por meio de um contato por aplicativo de mensagem com o representante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) de Belo Horizonte, Samuel Rodrigues, que me passou o telefone de três mulheres com trajetória de situação de rua. Dentre elas, consegui conversar com duas, mas apenas uma me concedeu a entrevista.

Essa aproximação resultou na primeira entrevista que ocorreu em maio de 2023 e durou aproximadamente uma hora. A entrevistada, que esteve em situação de rua por aproximadamente um ano durante a pandemia, era voluntária do movimento nacional, e suas falas continham um caráter explicativo, quase como uma aula. Durante a entrevista, e posteriormente durante o processo de análise, percebi que ela falava das pessoas em situação de rua e da sua própria experiência como alguém de fora, como uma mera observadora e que, no momento da entrevista, suas falas explicativas aparentavam conter pouco de si mesma e de suas percepções e vivências.

Apesar desse “distanciamento”, durante a etapa do desenvolvimento da pesquisa em que ocorreu a conversa, todas as explicações foram extremamente necessárias e importantes. A conversa foi como um teste do questionário e serviu para ser melhor delimitado, para que se estabelecesse questões a serem incluídas e a construir um caminho lógico que conectasse todas as perguntas de uma forma fluida e com sentido, de modo a responder às indagações do presente trabalho.

Foi também através dessa conversa que pude conhecer de forma mais aprofundada sobre as regiões da cidade, onde a grande maioria das mulheres ocupavam, e a partir disso delimitar a área a ser trabalhada. Sabendo que a população em situação de rua é móvel, o chamado baixo centro de Belo Horizonte foi escolhido como área de campo por agrupar uma maior concentração de pessoas. O grande fluxo de pessoas durante todo o dia que ocorre aí, permite que a população de rua consiga doações e alguns trabalhos informais, popularmente conhecidos como “bicos”.

A escolha da área central pelas populações de rua se deve ao fato de o centro garantir melhores condições de sobrevivência em comparação a outras áreas da cidade, tendo em vista principalmente as possibilidades de atividades laborais (coletas de materiais recicláveis, carretos, pequenos biscates, mendicância, etc.), bem como, a concentração de ajudas assistencialistas do Estado, da Igreja e a atuação de ONG's e de outras ações isoladas promovidas pela sociedade civil. (Robaina, 2013, p. 8)

A nomenclatura “baixo centro de Belo Horizonte”, não é oficial, mas vem sendo cada vez mais utilizada em trabalhos e reportagens, assim como é de comum uso por moradores da cidade. A região conserva grande parte do projeto original da cidade, a primeira capital planejada do Brasil.

Uma das razões da atribuição do nome “baixo centro” se dá pela herança da história da cidade, no qual o hiper centro foi dividido em alto centro que se refere a regiões consideradas mais “nobres” como a região da Praça da Liberdade e seu entorno; já a parte baixa foram destinadas a estabelecimentos e comércios populares (Minchilo; Passos, 2018). Assim, a

divisão inicialmente realizada através de fatores econômicos influenciou diretamente nas definições de forma e a função da região.

DEMARCAÇÃO DO BAIXO CENTRO EM BELO HORIZONTE/MG

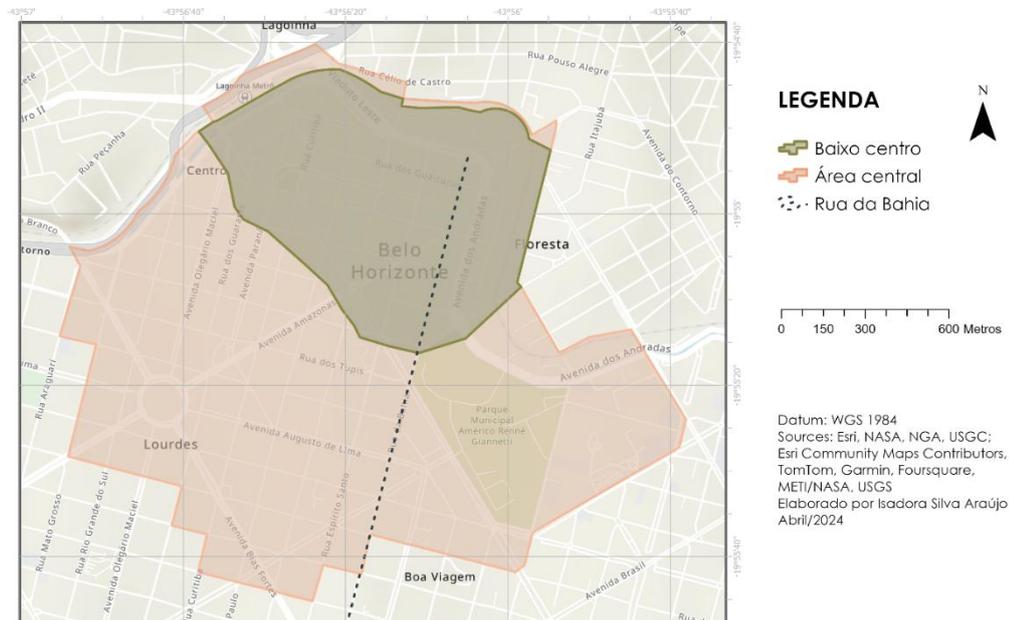


Figura 01 – Mapa da Área de Estudo

A região foi, por muitos anos, considerada “abandonada” pelo governo municipal e só nos anos de 1990 passa por um projeto de revitalização que busca a melhoria do patrimônio público e consequentemente dar novos sentidos aos espaços públicos do baixo centro. Assim, para além da materialidade que marca a desigualdade e até um tipo de esquecimento que se instaurou na região do baixo centro, um grande peso simbólico marca as espacialidades ali construídas e as desigualdades observadas.

Atualmente, o baixo centro passa por uma nova revitalização. Nos últimos anos, principalmente pós-pandemia, a região vem se tornando atrativa para novos comércios e estabelecimentos como bares e restaurantes, que atraem principalmente os jovens. Com o crescimento do Carnaval - sendo considerado o terceiro maior do Brasil - vem ocorrendo a revitalização de antigos estabelecimentos como o Mercado Novo, que hoje concentra dezenas de bares, restaurantes e lojas.

Além disso, transformações de antigas galerias, que possuíam apenas pequenos comércios antigos e tradicionais, como o Shopping São Vicente, localizado no entorno da Praça Raul Soares e o Edifício Central, localizado próximo à Praça da Estação, fazem com que a região esteja se transformando em um novo atrativo turístico e econômico para a cidade.

A região vem se modificando e passando por um processo de gentrificação, que segundo Mendes (2011), se caracteriza como um processo de filtragem social da cidade e está relacionado às intervenções de renovação e regeneração urbanas, como observados em Belo Horizonte. Esse processo tem como resultado não apenas o alto custo que envolve o consumo de entretenimento na área: o aumento dos preços gera uma grande especulação imobiliária na região e, conseqüentemente, proporciona o aumento do valor do aluguel de lugares tradicionais como, por exemplo, o Mercado Central, desestabilizando todo um nicho comercial tradicional.

O programa “Centro de Todo Mundo”⁹, lançado pela prefeitura de Belo Horizonte em 2023, cogita tornar o centro da cidade mais bonito, amigável e aprazível. A requalificação do centro, conseqüentemente, possui um caráter que anda lado a lado com o processo de gentrificação: se torna higienista.

A Praça da Estação e da Rodoviária, principais locais onde grupos de pessoas em situação de rua se agrupam, e local onde ocorreu parte do campo com objetivo de observação do presente trabalho, passa por reformas que se iniciaram no final de 2023 e até a presente data¹⁰ seguem ocorrendo, forçando a mobilidade das pessoas em situação de rua desses locais sem o apoio e o acolhimento dos órgãos públicos. Uma falsa solução que apenas apaga e marginaliza ainda mais esse grupo, criando uma ilusão estética e reforçando a segregação socioespacial.

A movimentação dos grupos que estabeleciam moradia nas praças da Estação e da Rodoviária e tiveram que se “mudar” com o início das obras ainda não foi propriamente estudada. O que se observa no cotidiano da cidade é um crescimento de pessoas em situação de rua no tradicional Bairro Lagoinha, localizado na Região Noroeste, principalmente próximo à estação de metrô, a popularmente conhecida “Praça do Peixe” e os entornos do conjunto habitacional IAPI¹¹, todos próximos ao centro.

O trabalho se inicia a partir das primeiras observações de reconhecimento de campo, no ano 2022, onde se visou compreender as dinâmicas espaciais, tal como a Geografia nos ensina, objetivando compreender as complexidades envolvidas no funcionamento, nas práticas e nas relações sociais entre os sujeitos observados. Todas as pessoas dedicadas a pesquisa, independentemente da disciplina, são tradutoras de uma forma ou de outra, e isso deve ser considerado, na prática da pesquisa. (Oyewumi, 2021, p. 116)

⁹ Disponível em: < [PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO - CENTRO DE TODO MUNDO | Prefeitura de Belo Horizonte \(pbh.gov. https://prefeitura.pbh.gov.br/governo/programa-requalificacao-centrobr\)](https://prefeitura.pbh.gov.br/governo/programa-requalificacao-centrobr)>. Acesso em: 08 mar. 2024.

¹⁰ 29 jun. 2024.

¹¹ A sigla IAPI quer dizer Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários.

O ato de observar nos permite participar de uma realidade outra sem que nossa presença influencie e altere as dinâmicas praticadas espacialmente. Observar a cidade é um exercício que aprecio muito, para além do foco no objetivo da pesquisa e as pessoas em situação de rua, os espaços urbanos estão cheios de vida e histórias.

[..] reconhecemos que toda a observação – científica vs. quotidiana ou direta vs. indireta – possibilita, por parte de quem observa (para além da aquisição e clarificação de informações sobre uma dada realidade), a identificação de problemas, o entendimento de conceitos, bem como a análise de relações e aplicações de esquemas de diferenciação dos mesmos (Monico et al., 2017, p. 724)

Marcados como corpos estranhos, os que não aparentam o esperado socialmente nos quesitos vestimentas e até mesmo “beleza” são vistos como *outsiders*. O corpo é um espaço marcado pelas normas de poder em que são inscritos padrões de comportamento e que é atravessado pelas experiências. O corpo, em sua multiplicidade de formas de ser nos espaços, se torna também um significante e que muitas vezes define quem pode ou não circular por certos lugares. Le Breton (2006) afirma que

O corpo é atormentado por essa imaginação abundante. [...] A corporeidade entra na era da suspeição e torna-se facilmente uma peça de convicção, as qualidades do homem são deduzidas da feição do rosto ou das formas do corpo. Ele é percebido como a evidente emanção moral da aparência física. O corpo torna-se descrição da pessoa, testemunha de defesa usual daquele que encarna. O homem não tem poder de ação contra essa natureza que o revela, sua subjetividade só pode acrescentar pormenores sem reflexos sobre o conjunto. (Le Breton, 2006, p. 17)

Ao caminhar pelo baixo centro de Belo Horizonte, que envolve as regiões da Praça da Estação e da Praça da Rodoviária e, ruas como a Guaicurus e Bahia, é possível observar uma dinâmica espacial única desses lugares, que variam conforme horário e dia da semana. A Rua Guaicurus, por exemplo, é marcada pelos famosos “sobe e desce” dos hotéis que abrigam o comércio de prostituição da região.

Já nas regiões das Praças da Estação, da Rodoviária abrigam inúmeras pessoas em situação de rua. Cada uma das praças possui dinâmicas de funcionamento e ocupação completamente distintas. Em minhas caminhadas para observação, que marcaram o primeiro momento da pesquisa, tentei decifrar de fora - ou da porta da rua - como se dava o funcionamento das ruas de Belo Horizonte.

A Praça da Rodoviária possui uma grande quantidade de pessoas em situação de rua, em sua grande maioria homens, e muitos aparentam estar sob os efeitos de entorpecentes. Já a Praça da Estação, possui um grupo mais variado, travestis, mulheres trans e cis, sendo muitas delas em uma composição de casal acompanhadas de seus companheiros.

Após algumas caminhadas exploratórias, em um segundo momento, tentei me aproximar de algumas mulheres que ficavam pela região da Praça da Estação, porém não obtive sucesso nas aproximações. Muitas se encontravam alteradas por uso de substâncias como drogas e/ou álcool, ou acompanhadas por grupos de homens numerosos (três ou mais) o que para mim - sendo uma pesquisadora mulher na cidade - não me pareceu seguro e confortável.

Essa recusa é um dado importante, visto que fragilizadas pela realidade, o grupo constitui seus próprios mecanismos de defesa. Sendo o corpo o seu único espaço, é a partir dele que lemos as relações da população de rua com o espaço. Entende-se que “corporeidade é energia material que perpassa ações, que produz sentidos de representações e também vivências” (Silva, Ornat; Junior, 2022, p. 538), nesse sentido, o corpo e seus gestos, em negação, diz muito.

Na região da rodoviária, considerada a mais perigosa, é possível observar durante todo o dia uma grande quantidade de pessoas em situação de rua, em uma maioria quase absoluta de homens, como dito anteriormente: muitos aparentam estar fora de seu estado normal seja pelo uso de entorpecentes, seja por algum transtorno mental. Sendo assim, optei por não realizar o campo nessa região visando manter a segurança.

Meu corpo-espaço estava em constante negociação com outros espaços-corpos. O corpo de quem pesquisa é também um dado passível a ser utilizado, visto que sua presença no espaço é marcada. Assim, ao me aproximar dos grupos de pessoas em situação de rua, muitas vezes minha presença era permitida ou negada, conforme os grupos que eu tentava me aproximar, e isso era influenciado pela forma como eu era vista. O corpo, como situa Le Breton (2006) produz uma linguagem própria e é suscetível a ser lido.

Durante o campo, observei alguns grupos que faziam trabalhos voluntários aos domingos, distribuídos alimentos e oferecendo serviços como corte de cabelo e produtos de higiene a população de rua, a maioria desses grupos contendo algum viés religioso. Ao conversar com alguns deles, logo procurei me aproximar - confesso que buscando me afastar dos que tinham um forte viés religioso -. Encontrei-me, então, com um grupo de voluntários chamado “Café Solidário”, que realiza a distribuição de lanches de café da manhã, além de itens de higiene e cuidados pessoais aos domingos.

O projeto é composto por voluntários que se dividem em onze grupos menores e que realizam rotas de voluntariado que abrangem o centro e seu entorno. A minha intenção ao me juntar a eles foi para que a aproximação com as pessoas em situação de rua pudesse ocorrer de forma mais fácil e orgânica. Dessa forma, escolhi me aproximar do grupo que realizava as rotas

na Rua da Bahia quinzenalmente, e através disso se tornou mais possível a troca e o diálogo com as mulheres que ocupavam as ruas da região.

Como voluntária do grupo, me apresentar como pesquisadora não causava mais o afastamento e a desconfiança que estar só inicialmente causou. Pelo fato de o projeto já existir há algum tempo, muito dos membros conheciam as pessoas em situação de rua da região, o que fez com que eu tivesse uma maior facilidade em conversar com as mulheres e elas se mostrarem mais dispostas a conceder as entrevistas. Assim, ao realizar as rotas, tive algumas conversas informais com muitas pessoas em situação de rua e realizei cinco entrevistas.

Sendo assim, as entrevistas foram realizadas com mulheres que ocupavam a região da Praça da Estação, que abrange a rua Aarão Reis e que se estende até o Viaduto Santa Tereza, e também a Rua da Bahia, que cruza também com o viaduto citado. O “Café Solidário” é um projeto movido totalmente pelos seus membros voluntários e realiza um trabalho incrível. Agradeço a todos pelo acolhimento e carinho.

Todas as entrevistadas autorizaram o uso de seus verdadeiros nomes, porém, por algumas informações conterem assuntos pessoais, delicados e constituindo até mesmo algumas sérias denúncias, optei por não os lançar mão de seus reais nomes, como forma de proteção e segurança das participantes. Por isso atribui a cada uma delas um nome fictício, que representa mulheres importantes ao longo da história mundial. A ordem apresentada é conforme a realização das entrevistas.

- A primeira entrevistada foi Tarsila, de 42 anos, nascida em Porto Alegre, mulher cis, branca e morou na rua por aproximadamente um ano;
- A segunda foi Dandara, de 18 anos, nascida no Espírito Santo, travesti, negra em situação de rua a cerca de 4 anos;
- A terceira foi Rosa, de 22 anos, de Belo Horizonte, mulher trans, esteve em situação de rua por cerca de 2 anos e na data da conversa havia saído a cerca de 6 meses, mas ainda frequentava a região fazendo bicos como vigia de carro;
- A quarta foi Carolina, de 60 anos, de Belo Horizonte, mulher cis, branca, e sua trajetória de rua foi pendular, morou na rua por 7 anos, teve um casamento de 12 anos e após ficar viúva voltou para a rua, onde mora a cerca de 4 anos;
- A última entrevistada foi Tereza, de 30 anos, não falou sobre sua origem, apenas que era do interior, mulher cis, negra, possui trajetória pendular de rua, afirma estar nessa “relação com a rua” desde os 12 anos, e que a atual ocorre a cerca de 5 meses.

Como resultado da entrevista, foi possível construir aproximadamente quarenta páginas de transcrição dos áudios. A média de duração das conversas foram de aproximadamente 20 minutos. Algumas das entrevistadas ofereceram uma maior abertura, contando suas histórias de vida e suas percepções em relação à rua, seus sentimentos e visões de mundo; outras responderam apenas o que foi perguntado, não se aprofundando para nada além. Foi o caso de Tereza, cuja conversa durou cerca de 6 minutos e soou como um desabafo e, entre lágrimas, o ritmo e o tempo foram definidos por ela.

A existência é corporal, afirma Le Breton (2006). Assim, para além dos discursos proferidos pela fala de cada entrevistada, houve também um tipo de linguagem específica, que se deu subjetivamente, expressada pelo corpo. O autor define “o corpo como um vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída” (Le Breton, 2006, p. 7). O corpo, por intermédio de seus gestos, expressões e reações, muitas vezes diz o que a linguagem oral não consegue expressar.

A partir da análise do discurso, enquanto método de análise dos dados obtidos, buscou-se alcançar os objetivos do presente trabalho por meio do que defende Orlandi (2005), ao postular que o discurso é um objeto sócio-histórico em que é produzido sentido por/para os sujeitos, compreender como o espaço da rua ganha significado através das experiências relatadas pelas entrevistadas. O sujeito na análise do discurso não está centrado na polarização eu/outro, mas é resultado das interações, não é *a priori*, e sim constituídos no discurso (Brandão, 2004)

A língua exerce um poder de significar e produzir sentidos, sendo assim, a autora afirma que “os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem” (Orlandi, 2005, p.16), explorando a relação do simbólico e a construção de significados. Além disso, a linguagem não é nada neutro, os sistemas de significações atribuídos às palavras resultam por meio de uma lógica de poder dominante que fixa os significados. Dessa forma, por intermédio do dito e do não dito, o espaço da rua ganhara significados a partir das vivências das entrevistadas.

Os sistemas simbólicos – dentre os quais a linguagem é o sistema mais do que primordial – funcionam como sistemas de dominação, uma vez que as relações de comunicação produzidas na linguagem e pela linguagem são relações de poder que dependem em forma e conteúdo do poder material ou simbólico acumulado pelos diversos agentes do campo social; além disso, têm uma função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, uma vez que são estruturas estruturadas. (Bourdieu, 1989 apud Alves, 2006, p. 11)

Ao partir-se dos discursos, possibilita-se compreender o processo que transforma o mundo vivido em discurso proferido, ou seja, compreender como os espaços são percebidos e

experimentados de forma que seja possível novas significações do mundo. Assim, produção do espaço se torna passível a ser compreendida através da linguagem. Ao expor suas vivências nas ruas é possível ultrapassar a interdição que separa o mundo das pessoas em situação de rua do mundo dos outros - ou as pessoas com casa, pensando a dicotomia casa/rua -.

Assim, é possível entender um espaço desconhecido e inacessível através dos discursos, onde o papel do pesquisador se torna traduzir e redesenhar em linhas teóricas o que se dá pelas linhas da experiência. Ouvir não se compara a viver, mas decifrar a vida e transformá-la em um texto/debate constrói possibilidades. A rua vai então sendo significada e ressignificada, as intersecções que atravessam os corpos de rua vão, de diferentes formas, resistindo e recriando o espaço, que possui tantas possibilidades e significações. “O espaço, mais do que manifestação da diversidade e da complexidade sociais, é, ele mesmo, uma dimensão fundadora do ser no mundo, mundo esse, tanto material quanto simbólico, que se expressa em formas, conteúdos e movimentos”. (Castro; Gomes; Corrêa, 2012, p. 7)

As pessoas em situação de rua compõem uma população bastante estigmatizada. São vistos como um grupo homogêneo, um corpo sem história, sem classe social, raça, gênero. O estigma, segundo Goffman (2021), se caracteriza como a construção de ideias sobre alguém a partir de características marcantes à primeira vista. Assim, a população em situação de rua é marcada pelo imaginário social como perigosos, sujos, viciados, que muitas vezes escolhem estar onde estão.

[...] a categoria moradora de rua não aparece apenas como uma condição de uma pessoa que não tem onde morar, de um estado material externo ao indivíduo, ela carrega um localizador moral, através do qual um indivíduo, ela carrega um localizador moral, através do qual um indivíduo, aparentemente sem localização na sociedade, referência e é referenciado em termos essenciais - ainda que essa forma identitária abarque diversos mitos e ideologias dominantes (Rodrigues, 2016, p. 24)

Um grupo que ocupa os espaços urbanos e se movimentam pela cidade quase como fantasmas, invisíveis e marcados pelos preconceitos que os caracterizam é ao que muitas vezes é resumido ao que significa ser uma pessoa em situação de rua. Buscando romper com os significados fixados a esses sujeitos, é indispensável descontinuar com o senso comum que legitima uma imagem homogênea atribuída a eles.

Dessa forma, subjetividades se juntam à experiência coletiva, e como parte de um todo, vão se tornando pequenos pedaços que se encontram e se desencontram nas vivências das ruas. Relações sociais são feitas e desfeitas, territórios criados e destruídos, vidas vividas diariamente. Sendo assim, buscamos, ao ouvir as trajetórias de vida das mulheres em situação de rua, compreender as nuances que as levaram a ocupar esse espaço e através disso

compreender sua leitura do mundo e como se produz os espaços e a vida social em lugares tão sensíveis e carregados de simbolismos como é a rua. É somente ao questionar a ordem imposta pelo poder dominante que conseguimos construir bases fortes o suficiente para reivindicar uma ciência plural. Para além de um ato político, é imprescindível que se tenha força teórica-conceitual e metodológica para se propor um fazer científico contra hegemônico.

3 REIVINDICANDO UMA CIÊNCIA PLURAL

Quando a história for escrita como deve ser, os homens ficarão admirados do comedimento e da grande paciência das massas, e não da sua ferocidade.

- Cyril Lionel Robert James

Este capítulo aspira compreender a construção e naturalização do pensamento moderno e como tal foi se transformando na ciência que rege a modernidade. O decorrer do século XX, em especial a segunda metade, centralizou debates sociais que objetivavam questionar o que se definia como ciência, buscando construir oposições e novas possibilidades. Para isso foi preciso questionar quais eram os produtores do saber, quem podia ou não produzir conhecimento. Além disso, questionam-se os métodos hegemônicos, sustentando-se nas críticas à modernidade e o pensamento decolonial e feminista para produzir uma ciência contra hegemônica.

Em “*Retomadas Epistemológicas*”, indaga-se as estruturas que definiram a ciência moderna e as questiona, buscando trazer para o centro do debate a produção de conhecimento que se origina de lugares e sujeitos subalternos. Reivindica-se o lugar e a legitimidade de todo conhecimento apagado e deslegitimado pela lógica moderno-colonial, e sustenta-se nas produções e críticas originárias do sul global para se construir uma ciência contra hegemônica e plural.

Posteriormente, em “*Geografia: Uma Pequena História Crítica*”, busca se traçar uma linha que conecta a origem da ciência geografia e suas principais escolas de pensamento até a seu momento de renovação onde surgem novas possibilidades de se pensar os espaços e suas relações com a sociedade, de modo a romper com a lógica hegemônica. Para isso, lança-se mão das linhas da Geografia Cultural, Feminista e Pós-Estruturalistas, que pensam o espaço como relacional, considerando as subjetividades e seus fenômenos.

Pensar em Geografia e nos estudos de gênero, raça e sexualidade inicialmente causa espanto, uma curiosidade, que logo se transforma na questão: “*isso é Geografia?*”. Durante minha trajetória na pesquisa, ouvi isso algumas vezes, o que me levou a cada vez mais me debruçar sobre a Geografia para que pudesse com certeza afirmar que sim, *isso é Geografia*. Para isso ocorrer, muitas leituras e reflexões foram feitas, assim como muitos debates, trocas e aprendizados.

A Geografia é múltipla, mas não foi entendida assim desde sempre. Como toda ciência que nasce por meio da lógica da modernidade, a Geografia inicialmente tinha um objetivo muito bem definido: a exploração, descrição e categorização de características espaciais, primeiro em um sentido físico - geologia, geomorfologia, hidrologia - e, posteriormente, em um sentido

social - demografia, economia, urbano -, sendo pensada e teorizada a partir do viés científico dominante.

A modernidade, e o seu método de se fazer ciência, sempre teve em vista separar a natureza da humanidade, o corpo da mente. Em sua origem, a Geografia tinha como foco os espaços naturais, suas morfologias e possíveis usos, de modo que a paisagem natural foi, por décadas, o conceito chave da ciência geográfica.

A ciência geográfica possui um passado tortuoso nas quais os pensamentos deterministas e positivistas guiaram diversas correntes. Mas antes de questionar o que é ou não Geografia, é necessário pensar o que é ciência, e tentar, mesmo que brevemente, pensar na genealogia do saber (Foucault, 1988; 2016; 2022).

O saber sempre existiu, os seres humanos são movidos pela curiosidade, o conhecimento é múltiplo e surge em todo lugar. O mundo sempre foi lido e interpretado, de forma que se gerassem dúvidas e consequentemente saberes; tais práticas foram repassadas, modificadas e aprimoradas. Freire (2021) afirma que existir humanamente é pronunciar o mundo e modificá-lo; sendo assim as práticas de construção de saberes por meio das leituras do mundo são interligadas à existência humana em sociedade.

O saber científico nasce através dessa curiosidade, que alimenta a vontade de conhecer ainda mais. A dúvida nasce do olhar, do observar o mundo ao redor e se questionar, tentar entender e solucionar as questões concebidas. É importante compreender também a posição no espaço e no tempo dos sujeitos que perguntam; o lugar das respostas e como as diferentes experiências de vida atravessadas pela classe, raça, gênero, sexualidade entre outros fatores moldam e definem os limites de como vemos e questionamos o mundo ao nosso redor. Por isso a importância da teoria interseccional que valoriza o todo que atravessa a construção dos sujeitos para produzir novas possibilidades de saber.

[...] A interseccionalidade é definida como "a maneira pela qual um indivíduo específico se encontra na encruzilhada de múltiplos grupos". A análise interseccional nomeia e descreve esses atos ocultos de discriminação múltipla e como eles obscurecem relações de poder prejudiciais. Ela também destaca como esses atos constroem, paradoxalmente, identidades do eu enquanto obvio. Em outras palavras, a interseccionalidade captura o reconhecimento de que a diferença está localizada "não nos espaços entre identidades, mas nos espaços dentro"¹². (Valentine, 2007, p. 12 - tradução da autora)

¹² [...] intersectionality is defined as “the way in which any particular individual stands at the crossroads of multiple groups.” [...] “intersectional analysis names and describes these hidden acts of multiple discrimination and how they obfuscate damaging power relations, and it also brings to the fore how they construct, while paradoxically obviating, identities of the self.” In other words, intersectionality captures the cognition that difference is located “not in the spaces between identities but in the spaces within”. (Valentine, 2007, p. 12)

A existência é espacial e corporal; o corpo que vê e pesquisa o mundo é um corpo/espço marcado. Não se separa o espaço da experiência humana; o espaço é o *locus* e o resultado da existência dos seres no mundo. É a partir dessas concepções de mundo - inicialmente tentadas a seguir uma lógica racional -, que nascem as epistemologias e os conceitos que direcionam as ciências.

Existem muitos caminhos a se seguir em uma pesquisa científica: teorias, métodos, epistemologias que seguem vertentes ideológicas; e que para além de uma simples escolha têm a ver com a identificação. Aliás, toda vivência de pesquisa nas ciências humanas encontra, em algum momento, esse comum que conecta o pesquisador ao seu objeto de estudo. “Pesquisar é também um instrumento de desejo, de curiosidade, portanto, é indissociável do sujeito pesquisador” (Nola, 2016, p. 38).

Os estudos de gênero surgem no meu caminhar como pesquisadora e se conectam com meu caminhar como sujeito. A identidade exerce esse papel definidor, como uma marca imposta aos sujeitos, os colocando em “caixinhas” que definem e limitam sua existência. As identidades se constroem um movimento de afirmação/negação.

A naturalização dessas marcas da identidade como o gênero, raça, sexualidade, entre outras, foram por muito tempo ignoradas na produção do saber. É nesse contexto, que é legitimado o sujeito universal e que, através da universalidade científica, começa a explicar e humanidade como um grupo homogêneo em diferentes estágios de desenvolvimento.

Ao buscar explicar o mundo e as sociedades humanas por meio de uma falsa posição “de fora”, cria-se uma ordem de saber irreal que ignora e apaga a multiplicidade que coexiste - ou coexistia -, até então. Além disso, a posição dos sujeitos não é fixa; um mesmo sujeito pode ocupar o centro e a margem dependendo do espaço que ocupa. Sendo assim:

O objeto do feminismo depende de uma geografia paradoxal, de acordo com o reconhecimento de que há um discurso geográfico hegemônico que pode ser subvertido através do reconhecimento de um espaço estruturado por uma dinâmica de tensão de localizações de força, multidimensional e caracterizado pela diversidade contraditória e simultânea das relações sociais tal qual Gillian Rose tem afirmado. A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações. (Silva, 2003, p. 41)

Por meio da análise tendo o gênero como ponto de partida, busca-se refletir como a identidade feminina foi construída social e espacialmente, de forma que, aos sujeitos femininos, nunca foi permitido ocupar os lugares da produção de conhecimento. A identidade feminina foi lastreada e cristalizada num modelo que sustentava o poder do homem, a moral cristã e a reprodução do sistema capitalista.

Além disso, outros marcadores definidos com “anormais” exercem o poder de excluir e limitar. Corpos dissidentes - racializados, homossexuais, trans, PCDs, entre outros -, experimentam diariamente os efeitos da estigmatização de suas vivências e dos pré-conceitos instaurados pela “norma”. A lógica que define a permissão/negação de espaços exerce o poder de classificação que coloca alguns como supostos superiores a outros, legitimando a diferença. Esses corpos têm espaços negados a eles e conseqüentemente experiências. Não exercem plenamente o direito a determinados espaços, seja eles a cidade, a universidade, etc., e muitas outras formas de socialização.

É indispensável considerar o marcador racial no que se refere a população em situação de rua no Brasil. Ao acessar os dados da população, nota-se que, no país, mais de 70% do grupo são compostos por pretos e pardos. No município de Belo Horizonte, o Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua registrou, em 2021, que entre as mulheres que estavam em situação de rua, 83,4% eram pretas e pardas, e, conforme as projeções atuais do censo realizado em 2022, esse número pode chegar a mais de 85%. (Polos, 2021)

A história do Brasil é marcada pela escravização dos povos africanos e seus descendentes e, mesmo após a libertação, a população negra nunca teve suas dívidas históricas e sociais sanadas pela sociedade. Quando a Lei Aurea foi assinada no final do século XIX, o Brasil - importante ressaltar, o último país da América do Sul a acabar com a escravidão -, não ofereceu nenhum suporte para os milhares de negros recém-livres. Dessa forma, a população negra teve que encontrar formas de se inserir na sociedade já marcada por preconceitos e hierarquizações.

É nesse contexto histórico pós-libertação, associado ao início da república brasileira com suas crises políticas, que surge também uma crise habitacional. As favelas nascem nesse momento. Segundo Medina (1964), a única liberdade que os (ex) escravizados receberam foi a de poderem ser móveis, ainda assim, com regras e limitações que deixaram marcas vistas até hoje na estrutura racial e social do país. Sem apoio do governo e políticas de inserção na sociedade, surge uma instabilidade em como construir uma vida livre e obter condições materiais para tal.

A raça, como conhecemos hoje tal como o gênero, é um produto da modernidade e marca a experiência social e espacial dos sujeitos racializados. Fanon (2020) afirma que a civilização branca e a cultura europeia impuseram ao negro um desvio existencial. Assim, as mulheres sofrem um processo de dupla marcação; a de gênero e a de raça, sendo relevante assinalar que tais marcas da identidade refletem-se nas vivências, e percepções dos sujeitos sobre si e o mundo.

Além disso, em sua publicação mais recente, a autora brasileira Sueli Carneiro (2023) se inspira em Foucault e nos conceitos de biopolítica e biopoder para expor como se dá a construção e a ação do dispositivo da racialidade nas sociedades coloniais e, principalmente, no Brasil. A autora afirma que “em sociedades multirraciais e com passado escravocrata, o racismo opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações sociais” (Carneiro, 2023, p. 78).

Dessa forma, os sujeitos racializados são fixados a um lugar social, de pobreza e desigualdade, onde a mobilidade de status é negada a eles. A autora conclui seu argumento afirmando que “essa dinâmica tem efeito paralisante sobre o grupo dominado, produzindo seus confinamentos aos patamares inferiores da sociedade” (Carneiro, 2023, p. 78)

Essas estruturas de poder e seus dispositivos de controle, exercem sua força em todos os âmbitos da vida social. O racismo, enquanto um dispositivo, é constantemente atualizado e reinserido nas relações sociais de diversas maneiras, de forma que mesmo chegando em “lugares de destaque” os grupos racializados ainda não são reconhecidos e nem tem seus conhecimentos validados. Kilomba (2019), ao discorrer sobre o racismo cotidiano, afirma que novas linguagens de conhecimento só podem surgir por meio da responsabilização do passado colonial, de forma que “só quando se reconfigurar as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento” (Kilomba, 2019, p.13)

A Geografia Feminista nasce no contexto histórico dos movimentos sociais e por direitos civis, e tem como direcionamento o questionamento ao pensamento masculino, europeu e hegemônico que produzia a ciência a partir do seu ponto de vista universal. Ocupando espaços e atravessando os limites até então impostos, os estudos de gênero, raça e sexualidade, na ciência geográfica, ocupam um campo de fronteira, cuja validade é sempre questionada.

As geógrafas feministas começaram a sugerir que esses argumentos sobre a masculinidade tradicional podem e devem ser aplicados à geografia. Elas olhavam para o mundo a partir de uma posição não problematizada. Elas não estabeleciam conexão entre o mundo como era visto e a posição do observador, e a verdade do que elas viam era estabelecida por essa alegação de objetividade. A negação de sua parcialidade foi, ao mesmo tempo, produzida e reproduziu seu poder como sujeitos dominante. (Rose, 1993, p.13)

A importância de se romper com as normas que buscam definir o que é ou não válido na produção de conhecimento marca essa disputa por espaços; onde corpos/mentes dissidentes subvertem a norma e constroem seu próprio jeito de pensar. É na crise da modernidade que se constitui a crise das identidades, abrindo novos caminhos possíveis a serem explorados pela

ciência e produzindo saberes outros que rompem com a norma dominante ocidental (Hall, 2019).

É nesse contexto de crise que os grupos e identidades até então subalternizadas vão reivindicar seu lugar como sujeito de conhecimento, onde sua posição do mundo é válida de ser reconhecida e considerada fonte de saber e conhecimento, e é através disso que surge esse movimento de retomada epistemológica dos grupos silenciados pelo poder hegemônico.

3.1 Retomadas Epistemológicas

A ciência moderna surge com o predomínio da racionalidade tendo nessa dimensão da realidade, a única forma de se construir o pensamento e compreensão do mundo, que passa a se estruturar por meio de uma separação entre a razão/mente que hierarquicamente é situada como superior; e o corpo/alma que envolve toda subjetividade do sujeito, suas experiências e emoções. É nessa mesma época que muitas das estruturas e formas sociais vão se moldando e adquirindo significados.

Dois grandes momentos marcam a era da modernidade; as conquistas coloniais e o pensamento iluminista originado na Revolução Francesa, cada qual abrangendo e construindo discursos e abrindo espaços para a formação de uma nova ciência e sociedade. E é pertinente observar que a separação e hierarquização foram os principais dispositivos usados para a legitimação do poder nesse período da história moderna.

As invasões coloniais usaram de conceitos como natureza e razão para classificar os povos que habitavam o novo mundo, vistos como mais próximos da natureza, e, portanto, sem humanidade; e é nesse contexto que indígenas e povos que habitavam a África e os mais diversos países colonizados foram designados ao estado da desumanidade, visto como animais¹³.

O autor Walter Mignolo (2017) explica que a modernidade é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental. “A

¹³ Os próprios etnônimos arrogantemente aplicados para designar muitos povos nativos da África (por exemplo: Pigmeus, Fulas Pretos...) e Américas do Norte (*RedSkins/ PeauxRouges, Crow, Blackfeet, Flathead...*) e do Sul (Gentio, Bugres, Beijos de Pau, Botocudos, Urubus, Gaviões, Caras Pretas, Bocas Negras...), muitas vezes, tinham caráter etnocêntrico e um viés depreciativo e preconceituoso. “Gentio”, por exemplo, um dos termos genericamente usados para designar indígenas no Brasil é uma denominação que remete à categorização destes povos como bárbaros e pagãos. Já Gaviões e Urubus são termos que equiparavam povos indígenas (do Pará, Maranhão, Rondônia...) a aves de rapina. É claro que tais termos não correspondiam às auto denominações/ autodesignações desses povos. “Botocudos” - ou o seu equivalente “Beijos de Pau” -, termos rudes e pejorativos-foram, por sua vez, denominações dadas indistintamente a povos indígenas domiciliados em diferentes recortes territoriais do país como Minas Gerais (*Borun*), Paraná (*Xetá*), Santa Catarina (*Xocleng*), Mato Grosso (*Tapayúna*).

modernidade nasce no momento das dominações coloniais e está completamente entrelaçada a ela” (Mignolo, 2017, p. 2). Essa construção ocorre em todos os níveis da experiência humana, indo do corpo à subjetividade.

Na sua formulação original por Quijano, o “patrón colonial de poder” (matriz colonial de poder) foi descrito como quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. O que sustenta as quatro “cabeças”, ou âmbitos inter-relacionados de administração e controle (a ordem mundial), são as duas “pernas”, ou seja, o fundamento racial e patriarcal do conhecimento (a enunciação na qual a ordem mundial é legitimada). (Mignolo, 2017, p. 5)

Ao se declarar como sujeito universal e legítimado, através do exercício de poder colonial, sua superioridade perante aos considerados outros, o ocidente em sua jornada colonial adquire um privilégio epistêmico que segundo Grosfoguel (2016) se torna um” mecanismo usado para privilegiar seus projetos imperiais, coloniais e patriarcais pelo mundo” (Grosfoguel, 2016, p.25)

É relevante assinalar que ao desumanizar determinados corpos, o poder colonial atribui sentidos e significados aos mesmos. É nesse contexto que os conceitos de raça e gênero, tal como os conhecemos hoje, surgem. Não é possível se separar a modernidade da colonialidade, como afirma Mignolo em sua vasta literatura, sendo assim, toda ordem moderno-colonial que produz e reproduz o sistema ainda vigente se retroalimenta a partir dos mecanismos de poder.

O sistema moderno-colonial (Quijano, 1993; 2000; 2007) é um produto dessa época e que ainda hoje exerce supremacia de poder nas relações de produção e reprodução social nos países do chamado sul global, sendo possível identificar suas marcas deixadas nos espaços em sua real profundidade.

Os elementos que constituem o modelo capitalista de poder eurocêntrico e global não estão separados uns dos outros, e nenhum deles preexiste aos processos que constituem o padrão de poder. Ao produzir essa classificação social, a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e permite o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais (Lugones, 2020, p. 62)

Razão, classificação e opressão foram essenciais para moldar a estrutura da ciência e a sociedade modernas, ressaltando que, para haver um processo de dominação completo e efetivo em todas as escalas da vida social, é necessário produzir e reproduzir normas que marcam a hegemonia de um poder específico. Para isso, foi construído o método científico moderno, que se deu a partir da razão.

A ciência moderna se estrutura por meio de dualismos ontológicos (Grosfoguel, 2016), ao discutir as bases da construção do pensamento dominante, o autor afirma que “a conquista das Américas e a escravização dos povos africanos foram as bases constituintes para a construção das estruturas do sistema mundo moderno” (Grosfoguel, 2016, p.25).

O controle do pensamento é a forma mais efetiva de se dominar uma população. Por meio da linguagem e da cultura, mitos são criados, histórias validadas/invalidadas. É alcançando o nível subjetivo da crença que as pessoas se unem por razões em comum. A religião exerceu por muito tempo esse papel; sendo o cristianismo a religião “oficial” da era moderna, todos os cristãos se uniram pela lei divina de Deus.

Deus logo foi utilizado pela racionalidade como justificativa do sistema de opressão, e para a razão exercer o poder dividido e universal de saber, ocorreu um epistemicídio generalizado, que nas palavras de Grosfoguel (2016, p. 26) significa “a destruição de conhecimentos ligada a destruição de seres humanos”. O autor explica que a destruição do conhecimento e a da espiritualidade dos povos dominados aconteceram juntas.

A racionalidade ignorava todo o processo de construção do sujeito, suas subjetividades, suas experiências e visões de mundo, seu corpo. O corpo e o mundo se tornaram algo fora da racionalidade, sendo o corpo reduzido a um hospedeiro da mente que possui a função única de conter a ferramenta da razão, Descartes, nesse sentido, pontua que:

Examinando atentamente o que eu era e vendo que podia fingir que não tinha nenhum corpo e que não havia nenhum mundo, nem lugar algum onde eu existisse, mas que nem por isso podia fingir que não existia; e que, pelo contrário, pelo próprio fato de eu pensar em duvidar da verdade das outras coisas, decorria muito evidentemente e muito certamente que eu existia, ao passo que, se apenas eu parasse de pensar, ainda que tudo o mais que imaginara fosse verdadeira não teria razão alguma acreditar que eu existisse; por isso eu reconheci que eu era uma substância, cuja única essência ou natureza é pensar, e que, para existir, não necessita de nenhum lugar nem depende de coisa alguma, material. De sorte que este eu, isto é, a alma pela qual sou o que sou é inteiramente distinta do corpo, e até mais fácil de conhecer que ele, e, mesmo se o corpo não existisse, ela não deixaria de ser tudo o que é (Descartes, 2018, p. 38-39).

O pensamento moderno se legitima centralizando a razão, na verdade, colocando-a acima de tudo. Nessa perspectiva, só poderia ser considerado científico um saber neutro, que não sofresse influência da subjetividade, da cultura ou qualquer identidade desviante da razão pura. Ao definir um pensamento único e verdadeiro, todos os outros foram jogados à margem, considerados ilegítimos, não científicos e, assim, invalidados.

O método científico, que carregou em sua teoria e prática esse modo de pensar, foi denominado positivismo. O positivismo se baseia em uma abordagem que enfatiza a observação empírica e a análise objetiva, rejeitando qualquer especulação metafísica e teorias não verificáveis. Seus discípulos acreditavam em uma ordem social imutável movido pelas noções de progresso e evolução como destino de todas as sociedades, legitimando as hierarquias e classificações existentes.

Para a escola positivista, o conhecimento científico deveria ser o único verdadeiro, expressando bem os movimentos da ciência moderna, de forma que algo só se provaria como verdade passando por uma série de métodos, e que, independentemente das influências externas como subjetividade e cultura, o resultado seria o mesmo. Na perspectiva positivista, a razão passou a ser vista como uma essência, algo tão naturalmente profundo que nada poderia transformá-la, negando a emoção, a percepção e, sobretudo, a experiência.

É preciso pontuar que as ciências nunca foram realmente neutras. Elas (re)produziam uma ideia de mundo hegemônica, baseada na dominação europeia, branca, heterossexual, normativa e cristã. O pensamento geográfico hegemônico nasce a partir de uma visão de mundo que não compreende a multiplicidade existente no mundo e se baseia em verdades pretensamente universais.

O epistemicídio, resultante da modernidade, silenciou e apagou diversos saberes e formas de se pensar e compreender o mundo. A busca pela razão pura nega o humano como um ser em constante formação, nega o sentir e o existir e tem como único objetivo fixar uma unicidade no ser e exercer um poder visando homogeneizar para dominar.

No decorrer do século XX, se inicia uma ruptura com muitas das verdades imutáveis construídas pelo pensamento moderno. O fim da escravidão e dos regimes coloniais, os movimentos sufragistas, as guerras mundiais, os movimentos pelos direitos civis, o socialismo e outros vários acontecimentos que marcaram a ciência e a cultura contemporânea foram indispensáveis para que (re)surgisse uma nova perspectiva de se pensar a sociedade e o mundo em que vivemos.

Essas movimentações e as mudanças sociais, tecnológicas e culturais que marcaram todo o século XX, deram as condições materiais para que uma crise da modernidade se instaurasse, abrindo espaços para que antigos saberes fossem questionados e novos surgissem por meio dos sujeitos e das suas multiplicidades. As verdades, dadas inicialmente como universais e imutáveis, perdem sua legitimidade ao serem questionadas: percebe-se, então, que o saber existente apenas representava uma visão de mundo, que durante séculos foi construída e legitimada nos mais diversos espaços da vida social.

3.2 Geografia: Uma Pequena História Crítica?

A Geografia é por muitos entendida como a ciência da terra. Ainda hoje, ao explicar sobre as minhas pesquisas, ouço o espanto e frases como “*não sabia que isso era Geografia*” e

“achei que Geografia era só mapas e o que se via na escola”. Orgulhosa, exponho a beleza e a multiplicidade da ciência geográfica e suas múltiplas possibilidades.

A Geografia existe muito antes de ser nomeada como tal. Desde a antiguidade, buscava-se compreender o mundo e seu funcionamento. Os gregos já mapeavam e descreviam o espaço a sua volta, procuravam entender o funcionamento do dia e da noite, os cosmos e a circunferência do planeta. Outros povos não europeus também faziam suas geografias, povos originários conheciam e descreviam seu território, sabiam e entendiam seus limites, compreendia ciclos lunares e das chuvas e desenvolviam sistemas astronômicos a partir da observação do céu.

Por muito tempo, a Geografia se limitava à descrição, ao que era visto. Isso fez com que a ciência geográfica se tornasse cada vez mais rígida e fechada em suas concepções e conceitos; rigidez essa que carregava fortes traços da modernidade positivista em seu corpo teórico, baseadas na afirmação de que “a geografia é uma ciência de contato entre o domínio da natureza e o da humanidade” (Moraes, 2007, p. 40).

Pela ótica de Milton Santos, a Geografia foi “desde os seus começos mais uma ideologia do que uma filosofia” (Santos, 2021, p. 29), dado a passado obscuro que cerca a ciência geográfica, em que as produções eram um instrumento para conquista colonial. Outra seqüela deixada pelas gêneses da Geografia Moderna é o determinismo, usado como justificativa de práticas eugenistas. O determinismo geográfico afirmava que o meio determinava o homem sendo usado para justificar ideias de inferioridade dos povos do sul global.

Foi nesses moldes positivistas de se pensar cientificamente que a Geografia se apoiou e ergueu seu saber por muitas décadas, e foi esse mesmo pensamento que levou a falência da Geografia Clássica (Santos, 2021). A nova Geografia, no contexto pós-guerra, romperá com a perspectiva tradicional. Uma das suas principais manifestações ocorre por meio da quantificação e como explica o Milton Santos (2021), essa forma de se fazer geografia possuía diversas falhas e não produzia uma teoria geográfica, pois “espaço que a geografia matemática pretende reproduzir não é o espaço das sociedades em movimento e sim a fotografia de alguns de seus momentos” (Santos, 2021, p. 75).

A Geografia Crítica surge como uma vertente do movimento de renovação, influenciado pela teoria marxista. A vertente busca compreender as relações sociais, políticas e econômicas que constroem o espaço geográfico. Além disso, o espaço é entendido como base da vida social, e sua organização como reflexo da atividade econômica (Moraes, 2007, p. 124) sendo não apenas algo passivo, mas produzido ativamente.

Pensar o espaço como resultado de uma “produção do espaço” contém uma nova forma de se pensar as formulações dos conceitos e debates sobre o espacial e sua produção e reprodução. Ana Fani Carlos aponta que do ponto de vista da Geografia crítica - o pensar o espaço como produção ao invés de organização -, indica:

Um deslocamento do enfoque da localização das atividades dos grupos humanos no espaço, para a análise do conteúdo das relações que os constituem enquanto tal, como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais. (Carlos, 2008, p. 53)

Romper com a Geografia Tradicional, que se estrutura em categorias binárias e dicotomizadas, possibilita, contudo, compreender o espaço como algo em movimento, não imparcial, fruto das diferentes experimentações de mundo. Construir um pensamento científico que inclua as categorias de gênero, sexualidade, raça e etnia é se opor à ciência moderna, reafirmando que o lugar que ocupamos socialmente nos dará as condições para interpretar os espaços que vivemos.

Aliás, essa temática ainda é novidade, estigmatizada e vista com menosprezo e desconfiança por muitos geógrafos. As constantes tentativas de subestimar, desqualificar ou deslegitimar os estudos de gênero, raça e sexualidades no campo da Geografia são comuns no dia-a-dia das instituições.

A Geografia Cultural está presente no pensamento geográfico desde a sua origem no século XIX. Marcada por três momentos (Claval, 2007; Corrêa, 2009), a Geografia Cultural privilegiou inicialmente os conceitos de paisagem e gênero de vida; já na sua segunda fase, no período pós-guerra e com a expansão do capitalismo, surgiram outras necessidades de investigação causando uma transformação no debate sobre cultura. Essa época é marcada pela escola de Berkeley, tendo Sauer seu maior expoente.

Os anos 80¹⁴ marcam as revoluções epistemológicas, teóricas e metodológicas que transformam as ciências e, na Geografia Cultural, instaurando o seu terceiro momento. Com novas questões sociais vindo ao centro dos debates, dentro e fora das universidades, mostrou-se necessário que o pensamento geográfico cultural se renovasse; a partir daí o debate cultural passa a abranger novas questões, como as dimensões simbólica e subjetiva para se pensar espacialmente, sendo influenciado pela Geografia Humanista e Fenomenologia (Corrêa, 2009).

No Brasil, a Geografia Cultural chega já vista com desconfiança e como um subcampo das investigações e práticas geográficas. Mesmo já tendo sido debatida desde o final do século

¹⁴ Século XX.

XIX, é apenas nos anos 90¹⁵, com a criação do NEPEC¹⁶ e o periódico “Espaço e Cultura”, que a temática passa a ser fortemente debatida nos espaços acadêmicos brasileiros. A Geografia Cultural - cumpre notar - está focalizada na interpretação das representações que os diferentes grupos sociais construíram por meio de suas próprias experiências e práticas (Corrêa, 2009).

A descrença nos estudos culturais, de gênero, raça e sexualidade, torna a pesquisa na temática um desafio e se materializa num enfrentamento diário para os pesquisadores que ousam entrar nesse campo. A ciência e os espaços de produção de conhecimento são ainda moldados e dominados por uma ordem hegemônica e masculina, que exclui corpos (e mentes) femininos, fazendo com que o contato com outras possibilidades de saber/fazer que ousem a perturbar a ordem sejam atacados, havendo assim uma disputa de narrativas

Quando foi permitido as mulheres ocuparem espaços de conhecimento, seu lugar era apenas em cursos onde os papéis de gênero eram reforçados, normalmente relacionados a cuidado como professoras e enfermeiras. Ao serem permitidas ocuparem o lugar de passar conhecimento, este era apenas na educação infantil e básica, que ainda marcava o papel como mulher enquanto responsável pelo cuidado nos primeiros anos de vida. Louro (2012) demonstra como, sob novas formas, a escola continua imprimindo sua “marca distintiva”, em que as meninas são constantemente oprimidas e silenciadas; e isso percorre da afirmação da performance feminina quanto às questões de habilidades e capacidades de exercer certas funções.

Outras ciências humanas como, por exemplo, a ciência social, antropologia e a psicanálise, já vem, há algumas décadas, construindo um pensamento científico que visa questionar as normas impostas, pensando os sujeitos e as suas multiplicidades, atravessadas pela raça, gênero e classe, além da psique subjetiva. Cursos voltados aos estudos das mulheres, sexualidades e questões raciais já integram parte dessas disciplinas que vem construindo materiais e abrindo caminhos para a revalorização, revitalização e aprofundamento das discussões e análises através dessas categorias.

A Geografia, como ciência que busca a compreensão e análise da realidade por meio do espaço, ao abraçar os estudos de gênero, raça e classe deve, para fortalecer seus debates e teorias, romper com as fronteiras disciplinares e se propor a buscar nas diversas áreas das ciências humanas conhecimentos outros e se abrir a novos diálogos e debates.

¹⁵ Século XX.

¹⁶ Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Cultura.

Geógrafas feministas já reivindicavam a necessidade da produção de uma geografia que considerasse as especificidades de gênero e raça para a compreensão dos espaços e como esses fatores marcavam as experiências dos sujeitos. Como aborda Doreen Massey (1994), reivindicando “a importância da existência desta variável das construções de relações de gênero em diferentes espaços/lugares local-culturais, e a importância da sua documentação e análise (Massey, 1994, p. 178).

O conhecimento é múltiplo, e a realidade espacial pode - e deve - ser entendida interseccionalmente, através das multiplicidades dos sujeitos, e das múltiplas possibilidades de se compreender o mundo. Viabiliza-se, assim, a oportunidade de fortalecer as análises interseccionais, para corrigir as falhas que, antes, silenciaram e apagaram perspectivas múltiplas e diferentes do mundo, posto que “a própria produção de corpos e corporeidades tem uma dimensão imposta pelas regulações dos territórios e dos espaços” (Rocha, 2022, p. 111).

Trazer para o centro do debate geográfico uma leitura do mundo feita a partir dos sujeitos marcados pela diferença é um dos passos importantes para se construir um pensamento mais inclusivo e completo e que propicie, ainda, leituras de mundo cada vez mais diversas e múltiplas. Segundo o pensamento de Gomes (2012), o olhar geográfico precisa ser aquele que explica a origem da diversidade das formas, das características e da variedade dos lugares, das plantas, dos animais e dos homens.

Dessarte, Foucault (2022), em seu texto “Sobre a Geografia”, afirma que cabe aos geógrafos, “que se deparam com todos esses confrontos de poder - *que envolve a disciplina e suas práticas teóricas metodológicas*¹⁷ - enfrentá-los e forjar os instrumentos para combater (Foucault, 2022, p. 246). Postulamos, assim, que se romper com a colonialidade de poder, que criou no imaginário uma visão eurocêntrica do mundo e dos sujeitos através da dominação, é um passo essencial para construir um pensamento científico que inclua todas as visões de mundo antes apagadas.

3.3 Se essa Geo-grafia fosse minha: Gênero, Raça e a Produção do Saber Geográfico

A escrita do mundo presente na etimologia da palavra geografia nos faz questionar quem foram os sujeitos que escreveram o mundo em que vivemos. O pensamento científico, desde sua origem, foi pensado por homens. As mulheres, como sujeitos historicamente fixados em um papel social que reafirmava uma inferioridade, por muitos séculos, não puderam ocupar os

¹⁷ Nota da autora.

lugares de produção intelectual. O conceito de mulher como conhecemos hoje é datado da modernidade, mas ainda assim, corpos femininos sempre foram subjugados e socialmente inferiorizados. Assim, a ação de geo-grafar como escrever o próprio mundo foi conquistada recentemente.

As civilizações variam conforme espaço e tempo. Dessa forma, por mais que algumas antropólogas observassem formas de sujeição feminina em diversas sociedades (Vence, 1995; Ortner, 1979; Francheto; Cavalcanti; Helborn, 1981), é impossível, sem uma análise profunda, compreender as nuances e os significados que definem as particularidades dessas sociedades.

A partir de uma ótica ocidental/colonial, as mulheres sempre foram designadas a certos espaços - com as marcações já citadas entre mulheres brancas e racializadas. A ciência, como conhecemos hoje, foi pensada por meio de um único ponto de vista, encoberto pelo manto da racionalidade, que tentou universalizar/ homogeneizar os sujeitos. O título de representante da humanidade, o sujeito universal, foi dado ao homem, branco, cis e hétero. Ao construir-se um padrão fixo, que unificava a representação humana, o pensamento científico se consolidou por meio desse “corpo hegemônico universal”, e os significados atribuídos aos sujeitos também.

Na ciência geográfica o caminho não foi diferente: desde a sua origem, o campo sempre foi dominado por homens que pensavam o espaço como uma esfera imutável em que todos os sujeitos tinham a mesma experiência e percepção. Assim os conceitos geográficos e as linhas teóricas se construíram em uma visão de mundo masculina.

O espaço sempre foi pensando nas ciências, de uma forma ou de outra. Como base da vida humana onde as sociedades são produzidas e se reproduzem, o espaço, como categoria, é essencial para a compreensão da sociedade e suas mudanças através do tempo. O conceito de espaço foi se transformando e ainda hoje é constantemente debatido na ciência geográfica: seu significado varia conforme a corrente teórica que o aciona. O espaço foi, por muito tempo, pensando como um resultado de uma “organização”, que se materializava através da apropriação dos meios existentes, com objetivo de construir as bases necessárias para a organização da sociedade e suas necessidades.

O espaço é central para a reprodução da sociedade em todos os seus segmentos. A reprodução social e, conseqüentemente, espacial, realiza-se sob uma ordem hegemônica, capitalista, patriarcal que define suas métricas de funcionamento e exerce um controle do que produz. Pensar a produção do espaço é vê-lo como mutável, aberto e em constante disputa. É nesse contexto que a nova Geografia Cultural e, em especial, a Geografia Feminista constrói seus debates e teorias. Marcelo Lopes de Souza (2013) firma que o espaço somente seria facilmente distinguível das relações sociais se ele fosse redutível a materialidade.

A Geografia Feminista surge nos anos 1970, no momento em que os movimentos sociais se juntam, principalmente nos Estados Unidos, para reivindicar direitos civis como igualdade de gênero, raça e sexualidade, trazendo para o centro do debate essas questões e suas influências nas experiências sociais e espaciais nas mais diversas escalas (Rose 1993; Massey, 1994; McDowell, 1999; Moss, 2002; Silva, 2009; Valentine, 2007).

Ao questionar os espaços que as mulheres ocupavam na disciplina, era descomunal as discrepâncias entre a produção feita por homens e mulheres. Na obra “As Geógrafas na História do Pensamento Geográfico” (2024), os autores traçam um caminho oculto, na verdade, ocultado, onde centenas de mulheres importantes para a produção e o avanço da ciência geográfica tiveram suas contribuições apagadas pela hegemonia masculina que dominou a produção do conhecimento e o lugar da mulher nas universidades por séculos.

Além disso, as mulheres que conseguiam romper esses lugares impostos a elas e conseguiam sair pelo mundo para explorar e descobrir novas coisas eram as mulheres brancas europeias; as *outras*, principalmente as que viviam sobre o domínio do colonialismo, não possuíam o mesmo privilégio, de forma que Damosh (2024, p. 87) afirma que “o colonialismo permitia que as mulheres fossem representantes da raça branca, e isso criou uma estrutura para uma espécie de poder dependendo da raça, e não do sexo”.

Rose (1993) afirma que essa diferença causou uma dominação masculina na disciplina, que legitimou o que é conhecimento e quem poderia produzir tal conhecimento. A Geografia Feminista nasce nesse contexto onde as velhas categorias são fragmentadas, adicionando novas inquietações na produção do conhecimento geográfico.

Ao pensar o espaço como lócus das relações sociais - no qual a vida se materializa, é produzida e reproduzida -, o gênero se torna indispensável como categoria de análise para a compreensão dos diferentes sujeitos e suas respectivas subjetividades. A ciência geográfica vê, então, nos estudos de gênero, uma forma de se ler e compreender a produção e reprodução do espaço. Assim, geógrafas feministas afirmam que “relações de gênero variam espacialmente e há tempos já foi reconhecido que elas variam temporalmente”¹⁸ (Massey, 1994, p. 178, tradução da autora).

Além disso, a Geografia Feminista introduz novos conceitos para se pensar os espaços e as experiências e como o gênero e as outras marcas identitárias marcam os corpos e definem como os mais diferentes sujeitos são vistos. Rose (1993) afirma que a Geografia Feminista parte da premissa que a identidade é algo relacional. A autora explica que quem acho que sou depende

¹⁸ Gender relations vary over space it had long been recognized that they vary over time (Massey, 1994, p. 178).

da forma que me estabeleço em relação à diferença/similaridade ao outro. “Nós nos posicionamos sempre em relação aos outros” (Rose, 1993, p. 11).

O espaço relacional é conceitualizado nas teorias feministas da Geografia e tem, em Gillian Rose e principalmente Doreen Massey, as bases para o desenvolvimento no pensamento feminista como possibilidade para a Geografia. No prefácio do clássico “Pelo Espaço” de Doreen Massey, escrito para a edição brasileira por Rogério Heasbaert, o geógrafo explica que

O espaço que Doreen enfatiza, é justamente isso: uma imbricação de trajetórias, sempre aberto ao inesperado, ao acaso, e que, enquanto lócus da coexistência contemporânea - ou da coetaneidade, como ela propõe - é marcado pela multiplicidade, apesar de todas as tentativas e os discursos vãos da homogeneização e da padronização generalizadas. (Massey, 2008, p. 9)

A partir dessa noção de espaço, como em constante produção e sempre em aberto, a Geografia Feminista rompe com a noção hegemônica que buscou por muito tempo definir o espaço como fixo e imutável, enfrentando o saber geográfico produzido por homens que construíram a ciência por meio do viés único. As ausências e silêncios presentes nas ciências existiam por uma razão; reivindicar novas compreensões do saber é trazer para a visibilidade grupos sociais renegados pelo saber hegemônico (Silva, 2009)

O gênero, assim como a raça, são marcas de identidade que afetam e definem a maneira como o espaço é produzido. Atravessado por relações de poder e dominação, homens e mulheres vivenciam o espaço de maneiras distintas, de forma que alguns lugares são marcados por normas generificadas, como os espaços públicos e privados: a casa e a rua, que permitem ou não aos sujeitos generificados, ocupá-los.

O espaço não é neutro: é produzido mediante a relações de poder, em diferentes escalas e em diferentes tempos. Os sujeitos que ocupam esses espaços são imprescindíveis para sua existência e reprodução. Dessa forma, não é só gênero, mas as categorias identitárias e sociais que constroem os sujeitos e se tornam necessários para sua compreensão e sua relação com os mais diversos espaços. A partir de Massey (2008) entendemos que o espaço pode ser compreendido como:

[..]esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem. [...] Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Seu espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. (Massey, 2008, p. 29)

As identidades não só atravessam o corpo dos sujeitos; se cruzam sendo experienciadas mutuamente. Como marcas socialmente construídas e reproduzidas nas relações e nos espaços

sociais, definem mediante características pré-estabelecidas significados que adquirem legitimidade por intermédio das performances e símbolos (re)produzidos nos corpos.

Na Geografia, compreende-se essa conexão por meio da ideia de que “identidade e localização são inseparáveis: conhecer a si é um exercício de mapear onde se está.” (Walter Benjamin, apud. Pile; Keith, 1993, p. 26, tradução da autora¹⁹). Isso significa que nossa localização no espaço também é um fator importante para como nossa identidade é formada e vivida. Além disso, segundo Silva e Pimentel “os espaços refletem como essas práticas reguladoras impostas pelos mecanismos de poder, sendo o patriarcado a maior delas, fazem com que os diferentes sujeitos sintam seus corpos “estranhos” ao ocupar certos lugares”. (Silva; Pimentel, 2023, p. 129)

Dessa forma, a Geografia, enquanto ciência que tem os espaços como seu objeto de estudo, não pode ignorar as categorias que atravessam os sujeitos responsáveis pela produção e reprodução do espaço. As subjetividades concebidas a partir das múltiplas realidades experimentadas pelos múltiplos sujeitos criam concepções de mundo diversas. Cada sujeito lê e experimenta o mundo ao partir de si.

Assim, busca se compreender como as identidades, enquanto um conceito em disputa pela ciência, principalmente por meio das epistemologias que rompem com a hegemonia advinda da modernidade, vem sendo teorizada. Entende-se que a modernidade teve em vista fixar os sentidos do ser por meio de um único significado e as teorias pós-modernas têm seguido outros caminhos na tentativa de compreender o ser.

As epistemologias como a psicanálise, a fenomenologia e a humanista vêm trazendo para o centro dos debates a compreensão a partir da subjetividade, entendendo que esta pode ser múltipla e atravessada por diversos fatores, rompendo assim com toda a tradição universalista atribuída aos sujeitos. Os movimentos sociais também exercem um importante papel na compreensão das diferenças entre grupos e sujeitos, fazendo com que suas lutas e reivindicações se tornassem uma importante fonte de produção de conhecimento. É, ao partir deste ponto, que traçaremos, mesmo que brevemente, um caminho investigativo sobre esse conceito tão questionado e estudado: identidade.

¹⁹ Identity and location are inseparable: knowing oneself is an exercise in mapping where one is.

4 IDENTIDADE(S): CONCEITO EM DISPUTA

Falando em nosso próprio nome (Hall, 1990)

Esse capítulo visa traçar - ainda que brevemente - os caminhos percorridos pelos estudos hoje referidos às identidades. Stuart Hall, conhecido por muitos como o pai dos estudos culturais, apresenta em sua obra argumentos que sustentam o fim do sujeito moderno. Para o autor, “as identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que é prolifera” (Hall, 2023, p. 43).

O fim do sujeito moderno se daria pela desertabilidade que a identidade vem sofrendo ao decorrer do século XX. Com as mudanças sociais e culturais, influenciadas pela globalização e os movimentos sociais, as noções de essência que constituía as bases dos sujeitos perderam seu significado e se tornou objeto de crítica das ciências humanas e sociais. Para Hall, “a interdependência global está levando ao colapso de todas as identidades culturais fortes e está produzindo aquela fragmentação de códigos culturais se tornando o que poderíamos chamar de pós-moderno” (Hall, 2019, p. 42).

Hoje, pensar em um sujeito universal dotado de uma essência única e imutável, está pautado em reproduzir violências e discriminações que atravessam o campo da raça, gênero e do corpo. Dessa forma, o sujeito pós-moderno está pautado em uma recusa a se identificar com algo dado, um modelo ou uma essência. A pauta gera alguns debates e questionamentos no campo teórico das identidades. O chamado pensamento pós-moderno parte da subjetividade e da linguagem para a compreensão do mundo e da realidade. Sendo assim, todo o pré-discursivo, ou seja, a era primitiva anterior a fala ou a escrita não seria considerado na compreensão do sujeito, eliminando toda possibilidade de uma essência ou naturalidade das práticas sociais.

Independente de qual base se parte as discussões acerca das identidades, tem se na materialidade das relações sociais, institucionais e espaciais, os efeitos que cada marca exerce nos sujeitos e no mundo. Os significados atribuídos ao gênero e raça estão inscritos na estrutura social e são, ao mesmo tempo, produtos do discurso.

Na academia, dispondo de grande influência do movimento feminista, os estudos de gênero se originam através de questionamentos acerca da categoria universal da mulher. Os estudos da mulher logo se transformam em estudos de gênero, ao incluir identidades subversivas como homossexuais e transexuais, marcando assim uma transformação na produção científica em grande escala. Ao questionar a universalidade das identidades e o essencialismo em torno dos sujeitos, um novo campo de pensamento surge, questionando noções de natureza e a própria ciência hegemônica.

No presente capítulo, busca-se traçar um caminho para compreender os sentidos atribuídos ao conceito de identidade, principalmente no que diz respeito ao surgimento da categoria gênero e as disputas em torno da definição dessa categoria. Aqui, o ponto de chegada é a teoria pós-estruturalista que guia a análise e o pensamento crítico do presente trabalho, porém, não é possível ignorar a contribuição de autoras marxistas, estruturalistas e oriundas de outros campos disciplinares.

Assim, no tópico “*Movimentos Feministas e as Teorias de Gênero*”, com o suporte da concepção de “ondas feministas”, objetiva-se traçar uma percepção sobre os avanços e as pautas que marcaram o desenvolvimento dos estudos feministas e as concepções de gênero proveniente das diversas linhas teóricas. Além disso, respalda-se no pensamento feminista negro, que contribui com o avanço teórico e a reivindicação de pautas até então ignoradas, para se compreender as intersecções entre raça e gênero.

No subcapítulo “*Na Porta de Casa: Dualismos na Legitimação de Espaços Generificados*”, identifica-se que o espaço é construído por relações de poder, e que homens e mulheres, por muito tempo, tiveram diferentes acessos a determinados espaços. Através dessa separação entre lugares destinados para homens e mulheres, um mesmo espaço passa a ser significado de formas diferentes.

Por meio do diálogo com as interlocutoras, compreenderemos os sentidos que a casa, espaço definido como feminino, pode adquirir a partir das vivências de cada uma delas; assim rompendo com a lógica que por muito tempo dominou as ciências de espaço para mulheres.

[..] os detentores do poder desenvolvem as espacialidades, determinam as normas, definem os corpos como aceitos ou abjetos e delimita a dinâmica de funcionamento através da elaboração do sistema de objetos e, conseqüentemente, a partir deste, de um código de comportamentos e, até mesmo, de padrões corporais segundo os modelos hegemônicos. O espaço, então se impõe como local ou não local, na medida que as estruturas dominantes fixam os sujeitos e os não sujeito (Silva; Pimentel, 2023, p. 127)

As identidades buscam dar significados aos corpos dos sujeitos e, é por meio desse processo de identificação que nos inserimos nos processos sociais e culturais, que nos sentimos pertencentes a algo e aceitamos rótulos de gênero, nacionalidade, parentesco, etc. Para ocorrer essa incorporação são necessários vários mecanismos culturais que, produzidos e reproduzidos, adquirem uma materialidade tanto na esfera do real quanto na psíquica.

A modernidade constrói um processo de atribuir identidades que assinala sua dominação em todos os âmbitos da vida social. O sujeito moderno é construído por meio de características

bem definidas que se fixam aos corpos e adquirem a condição de imutáveis e marcadas a partir do sujeito definido como universal - branco, hétero, cristão.

Dessa forma, o que foge dos padrões convencionais ideologicamente construídos são vistos como diferentes, entendidos como o *Outro* do ser universal, são atribuídos ao “anormal” ou “anti-natural”. A identidade é marcada pela diferença e sustentada pela exclusão (Silva, 2009); a noção de *Um* e *Outro* marca dois polos de diferenciação, que estrutura as separações e diferenças sociais modernas, assim como o feminino/masculino; bom/mal; certo/errado, etc. As divisões, binárias exercem um poder que legitima e exclui através dos diferentes campos de oposição.

As concepções de identidade mudam ao longo do tempo - e conseqüentemente, as do espaço -; a modernidade é marcada pelo sujeito do iluminismo - centrado e racional -, o sujeito da modernidade é construído por meio de características que legitimam um poder dominador, sendo fruto da herança colonial. Contudo, mudanças sociais e conquistas do último século vem formando um novo sujeito: o pós-moderno com sua identidade móvel e relacional, que se constrói no decorrer da história a partir das mudanças reais do mundo (Hall, 2019). Ainda assim, a identidade é um campo de disputa e sua fluidez é constantemente questionada.

Os seres humanos são seres sociais, o que entendemos hoje como sociedade e relações sociais só foi possível porque aprendemos a nos comunicar, desenvolvendo gestos e linguagens; compreendendo e significando o mundo a nossa volta, de forma que se tornassem uma marca visível das analogias invisíveis (Foucault, 2016).

As línguas estão com o mundo numa relação mais de analogia que de significação; ou, antes, seu valor de signo e sua função de duplicação se sobrepõem; elas dizem o céu e a terra de que são imagens; reproduzem, na sua mais material arquitetura, a cruz cujo advento anunciam - este advento, que, por sua vez se estabelece pelas escrituras e pela palavra. (Foucault, 2016, p. 51)

A linguagem nos permite atribuir significados ao mundo em que vivemos, nos permite explicar e elaborar nosso entendimento dos eventos e perigos que ocorrem ao nosso redor. Nomear também é um exercício de poder; atribuir significado a alguma coisa, implica impor uma marca, no qual o significado e o significante se entrelaçam se tornando legítimos.

É a partir da atribuição da nomeação que se constroem as disputas de significados que definem as relações de poder e delimitam as relações sociais: o permitido e o negado, o certo e errado, o bem e o mal, o tabu e o natural. É, também, através da linguagem que as identidades adquirem sentido, e, conseqüentemente, os sistemas simbólicos que as representam, de forma que a construção da identidade é tanto simbólica quanto social (Silva, 2009).

A linguagem também é um importante mecanismo de assimilação cultural, sendo usada como ferramenta para remover as identidades culturais dos povos nativos e africanos em diáspora. Fanon (2020) afirma que falar é acima de tudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização. Portanto, ao ser nomeado, o gênero e raça se tornam reais/verdadeiros e todo seu peso simbólico se materializa nos discursos e práticas sociais sendo incorporada pelos sujeitos

4.1 Movimentos Feministas e os Debates em torno de Gênero e Interseccionalidade

O conceito de gênero aparece inicialmente em escritos médicos, na tentativa de explicar a diferença entre homens e mulheres de forma natural e biológica, e atribuir a eles o situação de natural. O discurso baseado na biologia foi, por muito tempo, alimentado visando explicar os conceitos de sexo/gênero por meio de uma natureza essencialista.

Diversos autores já discordavam da afirmação: segundo a antropóloga Henrietta Moore (1997), a biologia é um componente dinâmico da nossa existência, mas não pode ser entendida como um determinante de mão única das experiências humanas. É a partir dessa logica biologizante que a opressão das mulheres era vista como natural e as sexualidades dissidentes como doenças/desvios, os quais precisavam ser tratados e “curados”.

Um sistema de sexo/gênero, numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nãoos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas. (Rubin, 2017, p. 11)

Contudo, o status secundário das mulheres na sociedade ocorre desde o início dos grupos humanos, de diferentes formas. Evidências antropológicas afirmam que em diversas sociedades, as mulheres ocupam um lugar de inferioridade relacionado aos homens, as explicações para isso são múltiplas e variam conforme o espaço-tempo em que cada um desses grupos se desenvolve.

Elisabeth Badinter (1986) atribui à passagem para o modo de produção agrícola o rebaixamento do status feminino. A autora explica que foi nesse momento que o masculino se enxergou como uma parte essencial do processo de geração da vida e se automeiou superior. Além disso, pelo fato de gerar filhos, as mulheres foram consideradas parte da natureza, e os homens se autodenominaram os criadores da cultura. Assim, Ortner afirma que:

No plano das diferentes culturas, as mulheres foram vistas como mais próximas da natureza, e uma vez que o plano da cultura sempre é submeter e transcender a natureza,

as mulheres são consideradas parte delas, então a cultura achara natural subordiná-las, para não dizer oprimi-las (Ortner, 1979, p. 102).

Com o tempo, cada época histórica e meio de produção existente necessitou moldar e definir os sujeitos, os discursos e a cultura conforme interesses dos grupos dominantes da época. A origem da família nuclear patriarcal marca as relações entre homens e mulheres no ocidente e está diretamente ligada a religião cristã, que vem exercendo poder social e político desde que adquiriu status de religião oficial no continente europeu. Além disso, Levi Strauss, ao discutir sobre o parentesco, demonstra como as mulheres eram trocadas e como esses processos foram fundamentais para a organização social de diversos grupos (Lévi-Strauss, 1982).

Badinter (1986) elucida sobre a importância dos sistemas de representação e valores que justificam a concepção dos sexos e sua hierarquização: esse sistema é constituído socialmente a partir dos símbolos e significados atribuídos aos sujeitos e legitimado pela ideia de natureza. A autora afirma que “é o homem governa o mundo e sua mulher, é porque ele é o melhor representante da criação e do criador” (Badinter, 1986, p. 92).

As performances de gênero não ocorrem igualmente e nem se constroem através das mesmas lógicas e isso pode ser comprovado ao se analisar as diferentes culturas. É possível enxergar outras relações existentes entre os sexos que apresentam aspectos de equidade; como, por exemplo, nos Matis, um grupo indígena que habita as margens do Rio Ituí no Amazonas. Diferente de muitos outros grupos tradicionais, os rituais de iniciação são feitos por homens e mulheres e segundo Erikson (2002) e ideia é enfatizar a igualdade e reciprocidade.

Outro exemplo também é retratado pela pesquisadora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2021), que afirma que na cultura Iorubá, a organização social não se baseia em concepções biológicas e a categoria mulher, como se conhece no ocidente, simplesmente não existe. Dessa forma, é possível visualizar outras relações possíveis nas quais a categoria gênero não exerça o poder de definir e marcar os corpos e as relações sociais.

Apesar das relações de gênero como conhecemos hoje ser um fruto da modernidade ocidental, observa-se também padrões que se repetem em outros lugares pela influência, ou não, da modernidade e da cultura dominante. No romance *Pachinko* (202), da autora sul-coreana Min Jin Lee, é contado a história de três gerações de uma família a partir de sua matriarca Sanja, que desde criança exerce a função atribuída as mulheres de cuidar da casa e esperar por um casamento. Posteriormente, fugindo das garras do imperialismo japonês na Coreia, Sanja se muda para o Japão com o marido e se vê proibida de trabalhar pelo fato de ser considerado “humilhante” para o provedor da casa. O livro, uma ficção-histórica, retrata como se dá as

relações de gênero e a importância da família e o papel da mulher que em muitos aspectos se assemelha a lógica ocidental que (re)conhecemos.

Na mudança para o sistema de produção capitalista, as mulheres são solicitadas como ferramenta de reprodução para a estabilização do novo sistema. A divisão sexual do trabalho legitimou o trabalho reprodutor feminino e deu início ao processo de construção de significados e papéis, que se reproduzem socialmente até hoje. “As hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode se sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar” (Federici, 2017, p. 8).

Contudo, existiam dois mundos completamente diferentes que compunham a realidade das mulheres no sul global, em ênfase no continente americano²⁰. As mulheres brancas eram solicitadas a compor o sistema econômico recém-nascido com o trabalho doméstico e, em alguns casos, em fábricas e comércios. De outro lado da história, as mulheres racializadas enfrentavam o sistema colonial escravagista em que seus corpos eram obrigados a servir como força de trabalho, ao mesmo tempo que lutavam por liberdade. A colonialidade de gênero também irá produzir efeitos sobre aquelas corporalidades que não encontram consonância com a ideia normativa de homem e mulher numa ótica binária de gênero por meio das diferenças sexuais (Nascimento, 2021, p. 129)

A teoria e os debates de gênero se tornaram recorrentes e vão ganhando espaços nos círculos acadêmicos fortemente entre as décadas de 1960 e 1970. Com o tempo, o conceito de gênero é apropriado pelos estudos da mulher e identifica os corpos marcados pelo sexo, e é através disso que a categoria vai sendo debatida e questionada. Donna Haraway afirma que “gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” (Haraway, 2004, p. 211).

O movimento feminista ocidental é marcado por três principais “ondas” onde ocorreram grandes conquistas para o direito das mulheres e, segundo a literatura que vem surgindo de debates recentes, estamos vivendo a quarta onda, de forma que:

Os movimentos feministas brasileiros contemporâneos passam, no momento atual, por uma quarta onda, caracterizada pela: mobilização via meios de comunicação digitais, diversidade de feminismos e adoção da interseccionalidade e, por último, mobilização em forma de coletivos (organizações fluidas e discursivamente distantes das organizações tradicionais). (Perez; Ricold, 2019, p. 1)

²⁰ O colonialismo e o racismo foi um processo que deixou suas marcas em todo o sul global e até hoje é sentido por todos os grupos considerados inferiores. A presente pesquisa se propõe a seguir uma linha decolonial, por isso o continente americano e a América latina são enfatizados.

Apesar de limitante em relação à grandes manifestações de mulheres nas lutas por direitos e espaços em diferentes lugares e por diferentes motivações, partiremos, inicialmente, por essas referências históricas que linearmente se organiza por *ondas*. Como objetivo, buscaremos, através das marcações das ondas do movimento feminista, observar como a luta por direitos das mulheres deu início ao que hoje nomeamos de estudos de gênero, além de compreender a evolução do conceito de gênero para as ciências sociais e o debate em torno da categoria “mulher”.

A primeira onda dos movimentos feministas surgiu no final do século XIX e tem como protagonistas mulheres dos países do norte, principalmente da Inglaterra e Estados Unidos, em busca pelo direito ao voto. Mesmo com a primeira onda do feminismo tendo sido marcada pelas sufragistas, muitas outras movimentações aconteceram, em diferentes espaços-tempo. As sufragistas, apesar de terem realizado um importante movimento, eram um grupo homogêneo composto por mulheres cis brancas de classe média, o que fez com que houvesse uma aparência para o movimento feminista.

Além disso, como apresenta Angela Davis no clássico “Mulheres, Raça e Classe” (2021), o movimento sufragista branco americano se apropriou das lutas antirracistas em busca de legitimar suas reivindicações pelo direito ao voto com o apoio das mulheres negras. Porém, após a conquista de direito - que inicialmente se estendeu apenas as mulheres brancas -, abandonou suas “companheiras” racializadas e se tornaram apoiadoras de causas racistas que geraram centenas de assassinatos de homens e mulheres negras.

No início do século XX, as duas grandes guerras (1914-1918; 1939-1945) alteraram as dinâmicas geopolíticas e, conseqüentemente, sociais; o que influenciou todos os aspectos da vida social e da produção do pensamento, em especial na Europa. O momento também é marcado pelo fim do sistema colonial²¹ em muitos países, fazendo com que o pensamento teórico e os debates políticos se alinhassem rumo a uma contra hegemonia nomeada de teorias pós-coloniais.

Na metade do século XX, nesse cenário de mudanças e novos debates, Simone de Beauvoir apresenta sua teoria, que transforma radicalmente o que se pensava sobre o que é a categoria mulher. Sua icônica frase “não se nasce mulher, torna-se” (Beauvoir, 2019, p. 9) marcou, arrisco-me dizer que para sempre, tudo o que se compreendia por mulher e o feminino

²¹ O sistema colonialista pode ser compreendido como a formação de territórios coloniais. Já a colonialidade (que continua a exercer seu poder) é uma lógica global de desumanização que é capaz de existir mesmo na ausência de colônias formais (Torres, 2019, p. 36).

dando início a um novo campo cujo objetivo é questionar e subverter as ideias de naturalidade e essência que circulavam em torno das categorias homem/mulher.

A partir de seus escritos, desenrola-se um novo leque para se pensar o feminino; ou seja, seu papel e sua construção como categoria e a reprodução de alguns pressupostos, abrindo espaços para que diversas áreas das ciências começassem a pensar as mulheres na sociedade, a categoria de gênero e seu caráter funcional e ficcional, deduzindo tais como questões socialmente construídas:

[...] as ciências biológicas e sociais não acreditam mais na existência de entidades imutavelmente fixadas, que definiram determinadas características como as da mulher, do judeu ou do negro; consideram o comportamento como uma reação secundária a uma situação. Se hoje não há mais feminilidade, é porque nunca houve. (Beauvoir, 2019, p. 10)

É importante frisar que mulheres antes de Beauvoir já questionavam o caráter fixo, imutável e universal atribuído à categoria mulher. Sojourner Truth²² (1797-1883) ao discursar o famoso “Não sou Eu uma Mulher?²³”, já questionava as normas de gênero e enfatizava as diferenças e realidades do sujeito mulher que, ao ser atravessado pela raça, experimentava a vida social de formas completamente diferentes umas das outras, rompendo com a ideia da categoria mulher no singular.

²² Sojourner Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797, foi tornada livre em 1787, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio). A escravidão nos Estados Unidos, entretanto, só foi abolida nacionalmente em 1865, após a sangrenta guerra entre os estados do Norte e do Sul, conhecida como Guerra da Secessão. Sojourner viveu alguns anos com uma família Quaker, onde recebeu alguma educação formal. Tornou-se uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Em 1843 mudou seu nome para Sojourner Truth (Peregrina da Verdade).

²³ Muito bem crianças, onde há muita algazarra alguma coisa está fora da ordem. Eu acho que com essa mistura de negros (negroes) do Sul e mulheres do Norte, todo mundo falando sobre direitos, o homem branco vai entrar na linha rapidinho. Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, por que você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer. Disponível em: (Geledes<[E não sou uma mulher?](http://E_não_sou_uma_mulher?_SojournerTruth)> – [SojournerTruth \(geledes.org.br\)](http://SojournerTruth.geledes.org.br)>. Acesso em 11 mai. 2023.

Mesmo após a abolição da escravidão, os direitos aos grupos racializados eram quase inexistentes e suas lutas eram pelo direito de existir plenamente, de forma que as demandas generificadas muitas vezes não incluíam mulheres racializadas, e as pautas urgentes diferiam para brancas e negras. Lelia Gonzales, em seus escritos, já afirmava que o lugar em que nos situamos determinara nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo (Gonzales, 2020, p. 76).

Ao questionar gênero como natureza imutável, todas as categorias que implicam as identidades passam a ser expostas. Bastos e Lopes (2011) afirmam que, quando colocadas sob suspeita, as identidades se tornam uma questão; assim os debates e as definições acerca das categorias entram em disputa. Stuart Hall afirma que:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado [...] as identidades modernas estão sendo descentradas, isto é, deslocada ou fragmentadas. (Hall, 2019, p. 9)

A produção científica, por meio da literatura sobre os estudos das mulheres, questiona o pensamento essencialista, que girava em torno de uma ordem em que se postulava existir características naturais e, assim, invariáveis dos sujeitos. Nesse processo, são colocadas em evidência as relações de poder que definem a produção de conhecimento e os silêncios impostos através disso. E é nesse momento que os movimentos sociais se fortalecem marcando a chamada crise da identidade, nas quais os processos de elaboração de identidade enquanto frutos da modernidade passam a ser descentrados, deslocados e fragmentados (Hall, 2019).

A historiadora Joan Scott (1995) questiona a utilidade da categoria gênero para análise: segundo ela, o termo é cercado de contradições e é um conceito em disputas. A autora afirma que o termo é usado por feministas para reivindicar uma definição que explique as desigualdades e explicitar as relações de poder escondidas por trás da diferença entre homens e mulheres (Scott, 1995).

A teoria e os debates de gênero se tornam recorrentes e vão ganhando espaços nos círculos acadêmicos fortemente entre as décadas de 1960 e 1970. Busca-se conceitualizar o gênero como “termo de conotações mais psicológicas e culturais que biológicas” (Oakley, 1972, p. 64). O sistema sexo-gênero surge pela primeira vez no clássico “Tráfico de Mulheres” da antropóloga Gayle Rubin, que teve sua primeira versão publicada em 1979, sendo publicado no Brasil no livro “Políticas do sexo”, em 2017.

No texto, a autora afirma que esse sistema de divisão e hierarquização existe graças a uma série de arranjos que transforma a sexualidade em produtos da atividade humana (Rubin,

2017, p. 11). Entretanto, a diferença sexual como explicação para definição do que é homem e mulher é questionada por retornar a essencialismos limitantes. Em “A Tecnologia do Gênero”, Teresa Lauretis explica:

A primeira limitação do conceito de “diferença sexual”, portanto, é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados: ou a mulher como a diferença pura e simples, e, portanto, igualmente universalizada. (Lauretis, 1987, p. 207)

Para pensar o gênero como significado atribuído aos corpos sexuados, é importante visualizar como se deu a atribuição desses significados e, conseqüentemente, os papéis e corporeidades. O gênero como conhecemos hoje, definidor do feminino e masculino hegemônico, nasce na modernidade. Como afirma autores decoloniais, como Quijano (2000; 2007) e Lugones (2020), o sistema moderno colonial envolve a criação dos conceitos de gênero e raça. Segundo o pensamento de Lugones (2020, p. 67): “entende o sexo como atributos biológicos que podem ser elaborados como categorias sociais, dessa forma as relações de gênero estão no eixo da colonialidade de poder”.

Além das mulheres racializadas, outras identidades subalternizadas reivindicam seu lugar como sujeito e como produtores de conhecimento, questionando a lógica dominante e trazendo para os movimentos feministas, muitas vezes racistas e radicais, outros debates. É o caso do movimento transfeminista que surge na década de 1970, a partir do enfrentamento aos pressupostos médicos e biologizantes que buscavam deslegitimar suas existências e categorizara-las como doenças.

A ativista e pesquisadora Sandy Stone, conceitua a condição trans enquanto um gênero textual; para a autora a transgeneridade na época era entendida enquanto um texto, pois se era obrigada a seguir um “*script*” de performance de gênero que legitimasse sua existência e sua aceitação para os processos de transição. A autora, em seu manifesto pós-transexual, afirma que “não há nenhum sexo natural, pois o sexo, mesmo como uma categoria medica ou cultural, não é nada mais do que o resultado momentâneo das batalhas sobre quem controla os significados da categoria” (Stone, 2022, p. 5). Além disso, a transfeminista brasileira Leticia Nascimento afirma que o véu da naturalidade ocupa os processos de fabricação de nossos corpos, desejos e formas de organização social (Nascimento, 2021, p. 105).

Preciado, em seu “Manifesto Contrassexual”, questiona a ordem dominante que opera sob as categorias sexo e gênero, colocando em questionamento as ideias usadas para sustentar a natureza das categorias, afirmando que natureza humana é um efeito da tecnologia social: “[...] que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza =

heterossexualidade. O sistema heterossexual é um dispositivo social de produção de feminilidade e masculinidade que opera par divisa a e fragmentação do corpo.” (Preciado, 2014, p. 25)

A segunda onda do movimento feminista ocorre na mesma época dos escritos de Sandy Stone, sendo marcada, principalmente, pela luta pelo direito do controle de reprodução e reivindicações de mulheres negras (hooks, 2020). É nesse momento em que muitos dos movimentos sociais convergem para reivindicar direitos civis como igualdade de gênero, raça e sexualidade, trazendo para o epicentro do debate tais questões e suas influências nas dimensões da realidade.

Mesmo com pautas importantes já postas há décadas pelos movimentos negros e de pessoas racializadas, os trabalhos nessas diferentes épocas pensavam a complexidade de se entender o gênero e a classe ou raça e classe. Porém, muitos desses movimentos, por se basearem em uma linha de pensamento marxista que seguia pressupostos estruturalistas, não consideravam como as categorias identitárias se conectam na experiência dos sujeitos.

Autoras negras como bell hooks, Audre Lorde, Angela Davis, Lelia Gonzales e muitas outras já abordavam a questão racial e suas experiências e lutas como mulheres negras. O racismo é construído em meio a vários outros conceitos da modernidade, que buscam significar hierarquicamente os sujeitos a fim de alocá-los em grupos e posições sociais distintos. Uma construção ideológica, cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial (Gonzales, 2020).

Além disso, autoras não-brancas e não-hetero/cis sequer consideram que a categoria mulher seja suficiente para abranger suas experiências. Gloria Anzaldúa (2021) afirma que a mulher de cor é diferente da mulher e que *mulherbranca* deveria ser uma só palavra, pois o conceito representaria apenas um tipo de mulher. No mesmo sentido, a autora também concorda com feministas lésbicas no que diz respeito sobre a categoria mulher não as representar.

A partir do pensamento de Beauvoir, a teórica feminista Monique Wittig questiona a categoria mulher e afirma que “uma lésbica não é uma mulher” (Wittig, 1992, p. 4). Segundo a autora, a categoria mulher estaria definida com alguns pressupostos como a heterossexualidade e seu discurso normativo, o que não incluiria as lésbicas.

É buscando preencher as lacunas do discurso do movimento feminista dominante e suas produções teóricas e debates, que a terceira onda tem na interseccionalidade seu avanço. O termo é cunhado por Kimberlé Crenshaw, em seu discurso que, posteriormente, é publicado como “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero” na versão traduzida pela revista estudos feministas em 2002.

A autora aponta a necessidade de reconhecer e abordar a raça e o gênero na análise das discriminações. Ela destaca a importância de reconhecer a intersecção entre os eixos de opressão e como tais categorias juntas podem resultar em múltiplas formas de opressão. A interseccionalidade aponta a necessidade de se conectar os múltiplos marcadores sociais às experiências dos sujeitos e pretende ampliar a compreensão das complexidades que marcam determinados corpos (Crenshaw, 2002).

Os debates que apontavam a falta do diálogo entre raça, gênero e classe para compreender a multiplicidade das experiências femininas, já fazia há anos parte dos debates do movimento feminismo negro. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins; Bilge, 2020).

Rompendo com a epistemologia tradicional das ciências humanas, que por muito tempo seguiu pressupostos estruturalistas, a linha de pensamento chamada pós-estruturalismo vai em direção ao rompimento com essas bases, que buscavam explicar a sociedade e as relações humanas por meio de uma lógica estável. É a partir dessa linha epistemológica que Judith Butler pensa o gênero como performance; ela afirma que o “gênero é uma espécie de imitação persistente” (Butler, 2019, p. 9) ou seja, não há nada de natural, não existe uma feminilidade ou masculinidade anterior a produção e reprodução dos significados atribuídos a eles. Dessa forma, o gênero é entendido como uma realidade cultural, fabricado.

Termos como masculino e feminino são notoriamente mutáveis, existem histórias sociais para cada um deles; seus significados mudam de forma radical dependendo das fronteiras geopolíticas e dos constrangimentos culturais sobre quem imagina e para que fins. (Butler, 2022, p. 26)

A autora também discute a importância de se pensar essa fabricação dos corpos e dos significados através dos sujeitos considerados dissidentes. Ela considera que “os termos pelos quais se do nosso reconhecimento enquanto seres humanos são articulados socialmente e passíveis de modificação” (Butler, 2022, p. 12). Assim, essas categorizações fazem com que alguns grupos - racializados e dissidentes de gênero - passam a ser reconhecido, muitas vezes, como menos humanos. É tendo essa lógica como gênese, que ela conceitua questões sobre vidas vivíveis.²⁴

Ao afirmar o caráter ficcional do gênero, pessoas trans deixam de ter suas identidades patologizadas e gênero passa a também significar identidade de gênero. Segundo Butler (2022,

²⁴ Essa discussão também pode ser vista na obra “A Vida Psíquica do Poder: Teorias da Sujeição” onde a autora afirma que “uma das formas familiares e angustiantes como se manifesta o poder está no fato de sermos dominados por um poder externo a nós (Butler, 2020, p. 9). Outros debates nessa lógica são observados em Microfísica do poder (Foucault, 2022), e na obra Brutalismos (Mbembe, 2021).

p. 19), “transgênero se refere as pessoas que se identificam ou vivem, de maneira cruzada, como outro gênero, podendo ou não ter passado por tratamentos hormonais e cirurgia”. Assim, a teórica brasileira Berenice Bento (2014) afirma:

A radicalização da desnaturalização das identidades, iniciada pelos estudos e pelas políticas feministas, apontará que as expressões de gênero, as sexualidades, as subjetividades só apresentam uma correspondência com o corpo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar. (Bento, 2014, p. 53)

Além disso, movimentos trans reivindicam a inclusão da contestação da categoria cis gênero nos movimentos sociais, de forma que se torne mais inclusiva as lutas das pessoas trans na intersecção de raça e classe. Nascimento (2021) afirma que:

A compreensão por parte do feminismo e dos movimentos negros e LGBTQIA+ da categoria cisgeneridade é crucial para que possamos tecer diálogos sobre os modos pelos quais as opressões vivenciadas por nós, pessoas trans, diferem-se das vividas por mulheres, negros e negras, lésbicas, gays e bissexuais quando contempladas e contemplados pela cisgeneridade. (Nascimento, 2021, p. 133)

As discussões e possibilidades para se pensar gênero, raça e sexualidade são muitas e partem de diversas linhas teóricas. Aqui, poderia escrever páginas e páginas sobre como se dá as teorias e categorias, porém o importante é compreender as nuances que caracterizam os sujeitos e os significados atribuídos aos corpos generificados e racializados pelo poder dominante.

É nesse contexto histórico de reivindicação de lugares de protagonismos e de renovação epistemológica nas ciências sociais, que a Geografia finalmente adere às novas pautas sociais; e o espaço, como produto e produtor das relações sociais, é teorizado a partir dos corpos subalternizados e marginalizados pela ciência hegemônica.

Sendo o gênero e raça categorias que definem e marcam os corpos e os lugares que certos sujeitos ocupam ou não, conseqüentemente suas experiências nos espaços são múltiplas. Ao ocupar um espaço tão masculinizado com a rua, no status de pessoa em situação de rua, as mulheres são vistas como corpos estranhos, deslocados e vulnerabilizados. A experiência é ainda mais delicada quando abrange a intersecção de gênero e raça, ou quando experimentada por corpos trans.

O corpo trans inscreve em si a subversão às normas; sua existência rompe com a lógica cis-normativa, tendo em vista definir nos corpos a regra do certo e errado. Ao mesmo tempo, em que a rua pode se dar como espaço de violência e vulnerabilidade, para muitos sujeitos dissidentes, é nesse lugar que esses sujeitos encontram o acolhimento que a casa não ofereceu.

Para muitos, a casa é um lugar de violência, onde ao se assumirem como não héteros e/ou não cis, muitos passam por uma série de agressões físicas, mentais, sendo expulsos de seu núcleo familiar de origem. Assim, a trajetória de rua para esse grupo é resultado de uma série de vulnerabilidades que vão se somando ao longo de suas vidas.

A casa e a rua em alguns casos trocam de posição, a casa que inicialmente se apresenta como espaço de segurança se torna um espaço violento, enquanto a rua se torna um espaço de encontro entre os excluídos, formando ligações de afeto e cuidado entre eles. A casa e a rua não possuem um significado fixo, e o grupo de pessoas em situação de rua é uma prova da subversão da lógica normativa, que alcança os campos do gênero, da raça e da sexualidade, e (re)transforma os símbolos e significados desses espaços.

4.2 Na Porta de Casa: Dualismos na Legitimação de Espaços Generificados

Como lócus das relações sociais, resultado das interações relacionais, os espaços são definidos a partir de relações de poder. Sua forma, função, organização e significados delimitam permissões e negações. O espaço geográfico é um campo de disputas de narrativas e significados.

Ser é estar, em termos espaciais, posicionados em algum lugar. Essa posicionalidade é dada por meio de fatos subjetivos como o país que nascemos, a cidade, o bairro e a família e fatos sociais como o gênero, raça, sexualidade, corpo, etc. Tais posições nos permitem ler o mundo de uma forma única, ao mesmo tempo, em que estes lugares são marcados por relações sociais e de poder. E são essas relações que moldam nossas experiências nos espaços, como nos comportamos e como nos sentimos.

O trabalho da educadora Guacira Lopes Louro (2012) elucidada de forma didática como a diferenciação das funções dos mais diversos espaços se materializa. Ao debater sobre a construção escolar das diferenças, a autora discute como determinados espaços adquiriram, no decorrer da história, significados e funções totalmente associados aos papéis de gênero.

A autora se apoia em conceitos foucaultianos de regulação, opressão e disciplina para demonstrar como a escola se tornou em um espaço que reforça as normas de gênero e papéis sociais. Segundo a autora, “as diferentes formas que o tempo e o espaço adquiriram valor fez com que, conseqüentemente, alguns espaços ganhassem o título de lugares permitidos e proibidos, demarcando sujeitos que podiam ou não transitar por eles” (Louro, 2012, p. 64). Além disso:

A perpetuação do espaço vinculado ao gênero persegue as mulheres durante suas múltiplas trajetórias, pois, em diversas espacialidades, sempre foi possível se deparar com lugares que tendem a oprimi-las e limitá-las. Ao adentrar em tais espaços, percebesse a estranheza dos corpos femininos, como um vírus que é combatido e, a todo momento, sofre tentativas de expulsão. (Silva; Pimentel, 2023, p. 129)

É o que ocorreu com a casa, o espaço doméstico, privado, particular. É possível pensar o espaço da casa a partir de várias linhas epistemológicas, cada uma delas se apoiará em um pressuposto teórico para explicar as relações que constroem os significados desse espaço que marcam o sentido do privado. Porém, todos concordam com a forma que o espaço doméstico foi diretamente associado e fixado a figura feminina.

Na obra “O Ponto Zero da Revolução”, da autora italiana Silva Federici (2019), discute-se as bases capitalistas que resultaram na imposição do lugar social que as mulheres ocupam, buscando compreender como trabalho doméstico e o trabalho reprodutivo são mecanismos de funcionamento essenciais para o sistema econômico vigente. Ao comparar as formas de trabalho existentes, ela afirma que:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto as mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. (Federici, 2019, p. 42)

É importante sempre reforçar que o conceito mulher foi entendido por muito tempo por meio de um viés universalizante, que buscava definir a experiência feminina por meio de uma lógica única. Dessa forma, reforço que mulheres racializadas não experimentaram essa transição para a modernidade da mesma forma. Enquanto as mulheres brancas das classes média eram colocadas em casa, as racializadas eram escravizadas e as da classe trabalhadora ocupavam fábricas, ganhando pouco e trabalhando em condições precárias (Davis, 2021).

Assim, por mais que o espaço doméstico/privado tenha ganhando um significado naturalizado como espaço da mulher, o mesmo não pode ser pensado aqui através dessa lógica homogênea; sendo essencial se pensar a multiplicidade das experiências femininas e como a intersecção de raça e classe altera o significado dos espaços.

Geógrafos negros já se perguntam há algum tempo como a raça define as relações espaciais dos sujeitos racializados. A partir da perspectiva da interseccionalidade é questionado “qual a relação da mulher negra com o espaço em que vive” (Souza; Ratts, 2008, p. 151) e é por meio dessa questão que se torna possível pensar todo um novo leque de questionamentos geográficos que tem a raça como guia.

Roberto DaMatta (1987), na obra “A Casa e a Rua”, apresenta os dois conceitos como categorias sociológicas – e, aqui, afirmo que também são categorias geográficas -. O autor

afirma que no contexto brasileiro, a casa adquire diversos significados e, inicialmente, surge como um lugar de privilégio. O privilégio que o espaço da casa representa, na verdade, só existe se sustentado pela normatividade imposta socialmente: a família.

A família patriarcal exerce, socialmente, uma função moral e hierárquica. É através da noção cristã de família que se sustentam discursos “a favor da moral e dos bons costumes” e legitima o homem como entidade superior. Do outro lado desse dualismo generificado está a mulher, que na casa exerce a função doméstica da manutenção do espaço e de todos os membros do núcleo familiar.

Rompendo com tudo que se parece estar dito e fixado acerca da casa e da família, as experiências das mulheres em situação de rua demonstram como essa lógica é frágil e, muitas vezes, irreal. Ao ocupar a rua, a forma com que essas mulheres entendem o espaço da casa e da rua sofrem mudanças. Assim como a forma que elas se vêem como mulheres, abarcando as nuances da feminilidade e dos papéis de gênero que elas supostamente deveriam performar, mas que, ao romper com a lógica normativa dos espaços, é ressignificada.

Ao serem questionadas sobre o que significa ser mulher, todas as nossas entrevistadas tiveram em suas respostas, palavras que simbolizam o imaginário do “feminino natural”, em que o ser mulher está relacionado a beleza, submissão e cuidado com o outro. Esse fato comum escrito na mulheridade das entrevistadas pode ser entendido a partir de Lugones (2020), que reforça como a forma que a fraqueza dos corpos e mentes das mulheres foram socialmente construídas para retirar desses corpos o poder de viver suas próprias existências.

Sendo assim, a performance da corporeidade, a submissão e o cuidado podem ser entendidos como categorias relacionadas a opressão, formas de sujeitar o feminino a uma norma reguladora que vai adquirindo novas nuances com o passar do tempo, e em diferentes espaços. Sendo assim, entende-se que:

Foi a atividade masculina que, criando valores, constituiu a própria existência como valor, venceu as forças confusas da vida, subjugou a natureza e a mulher, sobre essa base, elaborou-se ao longo dos tempos a subordinação feminina. (Franchetto; Cavalcanti; Heilborn, 1980, p. 23)

A casa, enquanto instituição moral, implica que para as mulheres isso de serem consideradas “caseiras” ou “de casa” soa como uma virtude, uma qualidade implícita no que se espera do feminino. Por outro lado, estar na rua é visto como uma falta de caráter ou de moral, onde muitos são vistos estando ali “porque querem”, como uma escolha consciente. Das nossas cinco entrevistadas, quatro delas apontam problemas familiares, em casa, como principal motivador de sua ida para a rua.

A casa, para as mulheres, muitas vezes assume uma função de disciplina do corpo e da corporeidade, legitimando comportamentos aceitos ou não em determinados espaços. Ao ocupar a rua, o sujeito feminino é deslocado das representações e significados que seu corpo adquire ao se pensar a casa e a rua como pares opostos. Ou seja, sem a materialidade da existência de uma casa, a oposição é subvertida; a mulher na rua perde a proteção simbólica que ter uma casa aparenta oferecer a ela.

Ao subverter as noções fixas desse espaço, seus sentidos vão se (re)transformando e adquirindo novas facetas. Grupos dissidentes, frequentemente, tem relações problemáticas com a ideia normativa de casa, principalmente pelo histórico de violência que esse espaço representa. Assim, os diferentes sujeitos, a partir de suas vivências, vão atribuído diferentes significados para a casa. As interlocutoras nos exemplificam muito bem isso. Apesar de todas terem em comum o fato de viver ou já ter vivido na rua, a casa e seu significado adquirem novas formas e sentidos.

Durante as realizações das entrevistas, foi questionada as participantes o que é ter uma casa e quais são os significados implícitos em casa/lar. Todas as cinco entrevistadas associam a casa a proteção. Tarsila afirma que *“a casa é proteção onde você fecha sua porta e você estaria ali seguro, protegido, podendo descansar”* (Tarsila, 42 anos). Já para Dandara, é *“uma vida, ter uma vida melhor, viver de verdade”* (Dandara, 18 anos).

Ao habitar o espaço da rua, o corpo feminino se torna ainda mais vulnerável a ataques e violências; desprotegido, ocupar a rua sendo uma mulher é quase como um estado de nudez absoluta. *“Quando a gente ta na rua a gente ta exposta a muita coisa”* relata Rosa, que continua *“estando em casa eu me cuido melhor, tenho a higiene melhor, e o conforto de dormir [...] é você ter sua dignidade”* (Rosa, 22 anos).

A “corporeidade feminina da mulher em situação de rua se manifesta de duas maneiras: na ocultação de suas formas ou na exposição das mesmas” (Frangella, 2004, p. 170). Para a travesti, muitas vezes essa exposição das formas femininas, baseadas na feminilidade hegemônica, é a única forma de se legitimar seu status de mulher. Assim, a necessidade de performar uma feminilidade marcada em seu corpo, como vemos na fala de Rosa, que tem na manutenção da vaidade também a manutenção no seu feminino.

A dificuldade no acesso a meios de cuidado e higiene é um dos maiores problemas envolvendo as políticas públicas a população em situação de rua. Dandara demonstra a importância da “boa aparência”: ela conta que todos os dias busca tomar banho, nem que seja numa “biqueira” próximo onde fica sua barraca, segundo ela, seu receio é que pensem *“ala além de ser travesti mora na rua e anda com pé sujo”* (Dandara, 18 anos).

O corpo da mulher de situação de rua é marcado pela condição da falta da casa. A antropóloga Simone Frangella (2004), em seu trabalho sobre os corpos urbanos errantes, forma que ela nomeia as pessoas em situação de rua, discute sobre como esse grupo pode ser entendido a partir de sua corporeidade. A autora analisa como marcas corporais, tais como sujeira e cheiro, se tornam elementos que organizam simbolicamente a vida desse grupo. Ela afirma que:

Como um primeiro processo, a construção de uma corporeidade abjeta ocorre gradualmente, por meio da perda de vínculos com as instâncias sociais que proporcionam as condições de limpeza, asseio e saúde, da consequente exposição às intempéries do clima, à aspereza da rua, aos conflitos corporais, ao uso crescente do álcool e, por fim, a adesão completa à movimentação e dinâmicas da rua. (Frangella, 2004, p. 172)

Dessa forma, é possível compreender que quando Rosa declara sua preocupação com a aparência e com a forma que as pessoas podem pensar sobre ela, essa inquietude está ligada ao medo de se tornar mais uma na rua, e ser vista apenas com o olhar marcado pelo estigma que define o grupo. O “andar com o pé sujo” para ela é a perda da ligação com o mundo de fora, o mundo das pessoas da “casa”.

Tarsila, que após sua saída das ruas trabalhou como voluntária no Centro Pop, conta algumas das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para acessar determinados serviços. Na voz firme, a indignação misturada com a lembrança de já ter vivido tudo isso na pele:

Em questão de absorvente a gente brigou muito por causa disso e agora eles estão oferecendo, em quantidade insuficiente [...] o centro pop da (avenida) contorno eles não te dão nem um pacote [...] o centro pop leste você chega lá pra tomar um banho e tem que enfrentar uma fila, pegar uma senha, é muito burocrático. (Tarsila, 42 anos)

Carolina, já em idade mais avançada que as demais entrevistadas, experienciou a dualidade casa/rua de uma forma diferente. Ela viveu o que nomeei anteriormente de experiência pendular de rua, uma vez que viveu na rua por um período, teve uma casa, e voltou novamente para a rua. Carolina afirma que “a casa é sua privacidade, sua liberdade” (Carolina, 60 anos).

Carolina, corporifica sua vida difícil, em suas manchas de vitiligo pelo corpo, os dentes em falta e a pele magra e enrugada, resultado de noites ao relento e as intempéries enfrentadas diariamente na rua. Ainda assim, Carolina sorri, exala esperança e acolhimento. Quando perguntada sobre sua experiência de ida e volta, ela relata:

É ruim, foi muito ruim, eu tava na rua, você tem uma casa por um tempo, aí daqui a pouco você vê ela indo de novo, é muito ruim, não é

bom não, mas a gente tem que passar por ela (a rua) aí a gente vai tentando de alguma maneira. (Carolina, 60 anos)

A casa possui múltiplos significados e pode representar um ou mais desses significados ao mesmo tempo. Do espaço repressivo e regulador, ao estruturante das relações sociais de gênero e família. Como um lugar que prende alguns corpos e libertam outros. Ter uma casa é muito além de ter uma propriedade privada nos termos marxistas, é exercer um direito político e social de existência plena. A casa é, sobretudo, um espaço de segurança onde os indivíduos se (re)constróem como sujeitos (Aldeia, 2013).

Ao ocupar a rua, o sentido de habitar se transforma. Para Frangella (2004), o sentido de casa passa a ser definido pelo corpo a partir dos gestos que delimitam as relações um com os outros e na domesticação das calçadas e viadutos, as chamadas malocas. A casa, por intermédio de um significado simbólico é (re)construída nas ruas por meio das relações entre os que ocupam esse espaço

O caminho para a rua é marcado por múltiplas vivências que fazem com que essas mulheres vejam a rua como um espaço de sobrevivência e resistência. Os relatos nos mostram que apesar de toda dor e dificuldade enfrentadas por essas mulheres na rua, elas encontram força e projetam possibilidades de reexistir e existir.

Suas trajetórias no espaço da casa as levaram para as ruas e elucidam, assim, as possibilidades de significados que ambos os espaços podem adquirir. Para além da binaridade casa e rua, como opostos e desconexos um do outro, busca-se pensar, através de uma transgressão, as definições previamente dadas e abrir possibilidades para novos significados.

A mulher em situação de rua rompe com as lógicas normativas que definem e marcam o público e o privado. Os espaços adquirem novas facetas e ao se apropriar de determinadas partes da cidade, lida-se com novas transgressões; onde o corpo e sua movimentação pelo espaço urbano, ocupando as esquinas e malocas, se tornam ferramentas de significações desses lugares.

A escala da rua nos possibilita entender o fenômeno dado no macro - a população em situação de rua na totalidade - a partir das nuances e particularidades que somente o micro - a mulher na rua marcada pelas intersecções que cruzam seus corpos -, por meio das suas histórias, nos permite enxergar. Suas vozes, por muito tempo silenciadas, se tornam uma ferramenta para se produzir uma compreensão do espaço localizada espacial e corporalmente.

5. A CAMINHO DA RUA

A Rua! Que é a rua? Os dicionários dizem: Rua, do latim ruga, 'sulco'. Espaço entre as casas e povoações por onde se anda e passeia. Os dicionários só são considerados fontes fáceis de completo saber pelos que nunca os folhearam. A rua é para eles um alinhado de fachadas, por onde se anda nas povoações. A rua é mais que isso. A rua é um fator de vida das cidades. A rua tem alma! A rua é transformadora das línguas. A rua continua matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa. A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo. Há suor humano na argamassa do seu calçamento (Rios, 1995²⁵).

Enquanto escrevo, eu me torno narradora e a escritora da minha própria realidade, a autora e a autoridade na minha própria história (Kilomba, 2019).

A rua, como um espaço geográfico, só faz sentido mediante um recorte escalar, ou seja, como um pedaço de algo maior, a cidade, ou como sinônimo que se refere ao espaço público. Aqui, pensaremos a partir do espaço público que tem como seu oposto o espaço privado. Casa e rua como dois significantes que estruturam e marcam a socialização e as experiências sociais e generificadas e racializadas.

Essa noção relacional, aos temas de Doreen Massey (2008) nos permite compreender o espaço da rua através dos sujeitos e das relações que se constroem na vivência cotidiana. Massey (2008, p. 176) afirma que “chegar a um novo lugar quer dizer associar-se, de alguma forma ligar-se a coleção de histórias entrelaçadas das quais aquele lugar é feito”.

Dessa forma, ao ocupar o espaço da rua, as mulheres com seus corpos e suas marcas modificam as noções pré-estabelecidas que se tinha desse espaço, e moldam, por meio de suas vivências cotidianas, novas formas de se habitar a rua. Seu corpo se torna uma ferramenta de produção de novos sentidos naquele espaço, e a partir das relações ali vividas, a rua vai adquirindo novas formas.

Pretende-se, ouvir as narrativas daquelas que tem, em suas trajetórias de vida, a rua como um espaço de moradia e interpretá-las por intermédio das lentes geográficas e feminista. Para que, no que seja possível, como traz Massey (2008), viajar através de trajetórias buscando capturar nos discursos, nos corpos e nos movimentos, sentidos atribuídos a rua.

Enquanto o espaço é o produto das relações sociais, as narrativas de mulheres em situação de rua nos ajudam a elucidar, construindo e alterando os sentidos atribuídos a rua e ao espaço público. Viajar, ou cruzar o espaço é uma forma de modificá-lo (Massey, 2008).

²⁵ Trechos adaptados do livro “A Alma Encantadora das Ruas”, de João Rios (1995).

Modificar o espaço é uma ação política: o corpo subalterno, ao ocupar determinados espaços, rompe com a lógica hegemônica, abrindo-o.

Aqui, traçaremos um caminho que nos levara a compreender a rua-casa-mundo das mulheres em situação de rua, entendendo que existem muitos fatores sociais, culturais e históricos que modificam e afetam nossa relação com o espaço. No primeiro momento, apresentam-se as razões que as levaram à situação de rua, buscando romper com os pré-conceitos e generalizações. Posteriormente, os discursos das entrevistadas nos apresentam a relação que elas constroem com a rua e os significados atribuídos a esse espaço.

Adiante, investiga-se o que as participantes entendem como ser mulher na rua e como elas se sentem percebidas pelo mundo a sua volta. Por último, busca-se desvelar a rua como um espaço que pode tanto ser marcado pela vulnerabilidade, tanto como um espaço de (re)existência, onde estar fora da casa representa uma possibilidade de existir. Assim, a rua tem seu sentido descortinado através das narrativas apresentadas.

Neil Smith (2000) discute a produção da escala geográfica por meio de uma expressão urbana e artística. Nessa produção, o artista desafia os conceitos de casa e ocupação do espaço urbano por pessoas sem teto ao construir um carrinho de supermercado que se transforma em um protótipo de casa - mais como um espaço para dormir protegido e móvel. A partir dessa obra, Smith (2000) se apoia na arte para questionar os limites e significações da escala geográfica e as suas possibilidades.

Smith afirma que “a escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos” (Smith, 2000, p. 143). Em outras palavras, algo que define e demarca a forma que determinados processos sociais ocorrem e como são espacializados. Tal como as pessoas em situação de rua, que tem sua movimentação determinada através das limitações que o estado, o espaço público e a cidade impõem em suas existências. Além disso, Smith (2000) define quatro aspectos das escalas, sendo:

O primeiro aspecto a identidade ou as características que as tornam coerente; o segundo sendo as diferenças internas; o terceiro, as fronteiras com outras escalas; e o quarto, as possibilidades políticas de resistências inerentes a produção de escalas específicas (Smith, 2000, p. 144).

Partindo dessas concepções, trabalhar com a escala da rua para se compreender as mulheres em situação de rua nos permite observar o fenômeno por intermédio de uma escala localizada. O espaço urbano compreendido pela escala da cidade não abrange, em sua totalidade, a realidade experimentada pelo grupo aqui analisado. Pessoas em situação de rua não exercem o direito a cidade. Apesar de ocuparem suas esquinas e praças, seus corpos e sua existência são invisíveis aos olhos da maioria dos que circulam pelos espaços urbanos, apagados

e jogados a margem. A escala da rua faz sentido: algumas ruas são possíveis de serem ocupadas e usadas, outras não, a rua como escala geográfica delimita possibilidades de existência e, ao mesmo tempo, de exclusão.

Milton Santos, ao escrever sobre as cidadanias mutiladas, parte da sua posição como sujeito racializado, indagando o debate sobre quem é, ou não, cidadão no Brasil. O famoso cidadão do mundo que, com seus escritos, revolucionou a Geografia, aponta que no país, lidamos com uma lista das cidadanias mutiladas que incluem a localização dos homens na sua moradia e o direito de circulação (Santos, 1997).

O sujeito posicionado no espaço é marcado e definido a partir da forma como seu corpo é lido no/pelo mundo, nas palavras de Milton Santos, “meu corpo, o corpo do lugar, o corpo do mundo” (Santos, 1997, p. 135). O autor utiliza de conceitos, até então, não muito comuns em suas discussões, como corporalidade e corpo, para afirmar que certos sujeitos marcados pela raça - que aqui também será usada para pensar outros aspectos que definem a desigualdade social -, não acessam a cidadania plena e, com isso, não tem seus direitos respeitados e são cada vez mais subalternizados.

No que tange as questões do direito a cidade, o conceito cunhado pelo filósofo Henri Lefebvre (2001) parte de uma linha epistemológica marxista, e foge com o que se usa de base epistemológica na presente discussão, porém, como analisado por por autores da eixo temático (Silva; Ornat, 2022; Silva; Ornat; Júnior, 2023), existem diálogos possíveis entre os escritos de Lefebvre e a Geografia Feminista.

Os autores apresentam que as conexões entre as teorias se dão principalmente nas questões relacionadas ao corpo e o espaço. O corpo, em Lefebvre, é uma categoria bastante discutida, sendo entendido como fundamental na produção do espaço, de forma que “o espaço precisa do sujeito encarnado para constituir-se como espaço” (Silva; Ornat, 2022, p. 339).

Já em outra discussão sobre Lefebvre nos termos da Geografia Feminista, é debatido a importância do autor para se constituir uma geografia corporificada. Para isso, utiliza-se o conceito espaço social e buscando compreender como o autor francês entenderia as relações espaciais, afirmando que “a proposição de Lefebvre de que o espaço é produzido socialmente vai muito além da produção econômica de mercadorias e incorpora também a reprodução das relações sociais e biológicas da produção capitalista.” (Silva; Ornat; Junior, 2023, p. 533)

A cidade, nos moldes em que experienciamos hoje, é resultado de séculos de transformação. Atualmente, a cidade é um produto resultado do meio de produção vigente, que exerce a função de uso destinado ao consumo. Lefebvre afirma que “o urbano possui um duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar” (Lefebvre, 2001, p. 20). Assim, as cidades são

moldadas conforme sua função e seu uso, de forma que uma vez construídas, “nossas cidades continuam a moldar e a influenciar as relações sociais, o poder, a desigualdade e assim por diante” (Kern, 2021, p. 29).

O texto de Milton Santos e as Cidades Mutiladas (Santos, 1997) estava fresco em minha memória quando conversei com Carolina, uma senhora de 60 anos e uma das entrevistadas que mais esteve aberta a nos contar sua história de vida. Ao nos contar sobre como está na rua mudou sua percepção sobre a cidade, ela diz que:

A experiência da rua a gente vê assim, que a sociedade tá muito longe da gente, eles tentam muito afastar da gente, eles não acolhem, eles afastam. Por a gente ser morador de rua, eles acham que a gente é traficante, é um ladrão, e a gente não é, e até explicar que não é, é complicado. (Carolina, 60 anos)

O afastamento representa a primeira reação da maioria das pessoas ao se deparar com alguém em situação de rua. O cheiro, a aparência e o estigma que os corpos que vivem na rua carregam são resultados de suas vivências. A cidadania mutilada das pessoas em situação de rua as fixam na invisibilidade e na desumanização. O estigma, que caracteriza o pensamento popular acerca desse grupo, os marca como menos humanos, de forma que muitos não os enxerguem. No dia a dia do espaço urbano, a naturalização da existência de pessoas vivendo nas ruas fazem com que sua presença seja despercebida, notada apenas quando os mesmos se apresentam pedindo dinheiro.

João Aldeia (2013) debate, por meio da ótica antropológica, como a casa e a rua são significadas através do que ele nomeia como fenômeno dos sem-abrigo. Para o autor, a “cidadania se ancora inteiramente na casa por ser o espaço onde os indivíduos se constroem como sujeitos políticos” (Aldeia, 2013, p. 1). Dessa forma, os que vivem nas ruas não conseguem atingir o status de cidadão pleno, pois a vida no espaço da rua marca seus corpos e suas histórias, mutilando sua existência.

5.1 “Esse tempo todo tô na rua, tô na rua...”

No espaço público, todos são estranhos; as relações sociais são limitadas. A partir do pensamento de Sannett (2014) homem deve ser considerado em diferentes níveis, o público e o privado. O Richard Sannett, no livro “O Declínio do Homem Público”, debate como os significados do espaço público vem se transformando no decorrer dos séculos, com o foco nas cidades modernas.

O autor afirmará que o individualismo, que tem cada vez mais moldado o comportamento moderno, conseqüentemente, afeta a noção de sujeito público, causando seu declínio. Além disso, ele analisa como as construções e o planejamento afetam as interações sociais na cidade. É possível pensar o espaço público, ou a rua, por meio de um diálogo que considere as concepções de Sannett (2014) e DaMatta (1987), em que o público é ao mesmo tempo, um espaço onde o individualismo é exercido como também é um espaço de libertinagem que rompe com as regras e comportamentos existente no espaço privado.

Ao dialogar com tais concepções e considerando a perspectiva de gênero, percebe-se que o espaço público, enquanto espaço de individualismo e de libertinagem, está associada a construção do que se nomeia como masculinidade hegemônica. Assim, em como oposto complementar, o espaço da casa exerce essa função de “doutrinar” o sujeito para uma feminilidade naturalizada, onde ao mesmo tempo, priva as mulheres de exercer suas funções públicas, e de experimentar as possibilidades entendidas como apenas no espectro masculino.

Ao que remete as pessoas em situação de rua, muitos ignoram suas existências, passam pelas malocas²⁶ com naturalização e os verem, muitas vezes, como culpados do seu próprio destino. Por não possuírem o status de cidadão, a partir da ótica de Santos (1997); ou não conseguirem exercer seu direito a cidade, pela ótica de Lefebvre (2021), as pessoas em situação de rua são deslocadas de seu status como sujeito e tem suas histórias retiradas de si, vistos muitas vezes, como corpos vagando.

Ao ser questionada sobre as razões que as levaram a rua, observamos o peso das relações familiares: Tarsila, enquanto mulher cis, nos relata que:

Várias questões podem te levar a essa situação, no meu caso eu tive um problema com a justiça, um problema judicial em que não tive nenhum amparo da minha família, fiquei completamente abandonada pela família e fiquei sozinha (Tarsila, 42 anos).

A moral exerce esse peso também em pessoas que estão ou que já estiveram em situação de cárcere. A prisão, enquanto um espaço de punição, também é deslocada para o campo da moral e popularmente entendida como lugar de bandidos e/ou de pessoas ruins, o que colocam as pessoas que já experienciaram o cárcere sob diversos estigmas.

Contudo, a falta de amparo e suporte familiar não está isenta dos efeitos catastróficos das normas da modernidade. Pessoas consideradas desviantes da norma cis heterossexual são

²⁶ Segundo o Dicionário Online de Português maloca significa grande barraca indígena, porem ao que se refere ao que as pessoas em situação de rua nomeiam, maloca são os lugares onde o grupo monta suas barracas/ “casas” e “moram”. Disponível em: <Maloca - Dicio, Dicionário Online de Português>. Acesso em: 19 mar. 2024.

violentadas na maioria dos espaços que ocupam; para grande parte da população LGBTQIAP+ a violência começa em casa.

Eu tinha 14 anos [...] minha mãe não me aceitava muito foi quando eu comecei a vestir roupa de mulher né?! e começar minha transição de trans. [...] Aí eu comecei a me envolver com outras trans, que já são feitas, que aí já tem suas casas, fui para a casa de uma cafetina e ela começou a me explorar, aí acabei caindo na rua aqui de BH. (Dandara, 18 anos)

A não aceitação da família é a principal causa do afastamento da população LGBTQIAP+ do núcleo familiar. Dessa forma, ao sair de casa, esse grupo encontra em seus iguais à possibilidade de acolhimento e buscam reinscrever o significado de família, formando novos laços sociais entre os seus. Na série de televisão Pose (POSE..., 2018-2021), originalmente produzida pelo canal americano FX, acompanhamos um grupo de mulheres trans que vivem na cidade de Nova Iorque durante a década de 80/90.

A partir das personagens e suas histórias, podemos observar como se dão as relações familiares entre pessoas trans e homossexuais; as “casas” apresentadas na série, representam um espaço de subversão da família cis-hétero-normativa. Nesses casos, onde a “mother”, normalmente a mulher mais velha, acolhe aqueles que foram abandonados pela família de origem, e auxilia o processo de transição - quando é o caso.

O mesmo ocorre no cenário brasileiro, no contexto das casas de prostituição de mulheres trans, as “cafetinas” exercem, em muitos casos, esse papel. Em 2022, participei de um projeto, que infelizmente não foi para frente, mas que tinha como objetivo inicial compreender as relações de cuidado existentes nos “puteiros” de Belo Horizonte. Na época, conheci duas garotas de programa, uma mulher cis e uma mulher trans.

A mulher trans, que aqui chamarei de Lucia²⁷, nos contou que muitas meninas em transição chegavam a sua casa buscando trabalho e um lar, e ela, como alguém experiente, além de oferecer os quartos para as recém-chegadas poderem atender seus clientes, auxiliava no processo de transição, as inserindo no meio de outras mulheres e até na realização de procedimentos e mudanças corporais.

Assim, a prostituição para algumas mulheres trans e travestis, além de, infelizmente, serem uma das poucas oportunidades de renda, também exerce essa função de auxílio para a transição e a construção de redes de solidariedade. Rosa relata: “na maioria do mundo trans é

²⁷ Nome fictício.

muita questão de programa, é muita questão disso, é só coisas ruins que eles jogam na gente né.” (Rosa, 22 anos).

Um dossiê, produzido pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) e publicado em 2018, apontava que 90% da população de travestis e transexuais tem na prostituição sua principal fonte de renda. Segundo o texto, isso acontece “devido à dificuldade de inserção no mercado formal de trabalho e qualificação causada pela exclusão social, familiar e escolar” (Antra, 2018, p. 18).

A prostituição para as mulheres trans e travestis ocorre de uma maneira compulsória. Segundo Campos e Araujo (2023), a cisheteronormatividade que rege nosso sistema social impossibilita a existência desses corpos nos espaços de sociabilidade como a casa e a escola, e conseqüentemente, do mercado de trabalho. Sem acesso aos meios de sobrevivência básicos, essas mulheres se veem obrigadas a se prostituir. “A compulsoriedade está atrelada ao imaginário social de que essas identidades são violentas, devem andar apenas a noite e servir para satisfação dos desejos sexuais como objetos” (Campos; Araujo, 2023, p. 2).

Diferente de Dandara, que não foi aceita e acolhida por seus familiares, Rosa experienciou seu processo de transição de outra forma, ela conta que “*graças a deus minha mãe sempre me aceitou [...] meu padrasto foi muito gente boa, sentou com a minha mãe, conversou comigo, conversou com ela*” (Rosa, 22 anos). Mesmo com o apoio da família, Rosa experimentou a prostituição e foi para a rua, segundo ela, por ser rebelde, o que causou desentendimentos com o padrasto. Assim, mesmo a causa principal de sua ida as ruas não ter sido sua transição, ela ainda faz parte das estatísticas em que problemas familiares é a principal causa.

Outra razão que também pode levar as mulheres a situação de rua é a perda: é o que se observa na história de vida de Carolina:

Foi a perda mesmo, eu perdi marido, tudo, filho. Eu tive seis filhos e hoje vivo eu tenho essa trans (apontando para a filha, Diana²⁸, também em situação de rua que vive com ela) e a outra que ta presa. Os outros foram assassinados, um com 18 anos, outro com 16, em um ano e cinco meses eu perdi os dois. Aí vim pra rua, naquela época eu fiquei uns 6 ou 7 anos na rua. Aí conheci meu outro marido que me tirou da rua, do crack, aí 12 anos depois ele morreu, eles mataram ele, aí eu vim pra rua e agora tem uns 3 anos que eu tô na rua. (Carolina, 60 anos)

Aqui faço uma breve colocação que inicialmente seria uma nota de rodapé, porém, não poderia um assunto dessa importância ser preterido a apenas uma nota escondida no fim da

²⁸ Nome fictício.

página. No dia da realização da entrevista, Diana foi convidada a participar, porém, conforme dito por Carolina, sua mãe, ela havia perdido uma amiga, também uma mulher trans em situação de rua, há poucos dias, vítima de um brutal assassinato. Segundo relato, a vítima havia sido jogada no Rio Arrudas²⁹, após desavenças com um homem também em situação de rua. Em minhas pesquisas não consegui localizar nenhuma reportagem sobre o crime, reforçando o apagamento da violência contra pessoas trans e em situação de rua.

Segundo o dossiê sobre o assassinato à população trans no Brasil, os dados sobre a violência contra população trans são inexistentes ou insuficientes, graças a uma enorme subnotificação dos casos; ou até mesmo desrespeito a identidade de gênero da vítima, que em alguns dos crimes tem suas mortes notificadas a partir do gênero atribuído ao nascimento, reforçando a transfobia que ocorre nas diversas escalas e instituições (Antra, 2024).

A perda e, conseqüentemente, o luto desestabiliza completamente o sujeito. Cada pessoa encontra uma forma de lidar com a dor e o sofrimento causados pela situação que vive, sendo essas formas, em muitos casos, o uso de álcool e drogas. Carolina, durante sua primeira vez em situação de rua, encontrou-se viciada no consumo de crack. Hoje ela conta que faz o uso de “*antidepressivo pra aguentar*” (Carolina, 60 anos).

Outras pessoas vão para a rua devido ao vício que as acompanha, como nos conta Teresa. Com a voz trêmula, Teresa relata que passava por algum tipo de processo de reabilitação com as companheiras de maloca e dizia está buscando parar com o uso das substâncias. Magra e com um olhar triste ela conta:

Eu fumava só maconha, aí foi lá e minha prima misturou pedra no meio, aí eu comecei a usar muita droga, aí eu vim pra rua por causa da situação de droga que eu estava, estou ainda mais ta mais controlada agora. (Teresa, 30 anos)

Visto que são múltiplas as razões que levam as mulheres a situação de rua, os relatos se tornam um documento de extrema importância, demonstrando que ninguém escolhe viver tal situação. Suas experiências pessoais e familiares influenciam sua visão de mundo, definindo significados de sentidos morais e simbólicos. Ao ocupar o espaço da rua e viver diariamente como um *outsider*, as mulheres passam a construir novas relações entre si e com o espaço a sua volta.

²⁹ Rio que atravessa partes importantes da região central da cidade, sendo parte canalizado e parte ao ar livre.

5.2 “A rua é uma desgraça, só maltrata”

O espaço público é o elemento central para a existência das pessoas em situação de rua: é onde os sentidos do público e do privado, após seu rompimento com o espaço da casa, se fundem se tornando um só. A casa é a rua.

O geógrafo Denis Cosgrove apresenta debates acerca dos significados atribuídos aos espaços, apontando que a “nossa imaginação sobre o mundo é mediada pela ideia de que o transformamos a partir da cultura [...] o significado do mundo está realmente aberto a elaborações, desafios e representações sem fim” (Cosgroove, 2012, p. 116). O autor traz alguns conceitos interessantes a serem considerados para a compreensão do espaço, alegando que “as paisagens aguardam decodificações geográficas simbolicamente atribuídas a elas” (Cosgrove, 2012, p 228-229), ou seja, todos os espaços possuem significados simbólicos, ao serem apropriadas pelo homem e transformados através disso.

Dessa forma, a rua como um espaço carregado de simbolismos e diferentes significados adquire uma nova facete ao ser entendido por meio da leitura feita por mulheres em situação de rua. A rua, nesse contexto, assume um caráter de espaço excluído. Ainda embasado nos textos sobre simbolismo e paisagem cultural de Cosgroove (2012), entendemos as paisagens, ou os espaços excluídos, como lugares repletos de símbolos de grupos excluídos e de seus significados simbólicos.

Além disso, algumas paisagens passam pelo processo de limpeza. É o que explica Souza (2013), ao apresentar os processos de invisibilização, cujo objetivo é retirar e/ou esconder das paisagens urbanas agentes tidos como indesejáveis. Esse processo é visto nos efeitos que o programa de requalificação do centro de Belo Horizonte tem resultado na paisagem urbana da cidade, onde grandes contingentes de pessoas em situação de rua foram tirados de vista das principais praças da cidade

A rua vai adquirindo seus significados a partir das interações sociais produzidas pelos atores sociais que nela vive. Essa continua produção do espaço e atribuição dos significados pelos grupos excluídos se resultam por meio das interações entre si, mediados pelas relações de poder que constituem a sociedade moderna.

Assim, o significado é dado por intermédio da relação do sujeito excluído com o espaço em que vive. Dessa forma, a rua vai: “[...] revelar o sentido que a interação urbana cotidiana adquire para cada cidadão, nos lugares que habita e percorre, nos papéis que desempenha, nas representações que fabrica”. (Cordeiro; Vidal, 2008, p. 130)

Ao ter esse ponto de partida, é assim que, ao questionar nossas entrevistadas sobre a relação com a rua e o que a rua significa para elas, acessamos falas que rompem com as ideias pré-estabelecidas sobre tal espacialidade e reforçam como a análise interseccional nos permite compreender as múltiplas formas de se analisar um mesmo fenômeno. “É preciso que a geografia releve, descreva e compreenda os lugares e suas paisagens em suas múltiplas dimensões, por isso a importância da dimensão cultural e simbólica” (Nogueira, 2020, p. 16). Para Tarsila, a rua pode ter vários sentidos

Depende do lado, eu vi muita coisa bacana, eu fui muito bem acolhida, ela me acolheu bem, foi extremamente generosa, o que eles têm ali eles compartilha com as pessoas. (Tarsila, 42 anos)

No caso de Tarsila, estamos olhando para uma mulher branca, que possui passagens em cursos de nível superior e veio de uma família de classe média. Ela conta que nunca dormiu propriamente na rua, “nunca tive coragem de fazer isso, então que frequentei abrigo, fui pra esse abrigo, o abrigo São Paulo” (Tarsila, 42 anos). Assim, por mais que Tarsila tenha experimentado a vivência como pessoa em situação de rua, o momento mais temido pelas mulheres, o fato de dormir propriamente em calçadas e malocas, noite após noite, nunca foi vivenciado por ela.

A noite é o momento de maior vulnerabilidade para as mulheres nos espaços públicos. O menor movimento de pessoas, os estabelecimentos fechados e a luminosidade limitada fazem com que a experiência de dormir propriamente na rua seja marcado por medo. A noite, como fenômeno geográfico, ainda é um campo em construção, porém alguns trabalhos na temática já podem ser acessados, abrindo assim um novo leque de possibilidades para se pensar as relações espaciais no período noturno.

A noite é espaço de dominação masculina, pois aos homens o direito a cidade é historicamente assegurado. [...] homens se sentem mais seguros do que as mulheres ao desfrutarem espaços noturnos. As mulheres, além de temer assaltos e agressões, somam ainda a esse sentimento de medo a preocupação com a violência sexual. (Silva; Ornat; Lee, 2021, p. 75)

Devido a sua forma de estar em situação de rua ser destoante das nossas outras entrevistadas, que dormiram nas ruas e neles construíram uma “casa”, a experiência de Tarsila pode ser considerada privilegiada em relação as outras.

Eu sou uma pessoa com a total passibilidade tenho certeza que nenhum policial ia me parar, então eu dei essa sorte, eu tenho a aparência de uma pessoa que não ta na rua, a gente vive numa sociedade que é muito

de aparência [...] eu aproveitei disso que eu tenho uma boa aparência e a polícia não me para por qualquer coisa, ao contrário da população que tá na calçada que toda hora a polícia para, pedi documento, eu encontrei na rua essa liberdade, ninguém vai me parar, to mais segura na rua que na minha casa. (Tarsila, 42 anos)

As falas seguintes soam completamente destoante dos relatos de Tarsila. Dandara afirma que, para ela, só se resume a rua a partir de um palavrão “*uma desgraça mulher, a rua é uma desgraça, só maltrata, tira a beleza da gente, deixa a gente ainda mais transtornada, é o ó*” (Dandara, 18 anos). A rua, como um espaço que maltrata, se dá por diversas razões, sendo as principais a violência e a solidão. Rosa conta que “*quando eu cheguei aqui na rua eu cheguei sozinha*” (Rosa, 22 anos).

O desconhecimento das dinâmicas que regem o mundo social das pessoas em situação de rua, enfrentados por uma “*recém-chegada*”, acentua ainda mais sua vulnerabilidade: seja por não saber os lugares certos para ocupar, por não ter um grupo que a proteja, a primeira vez na rua pode ser um evento marcado de medo e violência.

Para Tereza, “*a rua não dá, a rua não presta não, muita gente que é muito maldosa, é questão de violência, mesmo sem você arrumar briga com ninguém, a pessoa quer arruma com você, bota fogo, a violência vem da galera da rua mesmo*” (Tereza, 30 anos). O espaço público é um espaço de medo para a maioria das mulheres, ao estar em situação de rua e se vê completamente desprotegida, sem um lugar para se esconder e se abrigar, elas vivem esse medo ao extremo.

A geógrafa feminista Gill Valentine (1990), ao abordar o medo das mulheres nos espaços públicos, afirma que vários fatores potencializam esse medo. A autora afirma que os espaços públicos são dominados por homens e essa dominação é sustentada por diversos comportamentos e pactos sociais entre os agentes masculinos. Dessa forma, as mulheres constroem táticas para lerem os espaços e tentarem se antecipar de riscos eminentes:

Dado que as mulheres não podem conduzir as suas vidas se tiverem medo de todos os homens o tempo todo, para manterem uma ilusão de controle sobre a sua segurança, precisam saber onde e quando poderão encontrar “homens perigosos” para evitar. Para fazer isso, desenvolvem imagens mentais de onde ocorre a violência, que são desenvolvidas através da interação complexa e do efeito cumulativo de fontes de informação de primeira e segunda mão. (Valentine, 1990, p. 289)

Assim, a rua é um espaço de medo, onde relações sociais e táticas de sobrevivência são construídas juntas na tentativa de solucionar, ou pelo menos mitigar, as práticas violentas, almejando assim aumentar a sensação de segurança. Para as mulheres em situação de rua, a figura masculina exerce uma dupla função em suas vidas sociais. De um lado, representa uma

figura de perigo, o risco eminente da violência física e sexual. Do outro lado, ter um homem por perto significa segurança.

Entender essa dualidade na representação masculina para essas mulheres demandaria uma análise por si só. A construção de gênero, que atribui significados aos corpos marcados pelo sexo a partir de papéis a serem desempenhados, colocou o masculino numa posição superior ao feminino, atribuído aos homens a força e o poder, de forma que sua função estivesse associada a proteção dos mais fracos. Assim, “a masculinidade exerce a função ideológica de justificar a dominação masculina de forma que suas facetas se transmudam para manter o poder do homem sobre a mulher” (Boris, 2011, p. 18).

Como dominante, o masculino exerce seu poder nos espaços, sendo o espaço público - a rua - o seu palco principal. Dessa forma, o espaço público é segregado ao longo do tempo, conforme o gênero, onde os homens exercem sua dominação e controle através de sua aparência e comportamento (Valentine, 1990). Além disso, segundo Valentine (1990), uma das expressões de dominação masculina que se pode citar é como os homens insinuam a violência sexual para exercer poder e controlar o uso do espaço pelas mulheres. “Através destas ameaças sexuais por parte de alguns homens, o controle do espaço público é alcançado para todos os homens” (Valentine, 1990, p. 301).

Em diversos momentos nos relatos das entrevistas, surgiram falas que explicitaram que ter um companheiro, um “homem do lado”, faziam as mulheres se sentirem um pouco mais seguras. O tema surgiu enquanto conversávamos sobre as violências da rua, por isso partiremos de um tópico e não uma pergunta: as violências enfrentadas pelas mulheres em situação de rua.

A violência ocorre de diversas maneiras; sejam elas física, psicológica, simbólica e institucional, ser violentado causa traumas e sofrimentos nos diversos níveis da vida social. A violência também atinge os sujeitos de formas diferentes em cada âmbito da vida social, dos espaços e das identidades.

Consequentemente, a violência como ação gera o medo, um sentimento/reação (Lindon, 2008), de forma que, respostas estratégicas de (re)existência precisa ser criadas. Bourdieu (2019) explica que a dominação masculina é legitimada nas práticas sociais: a masculinidade e suas características se tornam reais a partir da inferiorização do feminino, que ocorre ao atribuir significado aos corpos e as funções dos sujeitos generificados.

O autor traz o elemento corpo para pensar como se dá essa diferenciação, na qual a feminilidade estaria associada ao se “fazer pequena”, no sentido de fragilidade e vulnerabilidade, enquanto o masculino seria “grande”, ocupando maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos (Bourdieu, 2019). O autor nomeia de violência simbólica essas

ações produzidas e reproduzidas socialmente, que fixam as mulheres em um lugar único e marcado pela inferioridade.

A violência simbólica não está distante e nem excluída da violência física, porém ocorre de forma quase invisível e, por muitas vezes, é naturalizada. Uma dessas formas pode ser vista na exclusão das mulheres ao acesso a espaços públicos e o direito a cidade. bell hooks (2020) define como violência patriarcal a forma com que as mulheres são vítimas da violência masculina e como essa tem a função de manter a ordem patriarcal dominante.

A autora também explica como a violência é usada como reafirmação de poder e masculinidade, de forma que “em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar a violência como meio aceitável de controle social” (hooks, 2020, p. 99). A violência masculina contra as mulheres se tona um definidor das experiências femininas e determina comportamentos, corporeidades e o uso do espaço.

Ao discutir a geografia do medo feminino, Gill Valentine (1989) afirma que ao associar a violência masculina com determinados contextos espaciais, “o medo terá um profundo efeito sobre o uso do espaço pelas mulheres de forma que se torna necessário uma negociação tácita dos espaços públicos” (Valentine, 1989, p. 395).

As mulheres em situação de rua buscam diversas alternativas para enfrentar o medo e a violência: se aproximar de grupos, dormir em abrigos, montar suas malocas próximo a locais com vigilância e principalmente encontrar um companheiro. A figura masculina exerce um papel de destaque na segurança e na sobrevivência de mulheres em situação de rua. Tarsila nos conta que: “*aparece uma mulher na rua os caras ficam loucos, e ficam só tem uma mulher pra esse tanto de homem, eu quero que ela seja minha*” (Tarsila, 42 anos).

Além da vulnerabilidade por estar em situação de rua e os riscos intrínsecos ao ser mulher em um espaço desprotegido, as mulheres na rua se tornam um objeto de desejo e um alvo, pois muitos homens não respeitam os limites impostos por elas. Tarsila continua:

Por você está na rua sendo mulher, com uma população predominantemente masculina, não é muito fácil, principalmente se você for uma mulher com dependência química, aí a mulher já tá ali, já usou muito álcool, deitada na calçada meio consciente meio inconsciente, e é um momento de extrema vulnerabilidade, pode chegar alguém e se aproveitar dela. (Tarsila, 42 anos)

Para evitar violência sexual e se autoprotoger, as mulheres encontram um parceiro. Porém, a violência continua. Muitas sofrem agressões físicas e ameaça de seus parceiros e se vêem presas em relações onde as únicas possibilidades são ser agredida pelo parceiro ou ser

estuprada por outros homens. Tarsila conta que “*é melhor ser maltratada e estropada por um do que por vários*” (Tarsila, 42 anos). O medo do estupro e a violação do corpo assombra todas as mulheres. A geógrafa Leslie Kern (2021) afirma que “nos quase acreditamos que o nosso estupro já nos espera lá fora, uma inevitabilidade oculta nas sombras” (Kern, 2021, p. 197). Para as mulheres em situação de rua, esse medo é ainda mais real. Dandara relata que:

Não pode deitar de qualquer jeito senão vem um homem louco, doido de cachaça, fumado de pedra, doido de cocaína, aí vem passa a mão na gente dormindo, ai às vezes a gente pode acordar e se deparar com uma cena muito irrelevante [...] quando a gente for parar pra pensar a gente até pegou uma coisa né do sangue por causa da besteira de uma pessoa louca [...] aí vê a gente dormindo quer fazer coisinhas com a bicha dormindo na hora que a bicha acorda, já ta até né, já foi ali, a bicha até pegou aids ou alguma coisa assim. (Dandara, 18 anos)

Dandara também encontrou no fato de ter um companheiro, a sensação de segurança que precisava. Mesmo afirmando se sentir mais segura com pessoas que, ao longo do tempo, desenvolveu uma relação de amizade ou família, sobre o fato de se sentir mais segura tendo um parceiro, ela conta que:

Apesar de eu me sinto mais segura com as bicha do que com ele, eu me sentia segura com ele porque eu dormia como ele, quando ficava de noite a bicha vai pra barraca dela, a outra pra dela (se referindo as pessoas que dormem próximo a ela) e eu pra minha, ai eu ficava com ele [...] a gente se sente mais segura pelo fato da gente saber que tem um homem dormindo do nosso lado então não vai chegar nenhum encachaçado e ficar passando a mão e essas coisas né. (Dandara, 18 anos)

Mulheres trans são ainda mais vulneráveis a violências sexuais e transfobia, que podem resultar em agressões físicas e até assassinato. Rosa relata sobre sua vivência como mulher trans e o papel do seu companheiro para sua segurança:

Você tando sozinha sendo uma pessoa trans ou uma mulher (cis), tanto sozinha na rua você fica muito vulnerável ao estupro, mais ao estupro né, a uma agressão, porque às vezes uma pessoa não pode gostar de uma trans aí te vê na rua sozinha, vê que você ta vulnerável e vai querer te bater, te agredir, aí um tinha ele comigo (seu companheiro), aí nunca aconteceu, ele sempre teve comigo. (Rosa, 22 anos)

Dados da Antra (2024) afirmam que a raça não é informada em quase 90% dos casos de violências contra pessoas trans, mas ainda assim, estimativas apontam que cerca de 72% das vítimas são pessoas trans negras (pretas ou pardas). Nossas entrevistadas trans, Dandara e Rosa,

são ambas mulheres negras e abaixo dos 25 anos. Sobre a violência contra pessoas trans, o relatório de violência publicado pela Antra com dados de 2023 expõe que:

É como se a raça ou a etnia das vítimas não importasse. Ignora-se sabendo que há no Brasil um processo contínuo de assassinado da juventude negra. E diante dos casos, podemos observar que a maioria das vítimas trans eram jovens negras empobrecidas, moradoras da periferia, onde os racismos (estrutural, policial, institucional, etc.) como um dos desafios que enfrenta no dia a dia, e que cruzados com uma identidade de gênero não cisgênera, acaba amplificando os riscos. (Antra, 2024, p. 58)

O assédio e a violência relembram as mulheres todos os dias que elas não foram feitas para estarem em determinados espaços (Koskela, 1999). O racismo acentua ainda mais as diferenças no acesso e experimentação de determinados espaços e torna os corpos racializados ainda mais suscetíveis as múltiplas formas de violência.

O Instituto Patrícia Galvão divulgou um Cronômetro da Violência contra Mulheres Negras no Brasil³⁰, que revelou dados alarmantes ao se ver a violência pela ótica interseccional de gênero e raça. Segundo a publicação, em 2020/2021, todos os dias, duas mulheres negras eram vítimas de feminicídio e dez mulheres sofriam violência física.

Mulheres negras são as que mais sofrem as múltiplas formas de violência. Na rua, ter um companheiro pode impedir que casos de ataque coletivo contra as mulheres ocorram, porém a vulnerabilidade e possibilidade de sofrer com a violência não tem uma diminuição significativa. Tereza faz parte das estatísticas e conta que: *“dos meus companheiros, três companheiros que eu já tive eu sofri violência [...] depende do companheiro, é melhor você nem ter que não vale a pena”* (Tereza, 30 anos).

Além da violência sexual eminente, as agressões físicas contra mulheres em situação de rua são bastante comuns. Ainda que a violência esteja presente, é a partir da formação de grupos, em sua maioria compostos por mulheres, que elas resistem e reconstrói suas vidas. Ao encontrar uma nas outras o sentido de família e de casa, estar em grupo se torna a principal estratégia de sobrevivência para muitas delas. Carolina conta sobre a importância das relações e das trocas para ser possível ser forte e enfrentar o dia-a-dia nas ruas:

A gente conversa, a gente tem umas experiências que às vezes não é só a gente que ta na situação, a gente encontra alguém que ta numa situação abaixo [...]. (Carolina, 60 anos)

³⁰ Os dados foram compilados a partir de diversas fontes de informação e pesquisa e pode ser acessado em integra no site do Instituto. Disponível em: < [Violência contra a mulher em dados | Cronômetro da violência contra mulheres negras no Brasil - Violência contra a mulher em dados \(agenciapatriciagalvao.org.br\)](https://www.agenciapatriciagalvao.org.br)>. Acesso em: 13 fev. 2023.

O compartilhar atribui algo de positivo para aqueles espaços, onde as emoções e os sentimentos ali experimentados fazem com que um sentido, mesmo que passageiro de casa, seja atrelado a esses espaços. Afeto e cuidado, muitas vezes vistos como inexistentes nesses espaços, são transformadores para aquelas mulheres que vivem nas ruas.

5.3 A Construção de Estratégias Espaciais das Mulheres em Situação de Rua

Quando a presente pesquisa se iniciou, quando imaginava o significado do espaço da rua para as mulheres em situação a primeira ideia que me vinha a mente era medo. Com o decorrer do trabalho esse pensamento se concretizou nas falas e nos dados obtidos, de forma que por muito tempo me vi “presa” nesse caminhar interpretativo.

O medo é um sentimento natural e de proteção. Ele nos limita a coragens extremas, nos ajuda a definir o possível e o impossível, o arriscado e o seguro. É por intermédio do medo também que grupos se juntam ou se afastam, territórios são formados e delimitados, que lugares são ocupados ou não.

É a partir das vivências cotidianas no espaço urbano que as espacialidades das mulheres em situação de rua em Belo Horizonte se definem. Produzindo suas próprias geografias urbanas, as mulheres na rua se encontram no liminar sem fim da experiência da rua, no qual o não saber é parte inexorável do seu dia a dia. Conforme Schefer (2020) apresenta, o limiar representa uma fronteira no interior do que se é visível.

Esse não saber se revela no aprender/viver cotidiano, onde o contato com os outros definem espaços a serem ocupados e territórios a serem constituídos. Esses aprendizados definem as ferramentas necessárias para a sobrevivência na rua; um treinamento diário que se reatualiza nas experiências onde o corpo é a única referência de lugar. “A rua é um espaço no qual as fronteiras simbólicas são construídas e desafiadas” (Frangella, 2004, p. 14).

As mulheres em situação de rua são estrategistas, seu olhar para com o mundo é treinado a ver as possibilidades, o pior e o melhor de tudo e todos. Existir em um espaço como o da rua é se refazer a todo instante em todo lugar. As incertezas para as mulheres em situação de rua são ainda maiores, e seus corpos são o lugar de enunciação de suas experiências.

A corporalidade dos moradores de rua pôde ser enfocada como uma resposta à dinâmica das ruas que habitam [...] O corpo e a cidade mantendo relações mutuamente definidoras, os corpos se orientam, reinscrevem-se e são reinscritos, transformam-se e são transformados em meio ao caráter fluido e constantemente descontínuo dos fluxos urbanos [...] Seus corpos são o único instrumento de diálogo e resistência às movimentações urbanas (Frangella, 2004, p. 14)

O corpo é o único espaço que as pessoas em situação de rua verdadeiramente possuem. Como corpos urbanos errantes (Frangela, 2004), é a partir dos seus corpos, suas andanças pela cidade e as relações construídas com os outros que a vida na rua se torna possível. A rua e as relações sociais nela inscrita vão delimitar a produção das espacialidades limiares, paradoxais e descontínuas. No espaço público, os territórios são feitos e desfeitos a todo momento. O território, como um conceito, se refere as relações de poder; pode ser entendido como produto de uma relação desigual de forças (Haesbaert, 2020) e relações espaciais socialmente construídas (Sack, 2009).

Nas ruas, os territórios são constantemente feitos e desfeitos. Em constante movimento e vulnerável a todo grau de mudança, as mulheres em situação de rua constroem seus territórios por intermédio das relações sociais, sejam quando encontram algum companheiro, seja quando se juntam a grupos. Além disso, a relação com a cidade também define territórios; os lugares entendidos como perigosos, hostis e sem condições para se estabelecer são marcados e evitados.

Como espaço de interação, encontros e trocas, o espaço público na antiguidade era o centro da vida social e dava sentido a função da cidade (Sannett, 2014). Com o desenvolvimento do sistema capitalista, seus significados foram sendo modificados e reinscritos de tal maneira que hoje, o espaço público é muitas vezes entendido apenas como um substrato da vida urbana, onde a cidade se constrói, servindo de base para a materialização da cidade produto.

O público vem se tornando cada vez menos público. Os espaços vão adquirindo novas facetas e na etapa do capitalismo em que vivemos, onde tudo é privado, o sujeito público entra em declínio. É o que pensava Richard Sennett (2014) ao afirmar que o declínio do homem público tem sua origem na hipermodernidade, onde tudo se torna individual, das relações aos sujeitos. O declínio do homem público nada mais é que a individualização do sujeito e a privatização da vida.

Assim como Sannett (2014), o geógrafo brasileiro Ângelo Serpa discute sobre o espaço público na cidade contemporânea. O autor afirma que o espaço público vai se modificando e se redesenhando a partir das facetas que a contemporaneidade vai adquirindo, diferentes grupos se apropriam simbolicamente do espaço público e o mesmo vai se tornando cada vez mais privado (Serpa, 2007).

O acesso e a apropriação desses espaços vêm se tornando cada vez mais limitados. “A acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, hierárquica” (Serpa, 2007, p. 20). São essas hierarquias e delimitações que demarcam onde determinados corpos, mesmo em espaços públicos, são permitidos ocupar. Os espaços públicos produzem espaços interditos a sujeitos minorizados.

Para as mulheres em situação de rua, as interdições acontecem duplamente: pelo seu status como pessoa de rua, em que seus corpos são marcados pela marginalização e estigmas; e pela marca do gênero, em que se tornam vulneráveis as múltiplas formas de violência. “Os espaços interditos se caracterizam por espaços que impossibilitam as mais corriqueiras vivências espaciais” (Silva; Ornat, 2010, p. 66).

Por intermédio das interdições experimentadas, as mulheres em situação de rua vão delimitando suas espacialidades por meio de estratégias adquiridas por meio de suas vivências e redes construídas por relações sociais de cuidado e segurança. Um olhar geográfico que analisa e compreende os espaços que ocupam e os categorizam como seguros, permitidos e negados a elas. As geografias da rua se transformam entre lugares, paisagens e territórios

As entrevistadas, ao serem questionadas sobre a existência de espaços permitidos/negados para as mulheres, a Praça da Estação e da Rodoviária dominam a categorização como espaços negados. Ambos os lugares são pontos principais da cidade, atraindo uma grande circulação de pessoas e fazendo, dessa maneira, com que seus corpos se tornem ainda mais vulnerabilizados e expostos e afastando conseqüentemente as mulheres de ocupar tais espaços. Dandara conta que “*ando pra todo lugar né, a Praça da Estação é mais violento né, Praça da Estação é muito perigoso, não gosto de ficar la não*” (Dandara, 18 anos).

Carolina também relata sobre os perigos enfrentados nesses locais “*tem muito lugar que é mais violento, igual na Praça da Rodoviária, a Praça da Estação*”. Além disso, outros lugares onde as pessoas em situação de rua ocupam com mais frequência são considerados perigosos e comumente evitados pelas mulheres. Carolina continua: “*No Centro Pop eles matam, aí é perigoso. [...] pra gente que é mulher, cê já viu, é mais difícil, aí tem que ta procurando o centro pop, é onde que é mais violento.*” (Carolina, 60 anos).

Por intermédio da leitura do espaço urbano e a vivência nas ruas, as mulheres constroem uma cartografia mental de onde elas devem ou não ocupar, buscando fugir das possíveis violências que seus corpos podem estar ainda mais vulneráveis a sofrer. É assim que se dá a escolha dos lugares para se estabelecer, onde o gênero é um fator determinante na relação do sujeito com o lugar.

5.4 Na Fronteira dos Espaços Interditos

A primeira vez que tive acesso a Gloria Anzaldúa foi durante minha procura por autoras feministas latino-americanas, minha inquietação em relação às teorias do norte global e a busca por uma leitura do mundo a partir do Sul me levaram a ela. Gloria faleceu jovem, seus textos

recentemente começaram a ser traduzidos para o português, mas a forma com que ela escrevia e pensava me cativou.

Gloria foi uma mulher, de descendência *chicana*, *mestiza*, lésbica, uma mulher entre fronteiras. As fronteiras faziam parte de sua vida; filha de imigrantes e moradora do interior do Texas, a fronteira era parte constante da paisagem, de quem ela era e de suas teorias. A autora trabalha com o conceito de fronteira para além do sentido geográfico de limite entre dois espaços demarcados por distintas fontes de poder; ela o aciona também para pensar sua teoria da identidade.

Não se deve pensar a fronteira somente em termos de segregação, uma barreira intransponível que separa o eu e o outro. Não são nesses termos que Anzaldúa pensa. A autora postula a ideia da fronteira como um lócus de resistência, de ruptura, de implosão e explosão também; onde a mistura encontra um local propício, nas oportunidades de juntar os fragmentos e criar um novo conjunto. Lá, a possibilidade de transgredir as definições rígidas de cultura, nação, sexo ou gênero é real e concreta. (Palmeira, 2020, p. 16)

Você deve estar se perguntando: “O que Anzaldúa e seus conceitos de fronteira tem a ver com a Geografia nesse contexto? Como suas ideias conversam com a temática das mulheres em situação de rua?” As mulheres em situação de rua em Belo Horizonte definem suas espacialidades por meio de laços sociais com um companheiro ou um grupo e através da delimitação de espaços entendidos como perigosos, que se tornam interditos a serem ocupados baseados no gênero.

Suas cartografias mentais da cidade, possibilitam construir fronteiras no espaço urbano, onde suas experiências são fatores determinantes para a delimitação das suas espacialidades. O corpo feminino na rua transgrede a fronteira do público e do privado, ao mesmo tempo que precisa construir fronteira entre si mesma e a rua.

Assim, a fronteira de Gloria Anzaldúa, tanto no sentido geográfico quanto no sentido identitário, é convocada nesse contexto para podermos entender que mesmo não ocupando os espaços onde a grande maioria do grupo de pessoas em situação de rua comumente está presente, como a Praça da Estação e a Praça da Rodoviária, as mulheres estão ao seu entorno, ocupando a fronteira do espaço, os quais são interditos a elas.

Seus corpos também ocupam um lugar-entre, entre o permitido e o negado, entre o seguro e o perigoso, entre a casa e a rua. O entre enquanto um espaço vazio está passível a ser significado e vivido segundo as relações construídas. Esse viver entre fronteiras, nos termos de Anzaldúa, em que sua existência é atravessada por diversos fatores que marcam seus corpos e a forma com que (re)existem no espaço da rua. Ainda que este subcapítulo seja curto, o mantenho nesse trabalho como uma semente a ser germinada.

5.5 “Minha Vida é essa, subir a Bahia e descer Floresta”

O gênero e a raça são dispositivos de poder, que definem os sujeitos e marcam suas relações com o mundo a sua volta. É o que se propõe a teoria decolonial e o questionamento sobre as origens do poder e seus significados. A partir de Quijano (2000; 2007), a colonialidade definiu o saber e o ser por intermédio da vigência do poder colonial, que inventou o gênero e a raça. Dessa forma, os espaços moldados por intermediações de relações de poder, pode ser lido e definido por interlocuções a partir das relações de gênero e raça, pois ambos os termos são diretamente moldados por dispositivos de poder.

Territórios são, no fundo, relações sociais projetadas no espaço (Souza, 2000) e é, ao partir dessa ideia, que se vislumbra as formas com que os espaços são apropriados, e até territorializados, por mulheres em situação de rua. Pensar o território como instrumento de poder onde as relações sociais de poder se materializam e associar tal conceito ao grupo de pessoas em situação de rua é um grande desafio.

O geógrafo Leonardo Palombini, em sua dissertação de mestrado defendida em 2015, visou compreender os territórios das pessoas em situação de rua e suas relações com o espaço urbano. Em seu trabalho, ele discute sobre os paradoxos e as descontinuidades que envolvem a formação territorial do grupo em situação de rua. “O mundo do morador de rua é a própria rua, porém, a rua não é um espaço livre, mas sim repleto de contingências e imposições para quem nele precisa viver e dele necessita sobreviver” (Palombini, 2015, p. 34).

Por intermédio das contingências e interdições enfrentadas por pessoas em situação de rua no uso do espaço público urbano, o autor questiona se é possível para esse grupo definir territórios, visto que como invisibilizados e marginalizados, suas relações não são definidas a partir de um tipo de “poder”. Ele afirma “é o compartilhamento de sofridas experiências socioespaciais que promovem processos de identificação que confluem para um espaço que se torna território” (Palombini, 2015, p. 61). Além disso, o gênero também servirá como um aspecto de identificação que possibilita a relação de mulheres em situação de rua com os espaços apropriados por elas.

O uso dos espaços pelas mulheres em situação de rua se dá através da necessidade dessas mulheres de sobreviver as adversidades que o existir no espaço da rua como um corpo marcado impõe sobre elas. Ao questionar sobre como se dá a escolha dos lugares para se estabelecer e a ocupação destes sendo mulher, percebe-se que até mesmo Tarsila, nossa entrevistada que disse

nunca ter tido coragem de dormir propriamente nas ruas, enfrentou dificuldades ao experienciar a realidade dos abrigos.

Eu chegava antes do anoitecer (no abrigo), as mulheres entram primeiro, já estava rapidamente, era tudo muito sujo, eu dormia muito mal, não dormia bem, até porque você dormia do lado de pessoas que você nunca viu na vida, eu demorava, tinha que ter certeza que as próprias mulheres ali já estavam dormindo pra poder dar uma cochilada (Tarsila, 42 anos)

Além da questão da manutenção e os possíveis riscos que existem nos abrigos da cidade, a grande maioria não está preparado para a diversidade e apenas um deles acolhem mulheres cis e trans. Segundo o relato de Dandara, “*a gente que é travesti a gente tem que ir pra albergue masculino, então já não tem como, que é muito homem preconceituoso [...] eu não gosto de ficar dormindo em albergue*” (Dandara, 18 anos).

A violência contra o corpo trans ocorre de diversas maneiras: ao se deparar com o abrigo masculino como única opção, as mulheres trans e travestis escolhem por continuar nas ruas, pois isso as garante outro tipo de segurança, seja com seus parceiros ou com o grupo a qual está ligada.

A Rua da Bahia, onde a maioria entrevistas foram realizadas, é entendida como um território seguro, de acolhimento e possibilidades para se ocupar. Além disso, pela quantidade de pessoas e estabelecimentos, a rua se torna um território fácil para conseguir doações e “manguear”.

“Manguear” que é a famosa gíria né, manguear é pedir, é a gíria das bichas do centrão, eu vou te manguear você me dá um dinheiro se eu te pedir. (Rosa, 22 anos)

A rua é um dos pontos mais famosos da cidade de Belo Horizonte. O escritor e compositor mineiro Rômulo Paes a transformou em um patrimônio cultural com sua famosa frase “*A minha vida é esta, subir a Bahia e descer Floresta*”, quem vive a cidade entende a importância e a força que essa citação carrega.

A rua nasce juntamente com a cidade, e é uma importante ligação entre o baixo centro e a zona sul da cidade, por fazer conexão entre a Estação Ferroviária localizada próximo à Praça da Estação e a Praça da Liberdade ao que seria o alto centro, onde também estão localizadas importantes construções que, na origem da cidade, abrigava os centros administrativos.

Atualmente a Rua da Bahia abriga uma diversidade de pessoas, não só que residem em seus muitos prédios, mas também os que frequentam os bares, restaurantes e museus. Eu

mesma, como uma frequentadora assídua dos bares da rua da Bahia, nutro um imenso afeto por essa parte da cidade, hoje ainda mais, por ser lá que entre uma cerveja e outra, encontro minhas interlocutoras.

O sentimento é uma importante ferramenta de leitura e compreensão dos espaços. Existem diversos modos de ver e viver o espaço, e é através do simbólico que as diferenças nessas leituras vão se construindo. “Os significados são considerados instáveis, caracterizados pela polivocalidade, isto é, para cada grupo pode haver significados distintos para os mesmos processos e fenômenos” (Hall, 1997 apud Corrêa, 2012, p. 134).

É a partir dos significados que a Rua da Bahia adquire pelos moradores da cidade, seus frequentadores e principalmente pelas mulheres em situação de rua que ocupam suas esquinas, que essa espacialidade se torna um território. Dandara conta que “*aqui é bem calmo, tem muita família, muita família lgbt ta aqui*”. Rosa também possui vínculo afetivo com a rua e afirma que:

Eu particularmente ficava muita aqui na rua da Bahia porque eu nunca gostei da praça da estação e da rodoviária, porque la é um clima muito pesado, que ali de noite rola prostituição, rola tráfico, entendeu, então eu sempre procurei ficar mais aqui na rua da Bahia. (Rosa, 22 anos)

Carolina, que está na rua há mais tempo, conta que sua escolha se deu por melhores condições que o espaço escolhido oferecia para a formação de sua maloca “*aqui é melhor porque a marquise é maior*”. Ela conta que se tornou uma referência de acolhimento para muitas mulheres em situação de rua, especialmente as mulheres trans “*tem dia que dorme umas cinco ali comigo, a maior parte é trans e não sei se é porque eu sou mãe de uma trans, mas tenho muita facilidade, muita amizade com as trans*” (Carolina, 60 anos).

Por intermédio dessas relações de cuidado e afeto que a Rua da Bahia se constitui como um território importante para as mulheres em situação de rua. A rua adquire novos contornos e significados:

A gente não tem muito o que oferecer não, mas se ta na altura a gente faz, porque na hora que a gente precisa, quando acha alguém que te acolhe é bem melhor, muito mais fácil, a rua é muito perigosa, é muito violenta, tem muita gente que passa aqui, olha pra gente como mendigo, parece uma doença, acham que a gente é uma doença, mas não sabe [...] muitas vezes as pessoas acha que a gente ta ali porque a gente quer, e não é, é por falta de opção mesmo, a gente não tem opção. (Carolina, 60 anos)

A rua possui múltiplos sentidos para as mulheres que se encontram em situação de rua. Como lugar de fuga, de resistência, encontros, violências e possibilidades. Cada uma das narrativas aqui apresentadas pode ser encontrada nas vozes das muitas outras não ouvidas, ao mesmo tempo, em que cada uma delas é única.

Durante muito tempo, no desenvolvimento do trabalho, fiquei presa a ideia da rua como um espaço de medo e violência, em que as mulheres estavam à mercê dos perigos que esse espaço produz e reproduz cotidianamente. Porém, ao reler as falas e dialogar com pares, pude entender que a rua também é um lugar de encontros, onde muitas acessam o que a casa nunca as proporcionara.

Para as mulheres trans e travestis, a rua também é um lugar de libertação e reencontro com elas mesmas; para muitas é o primeiro espaço onde lhe é permitido ser o que elas sempre foram, onde podem performar seu gênero e corporificar a feminilidade desejada. A rua ensina e apresenta as possibilidades.

Para as mulheres cis que conhecemos no presente trabalho, e que ecoa em outras mulheres-histórias, a rua foi um lugar de fuga, da família, da justiça, da violência da casa. Na rua, muitas delas tem finalmente e unicamente elas mesmas, livre das ameaças e das violências que o espaço doméstico representa para muitas mulheres.

O sofrimento enfrentado pela falta de acesso às políticas públicas, pelo esquecimento do governo e o estigma que marca essa população é só uma parte do todo que representa sua existência cotidiana na rua. A questão da população em situação de rua no Brasil e no mundo é uma questão de saúde e políticas públicas - dado que muitos sofrem transtornos mentais e vícios -, é também uma questão de gênero - pois muitas mulheres sofrem os efeitos da estrutura patriarcal dominante - e é, ainda, uma questão de raça - pois a herança racista ainda fortemente fixada nas relações sociais no Brasil fazem com que negros tenham menos acesso ao desenvolvimento socioeconômico -.

Certamente se há aqui alguma especificidade do conhecimento geográfico relativa às políticas públicas, ela está na dimensão espacial que permeia a temática, fazendo pensar em questões como a distribuição espacial dos programas, planos e projetos no território nacional e as desigualdades regionais advindas da formulação e da implementação das políticas públicas no Brasil. A Geografia tem muito a colaborar e a dizer também na questão da articulação de escalas e recortes espaciais, muitas vezes ignorada ou relegada a um segundo plano, quando se trata de políticas públicas que buscam articular programas com participação de diferentes níveis de governo no país (Serpa, 2017, p. 38)

A Geografia, como ciência que tem em vista compreender as mais diversas espacialidades através das relações sociais e econômicas, tem um papel fundamental em trazer para os debates políticos questões que tangem o desenvolvimento de políticas públicas.

Sendo assim, a habilidade de agregar e sintetizar informações sobre os lugares e, ao mesmo tempo, estabelecer relações entre o particular e o geral, privilegia-se no ambiente político, onde lhes parece ser cada vez mais significativa a contribuição do geógrafo (Banks; Mackian, 2000, p. 250)

Entender a rua a partir dessas mulheres aqui apresentadas, e tantas outras representadas ou não, é uma possibilidade de mostrar que essas são pessoas, cheia de histórias, dores, medos e vida e que, também, ocupam as ruas. Que suas vidas merecem ser vividas, e que elas só precisam alcançar os meios para transformar suas vidas. Todos os dias milhares de pessoas passam por pessoas em situação de rua nas calçadas, nas praças e nas esquinas, mas raramente as veem. É essa contínua invisibilidade que precisamos romper. Precisamos ver e ouvir essas pessoas.

6 PARA QUE CONTINUE

A motivação do presente trabalho foi compreender por meio das nuances entre a casa e rua os significados atribuídos ao espaço da rua através das mulheres em situação de rua. Entende-se que o gênero, assim com a raça, são marcadores sociais que influenciam diretamente a experiência dos mais diversos sujeitos em determinados espaços, podendo, a depender, terem seus corpos permitidos ou negados de ocupar tais lugares.

Compreender por meio de interlocuções das narrativas invisibilizadas é essencial para contemplarmos o espaço por intermédio de uma ótica plural que demonstre que a rua não é uma, mas múltiplas ruas vividas por diferentes sujeitos, ou nas palavras de Massey (2008, p. 95) “o espaço como aberto, múltiplo e relacional, inacabado e sempre em devir”. Assim, busca se (re)significar a rua por meio das narrativas e trajetórias das nossas interlocutoras.

As narrativas aqui apresentadas são apenas um recorte espaço-temporal, uma pequena amostra das mais de 800 mulheres em situação de rua no município de Belo Horizonte, além das outras centenas que não foram contabilizadas, ou foram ignoradas por questões de identidade de gênero. As experiências aqui relatadas se encontram e se divergem no mesmo ritmo. Os encontros e desencontros que conectam e separam cada uma dessas mulheres.

No Brasil, existem outros milhares de mulheres que vivem nas ruas. Existem milhares de pessoas em situação de rua, todas elas com seus motivos, suas vivências e suas histórias. O trabalho teve como objetivo compreender a rua a partir dessas mulheres que (re)existem nesse espaço tão marcado pela masculinidade, à mercê das violências e dificuldades que ter um corpo marcado pelo gênero traz a elas.

Rosa, uma das entrevistadas, afirma com veemência: *“na rua a gente nunca consegue construir uma casa, quando a gente mora na rua a gente tem que mudar”* (Rosa, 22 anos). São muitas as razões que levaram essas mulheres a situação de rua, em sua maioria a violência e a dor da perda e do abandono. Essas marcas são acentuadas pelo gênero e pela raça.

Entende-se que o gênero enquanto construção social definiu os lugares socialmente permitidos as mulheres e aos homens, de forma que os espaços adquiriram sentidos marcados pelo gênero por meio da hegemonia masculina e o poder patriarcal. É nesse sentido que o público e o privado vão se desenhando através dessa lógica dominante, em que a mulher pertence aos espaços privados, confinadas e asseguradas de continuar reproduzindo seu papel doméstico, de mãe, cuidadora e dona de casa. Enquanto o homem segue pelo mundo, o espaço público, conquistando e definindo a sociedade conforme sua própria vontade.

A raça, enquanto dispositivo da modernidade de hierarquização humana, também marca o destino desses sujeitos. O Brasil e sua herança colonial definiu lugares aos pretos e brancos, bem como a (im)possibilidade de acesso aos direitos básicos como trabalho, educação e moradia, e a ascensão social a determinado grupo. Por mais que o objetivo não foi a análise dos motivos sociais e históricos que levaram milhares de pessoas em todo país a ocuparem as ruas como única opção de moradia, vemos nas linhas de nossa história o quanto ainda somos fortemente moldados pela lógica colonial e suas imposições no saber e no ser.

Existem pouco trabalhos na Geografia que tem como grupo investigativo a população em situação de rua. Pensar esse grupo através do olhar geográfico nos permite a visualizar de forma prática o que a teoria tanto nos apresenta como múltiplas formas de se ler o espaço. A partir da Geografia Cultural e Feminista o desafio se torna mais possível, pois se entende que é possível um entendimento localizado e subjetivo das experiências e construções espaciais, ao mesmo tempo que por meio desses lugares conseguimos elucidar parte de um todo. Fugimos da generalização e da universalização que marca a ciência moderna, para o particular e o singular.

Ao mesmo tempo, vemos as similaridades nas experiências da população em situação de rua, e principalmente no caso das mulheres no que tange a busca por segurança que, na maioria das vezes, só é encontrado na figura masculina de um parceiro, como observados em trabalhos da temática. As entrevistas nos permitem esse diálogo com o que se repete, ao mesmo tempo que nos apresenta experiências únicas, que compõe e marca o significado do todo.

E foi por interlocuções das entrevistas que percebi que considerações finais não seriam o suficiente para encerrar, por enquanto, as indagações que deram origem a essa dissertação. As perguntas iniciais se desdobraram e se multiplicaram. Não só por intermédio das leituras relacionadas ao tema, mas principalmente no contato e nas experiências de campo.

Os dois anos de mestrado me possibilitou um desafio teórico e metodológico para o desenvolvimento desse trabalho, mas limitou o quanto poderia ser aqui apresentado e discutido. Conclui-se, por enquanto, que os espaços adquirem significados únicos para os sujeitos, e que ao compartilhar experiências em comum, um grupo pode defini-los a partir das suas vivências e histórias que se encontram em pontos de similaridade.

As mulheres em situação de rua, como um grupo vulnerabilizado no espaço da rua, constrói estratégias e encontram umas nas outras formas de existir e reexistir a todo instante. O estado falha em possibilitar saídas humanitárias e possíveis para esse grupo e, por isso, existem muitos casos de vivências pendulares e pessoas que passam grande parte de sua vida nas ruas.

A Geografia enquanto ciência social tem muito a oferecer nos debates relacionados a políticas públicas e desenvolvimento. Espera-se que ao demonstrar a heterogeneidade existente entre o grupo em situação de rua, políticas específicas para o grupo possam ser pensadas e debatidas. Principalmente pelo crescimento de mulheres cis e trans em situação de rua e suas especificidades em relação aos homens.

Muitas questões foram respondidas e muitas ainda ficam em aberto. A vida nas ruas é cheia de possibilidades e compreender esse fenômeno por intermédio da ótica geográfica pode nos levar a muitos caminhos possíveis. Por isso esse trabalho também é um convite para novas pesquisas na temática, para as muitas possibilidades que a ciência geográfica nos apresenta em todo seu escopo teórico e metodológico. Por uma geografia plural e diversas. Por muitas geografias.

REFERÊNCIAS

- ALDEIA, João. **A casa vista da rua. Uma antropologia filosófica sobre a noção de casa no fenômeno dos sem-abrigo**. IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES, “Dialogar com os tempos e os lugares do(s) mundo(s)”, 2013;
- ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. **Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017**. Porto Alegre: Antra, 2018;
- ANZALDUA, Gloria. **A vulva é uma ferida aberta e outros ensaios**. A bolha editora, Rio de Janeiro, 2021;
- BADINTER, Elisabeth. **Um é o Outro: Relação entre Homens e Mulheres**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986;
- BASTOS, Liliana Cabral; LOPES, Luiz Paulo da Moita (org). **Estudo de Identidades: entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011;
- BANKS, M.; MACKIAN, S. Jump in, the waters warm: a comment on Peck’s “grey geography”. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 25, p. 249-254, 2000;
- BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2019;
- BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024;
- BENTO, Berenice. **O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans**. Florianópolis: Revista Florestan UFSC, 2014;
- BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023;
- BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. **Falas de homens: a construção da subjetividade masculina**. São Paulo: Annablume, 2011;
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019;
- BRASIL. Instituição a Política Nacional para a População de Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e da outras providencias. **Decreto nº 7.053** de dezembro de 2009. Disponível em <[Decreto nº 7053 \(planalto.gov.br\)](http://Decreto nº 7053 (planalto.gov.br))> consultado em abril de 2023;
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2019;
- _____. **A vida psíquica do poder: Teorias da sujeição**. 1ed. Belo Horizonte: Autentica, 2020;

_____. **Desfazendo Gênero**. São Paulo: Editora Unesp, 2022;

CAMPOS, Clarisse Mack da Silva Campos; ARAÚJO, Jailton Macena de. Indignidade e necrotransfobia: a prostituição compulsória de mulheres trans e travestis como degradação do direito fundamental ao trabalho. **(des)troços: revista de pensamento radical**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2023;

CAMPOS, Maya Polo; SILVA, Joseli Maria. Teu corpo é o espaço mais teu possível: construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista ANPEGE**, v. 16. n. 31, p. 101-114, 2020;

CASTRO, Iná Elias. **Análise Geográfica e o Problema Epistemológico da Escala**. Rio de Janeiro: Anuário do Instituto de Geociências, Ufrj, 1992;

CASTRO, Ina Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012;

CARLOS, Ana Fani. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008;

CARNEIRO, Suelo. **Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023;

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980;

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola e Margareth de Castro Afeche Pimenta, 3 ed..Florianópolis: Ed UFSC, 2007;

COLLINS, Patrícia Hill. BILGE, Selma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020;

CORDEIRO, Graças Indias. VIDAL, Frederic (org). **A rua: espaço, tempo, sociabilidade**. Editora Etnográfica Press, 2008. *Ebook* Disponível em <http://books.openedition/etnograficapress/1406>;

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço e Simbolismo. In: CASTRO, Ina Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato, **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012;

COSGROVE, Denis. Mundos de significados: geografia cultural e imaginação. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHAL, Zeny. **Geografia Cultural: uma antologia**. v.1. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2012;

COSTA, Regina Maria de Vasconcelos (coord). **Primeiro Censo de População de rua de Belo Horizonte**, 1998;

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, p. 171-188, 2002;

DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987;

DAMOSH, Mona. Por uma historiografia feminista da geografia. In: CLAUDINO, Guilherme dos Santos; PAULA, Larissa Araújo Coutinho; MARES, Rizia Mendes (org). **A geografias na história do pensamento geográfico**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2024;

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2021;

DELANEY, David. LEITNER, Helga. The Political Construction of Scale. **Polític Geography**, v. 16, n. 2, p. 93-97, 1997;

DESCARTES, René. **Discurso sobre o Método**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018;

ERIKSON, Philip. **Reflexos de si, ecos de outrem: Efeitos do contato sobre a autorrepresentação do Matis. In: Pacificando o brando: cosmologias do contato no Norte-amazônico**. São Paulo: Editora UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2002;

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ubu Editora, 2020;

FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 9-79; 2002;

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017;

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução feminina e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019;

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988;

_____. **As Palavras e as Coisas**. Tradução de Salma TannusMuchail. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2016;

_____. **Microfísica do Poder**. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022;

FRANCHETO, Bruna, CAVALCANTI, M. L. V. C., HEILBORN, M. L.: "Antropologia e Feminismo", **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro, Zahar, v. 1, n. 1, 1981;

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos Urbanos Errantes: Uma Etnografia da Corporalidade de Moradores de Rua em São Paulo**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2004;

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021;

GARCIA, Frederico Duarte *et al.* (org). **Terceiro Censo de População de rua de Belo Horizonte**, Viçosa, MG: Suprema, 2014;

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. LTC; 4 ed. 2021;

GOMES, Paulo César da Costa. A longa constituição do olhar geográfico. **Revista GeoUECE**, Fortaleza/CE, v. 1, n. 1, p. 1-7, dez. 2012;

_____. Pensando a Geografia a Partir de uma Ferramenta Geográfica: O Percurso. **Espaço & Geografia**, v. 23, n. 2, p. 1-11, 2020;

GONZALES, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. In: RIOS, Flavia, LIMA, Marcia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020;

GROSGOUEL Ramon. A Estrutura do Conhecimento nas Universidades Ocidentalizadas: Racismo/Sexismo Epistêmico e os quatro genocídios/epstemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, janeiro/abril, 2016;

GROSZ, Elisabeth. **Corpos Reconfigurados**. **Cadernos Pagu**, p. 45-86, 2000;

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2019;

_____. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023;

HAESBAERT, Rogério. Território (s) numa perspectiva latino-americana. **Jornal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1, 2020;

_____. **Território e decolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina**. 1 ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021(a);

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021(b);

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados. **Cadernos Pagu**, p. 07 - 41. 1995;

_____. Gênero para um dicionário marxista. **Cadernos Pagu**, p. 201-246, 2004;

HEIDRICH, Álvaro Luiz; PIRES, Claudia Luísa Zeferino. **Abordagens e Práticas da Pesquisa Qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura**. Porto Alegre, Editora Letra, 2016;

hooks, bell. **O Feminismo é pra todo mundo: Políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020;

JOHNSTON, Lynda; LONGHURST, Robyn. A geografia mais íntima: O corpo. In: SILVA, Joseli Maria; ORNART, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. **Corpos e Geografia: Expressões de Espaços Encarnados**. Ponta Grossa, PR: Ed Toda Palavra, 2023;

KAUR, Ruphi. **O que o Sol fez com as Flores**. 1ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018;

KERN, Leslie. **Cidade Feminista: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021;

KILOMBA, Grada. **Memórias de Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019;

KOSKELA, Hille. **Gendered Exclusions: Womens Fear of Violence and Changing Relations to Space**. Geografiska Annaler, Series B, Human Geography, 1999;

LAURENTIS, Teresa. **A Tecnologia do Gênero**. 1987;

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2006;

LEE, Min Jin. **Pachinko**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020;

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001;

LEVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, Vozes, 1982;

LINDON, Alicia. Violencia/Miedo espacialidades y ciudad. **Casa del tiempo**, v. 1, n. 4, p. 8-14, 2008;

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-Estruturalista**. 14 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012;

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. In: HOLLANDA, H. B. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020;

MATOS, Denise de Magalhães; ROLETTI, Maria Cristina Bove *et al.* (coord). **Segundo Censo de População de rua de Belo Horizonte**, 2006;

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994;

_____. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade**. Trad. Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008;

MBEMBE, Achille. **Brutalismo**. N-1 edições, 2021;

MCDOWELL, LINDA. **Capital Culture: Gender at work in the city of London**. Oxford: Blackwell, 1997;

_____. **Gender, Identity and Place**. Cambridge: Polity Press, 1999;

MEDINA, C.A. **A favela e o demagogo**. São Paulo: Martins Editora. 1964;

MENDES, Luís. **Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado**. Caderno Metrópole, São Paulo, v. 13, n. 26, p- 473-495, 2011;

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, 2017;

MINCHILO, PAULA M.A; PASSOS, Alexandra do Nascimento. Identidade, Desenvolvimento Local e Ressignificação no Baixo Centro de Belo Horizonte. **Educação**

Ambiental em ação, n. 65, 2018. Disponível em <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=3422>;

MONICO, Lisete S; ALFERES, Valentim et al. A Observação Participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. **Investigação Qualitativa em Ciências sociais**, v. 3, 2017;

MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. In: INGOLD, Tim (ed.), **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres, Routledge, 1997;

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007;

MOSS, Pamela. **Feminist geography in practice: Research and methods**. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2002;

NASCIMENTO, Leticia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaira, 2021;

NOGUEIRA, Amelia R.B. Geografia e a Experiencia do Mundo. **GEOGRAFIA**, v. 45, n. 1, 2020;

NOLA, Patrícia Gamalho. **Narrativas do espaço nas histórias de vida: os desafios das metodologias qualitativas na geografia**. Porto Alegre: Editora Letra, 2016;

OAKLEY, Ann. Sexo e Gênero. **Revista Feminismos**, v. 4, n. 1, 2016 [1972];

OCAÑA, Alexander Ortiz; LOPEZ, María Isabel Arias; CONEDO, Zaira Pedrozo. Metodología 'otra' en la investigación social, humana y educativa. El hacer decolonial como proceso decolonizante, **FAIA**. v. 7, n. 30, 2018;

OLIVIA, Victoria Ferreira. Do corpo-espaço ao corpo-território: o que a Geografia Feminista tem a dizer? **Ensaio de Geografia**, Niterói/ RJ, v. 8, n. 17, p. 165-187, jul. 2022;

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. 5 ed. Ed, Pontes, Campinas, SP, 2005;

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza está para a cultura? In Rosaldo, Michelle Z. & Lamphere, Louise. **A Mulher, a Cultura e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979;

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. 2021. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Trad. Wanderson Flor do Nascimento, 1. ed - Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021;

PALOMBINI, Leonardo Lahm. **Dos subespaços ao território descontínuo paradoxal: Os moradores de rua e suas relações com o espaço urbano**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da UFRGS, Porto Alegre, 2015;

PEREZ, Olivia Cristina, RICOLDI, Arlena Martinez. **A Quarta Onda Feminista: Interseccional, Digital e Coletiva**. X Congresso Latino-americano de Ciencia Política (ALACIP), 2019;

- PILE, Steve; KEITH, M. Place and the politics of identity. London: **Routledge**, p. 235, 1993;
- POLOS DE CIDADANIA. **Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. 2024**. Disponível em: <https://obpoprua.direito.ufmg.br/>. Acesso em: 23 jul. 2023;
- POSE. Criação de Ryan Murphy, Brad Falchuk, Steven Canals. Estados Unidos: FX, 2018-2021, son., color. **Série exibida** Disney+. Acesso em: 13 fev. 2024;
- PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual: praticas subversivas de identidade sexual**. São Paulo, n-1 edições, 2014;
- QUIJANO, A. “‘Raza,’ ‘etnia’ y ‘nacion’ en Mariategui: cuestiones abiertas”. In Roland Forgues (org.), **José Carlos Mariátegui y Europa: el otro aspecto del descubrimiento**, Lima, Empresa Amauta, 1993;
- _____. “Coloniality of power, ethnocentrism, and Latin America”. **Nepantla**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000;
- _____. “Coloniality and modernity/rationality”. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 22-32, 2007;
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Atica S.A, 1993;
- ROBAINA, Igor Martins Medeiros. Populações Daninhas? Contenção territorial e estratégias de sobrevivências das populações de rua nos espaços públicos das grandes metrópoles. Dourados-MS: **Entre-lugar**, v. 2, n. 3, p. 137-163, 2011;
- _____. Nas margens do centro: As populações de rua, suas sobrevivências e os espaços das grandes metrópoles. **Caderno de Geografia**, v. 23, n. 40, 2013;
- _____. O trabalho de campo como um lugar em processo: experiências de uma pesquisa geográfica com a população em situação de rua numa grande metrópole. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 22, n. 1, p. 241-256, 2018;
- ROCHA, Laís Bronzi. Apontamos para Geografias Interseccionais: anarco(trans)feminismo, corpo e corporeidade em uma perspectiva decolonial. **Ensaio de Geografia**. Niterói, RJ, v. 8, n. 17, p. 94-115, jul. 2022;
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. A narrativa oral, a análise de discurso e os estudos de gênero. **Estudos de Psicologia**, v. 11, n. 1, jan./abr, p. 65-69. 2006;
- RODRIGUES, Igor. **A construção social do morador de rua: derrubando mitos**. Curitiba, Editora CRV, 2016;
- ROSE, Gillian. **Feminism & Geography: The Limits of Geographical Knowledge**. Polity Press, 1993;
- RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. In **Políticas do Sexo**, Ubu Editora, 2017;

SACK, R.D. **Humans territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University, 2009;

SANNET, Richard. **O declínio do homem público**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2014;

SANTOS, Milton. *Cidadanias Mutiladas*. In: LERNER, Júlio (ed.) **O Preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997;

_____. **Metamorfose do Espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021;

SCHEFER, Oliver. *Espaços liminares – natureza e função do limiar na paisagem contemporânea*. **Revista Poiesis**, Niterói, RJ, v. 21, n. 36, p. 67-82, 2020;

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995;

SERPA, Ângelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007;

_____. *Políticas Públicas e o Papel da Geografia*. **Revista Da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 37–47, 2017;

SILVA, Joseli Maria. *Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica*. **Revista de História Regional**, p. 31-45, 2003;

_____. **Geografias Subversivas: Discurso sobre Espaço, Gênero e Sexualidades**. Ponta Grossa (PR): Ed. Toda Palavra, 2009;

SILVA, Edson Armando; ALMEIDA, João Paulo Leandro de; SILVA, Joseli Maria; CAMPOS, Mayã Polo de. *Técnicas de Análise de Conteúdo: Experiências de Pesquisas Desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Territoriais*. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 2, p. 401-425, 2017;

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. **Dos Espaços Interditos à Instituição dos Territórios Travestis: Uma Contribuição às Geografias Feministas e Queer**. São Paulo: Terra Livre, 2010;

_____. *Diálogos entre Henri Lefebvre e as Perspectivas Feministas: O Espaço Diferencial como Possibilidade*. **Revista da Anpege**, v.18, n.36, 2022;

_____. **Corpos e Geografia: Expressões de Espaços Encarnados**. Ponta Grossa, PR: Ed Toda Palavra, 2023;

SILVA, Joseli Maria; ORNART, Marcio Jose; JUNIOR, Alides Baptista Chimin. *Não me chame de senhora, eu sou feminista: posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey*. **GEOgraphia**, Niteroi, RJ, 2017.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; LEE, Debora. *Entre o medo e desejo: o espaço paradoxal da existência noturna de travestis e mulheres transexuais*. In: NETO, Necio Turra,

Geografias da Noite: exemplos de pesquisa no Brasil. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021;

SILVA, Leticia Gonçalves Marques; PIMENTEL, Ivan Ignacio. “Deus Pai” que Estás nos Céus, Questionamos a Sua Vontade e o Poder do “Homem Deus Filho” aqui na Terra: A Universidade a partir da Universalidade dos Discursos. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 14, n. 1, p. 117137, 2023;

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: Veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In. Arantes, Antônio A. (org.) **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2000;

SOUZA, Lorena Francisco; RATTIS, Alecsandro J.P. Raça e Gênero sob uma perspectiva geográfica: Espaço e Representação. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, 2008;

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In GOMES, Paulo Cesar Costa; CORREIA Roberto Lobato (org), **Geografia conceitos e temas..** Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000;

_____. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socio-espacial.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2013;

STONE, Sandy. **O Império Contra-Ataca: Um Manifesto Pós-Transexual** [1987]. Tradução Livre da 4ª Edição do Texto. Bibliopreta, 2022;

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo.** São Paulo: Editora UNESP, 2005;

VALENTINE, Gill. The geograpy of womens fear. **Area**. v. 21, n. 4, p. 385-390, 1989;

_____. Womens fear and the design of public space. **Built Environment**, v. 16, n. 4, p. 288-303, 1990;

_____. Theorizing and Researching Intersectionality: **A challenge for Feminist Geography.** *The Professional Geographer*, v. 59, n. 1, p. 10-21, 2007;

VANCE, Carol. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis**, v. 5, n. 1, 1995;

WITTIG, Monique. **The Straight Mind and other Essays**, Boston: Beacon, 1999.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Informações Socioeconômicas

- Nome:
- Idade:
- Raça:

2. Espaço da Rua

- O que te levou à situação de rua? Como é estar na rua?:
- Qual é a sua relação com a rua?
- O que é a rua para você? E a casa?
- O que é ter uma casa/lar?

3. O Ser Mulher e a Rua

- Para você, o que é ser mulher?
- Como é ser mulher na rua?
- Existe diferença entre ser mulher em casa e sê-lo na rua?
- Você sente que as pessoas te percebem de forma diferente? E como você se vê?
- Você já sofreu algum tipo de violência por estar na rua?

4. Rua e as Relações Sociais

- Existem redes de apoio, convivência e cuidado entre os moradores, em geral? E entre as mulheres?
- Você sente que ao morar na rua, é possível construir uma relação de casa/lar?
- Existem territórios permitidos/negados às mulheres?
- Como se dá a escolha dos lugares para se estabelecer/ocupar sendo uma mulher?